

# Círculo Operário Leopoldense



80 anos de história

## Comissão 80 Anos

Alcido Arnhold

Maria de Fátima Pranke

Márcia Martins

Odete Zanchet

Camila Soares

Jussara Gomes

Pedro Santos

Irene Zanette

Diara Blume



As organizadoras deste livro estão vinculadas à Universidade do Vale do Rio do Sinos.

**Alba Cristina Santos Salatino** é Mestre em História pela PUCRS e doutoranda no PPGHistória da Unisinos.

**Maria Cristina Bohn Martins** e **Marluza Marques Harres**, doutoras em História pela PUCRS e UFRGS respectivamente, são Professoras Titulares da Unisinos, com atuação nos cursos de Graduação e Pós-Graduação em História desta IES.

# Círculo Operário Leopoldense

## 80 anos de história

### ***Organizadoras***

*Alba Cristina dos Santos Salatino*

*Maria Cristina Bohn Martins*

*Marluza Marques Harres*

### ***Fotos e tratamento de imagens***

*Diorge Buss*



*São Leopoldo, 2015*





# Sumário

## CÍRCULO OPERÁRIO LEOPOLDENSE

|                                    |    |
|------------------------------------|----|
| Círculo Operário Leopoldense ----- | 10 |
|------------------------------------|----|

## APRESENTAÇÃO

|                    |    |
|--------------------|----|
| Apresentação ----- | 16 |
|--------------------|----|

## HISTÓRIA

|  |    |
|--|----|
| A Restauração Católica e os círculos operários -----       | 22 |
| A constituição dos círculos operários -----                | 30 |
| Leopoldo Brentano: jesuíta, intelectual, trabalhador ----- | 42 |
| Igreja da imigração e a vida associativa -----             | 46 |
| Considerações -----  | 56 |

## DESAFIOS

|                     |     |
|---------------------|-----|
| Solidariedade ----- | 62  |
| Renovação -----     | 72  |
| Conflito -----      | 92  |
| Interações -----    | 104 |

## MEMÓRIAS

|                             |     |
|-----------------------------|-----|
| Alcido Anildo Arnhold ----- | 106 |
| Telmo Adams -----           | 124 |
| Irene Zanette -----         | 136 |
| José Renato Soethe -----    | 148 |
| <br>                        |     |
| Agradecimentos -----        | 156 |
| Comissão 80 Anos -----      | 157 |

Círculo

Lección

o Operário  
poldense

# Círculo Operário Leopoldense

80 anos  
para a  
história

O livro que aqui apresentamos resulta de um trabalho realizado a partir do convênio estabelecido entre a Unidade de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, especialmente através de seu Programa de Pós-Graduação em História, e o Círculo Operário Leopoldense – COL. A equipe responsável pela sua consecução atuou animada pelas diretrizes da Unisinos, uma universidade jesuíta, comprometida com a produção de conhecimento, o aprendizado contínuo e a atuação solidária para o desenvolvimento da sociedade.

É de fato sob esta orientação que nosso Programa concede grande importância às interfaces estabelecidas com a sociedade através de iniciativas como esta que estamos concluindo, a qual nos oportunizou apoiar o COL de São Leopoldo em seu propósito

de comemorar os 80 anos de sua fundação. O projeto que desenvolvemos a partir daí orientou um conjunto de ações que buscaram recuperar e salvaguardar aspectos importantes da memória da atuação da instituição ao longo destas oito décadas<sup>1</sup>.

Como historiadores, estamos cientes da polissemia do termo “memória” e dos problemas que ele comporta, especialmente no que tange ao risco de confundir-se a memória propriamente dita – conformada por lembranças individuais ou coletivas –, com as construções que poderíamos chamar de “memoriais” ou “históricas”<sup>2</sup> (NORA, 1993). De fato, embora as duas acepções de

1 Atualmente o COL se soma a muitos outros Círculos atuantes no Estado, os quais estão articulados pela Federação dos Círculos Operários do RS/FCORS. No Brasil, existem cerca de 140 Círculos articulados pela Confederação Brasileira de Círculos Operários/CBTC.

2 NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.



Estatutos para os Círculos Operários publicados pela Confederação Nacional de Operários Católicos - 1941. À direita: COL - Os dez mandamentos dos sócios efetivos.



memória envolvam operações que “reconstroem” o passado, a sua natureza é diferente. As lembranças pessoais são sempre fragmentos do ocorrido. Como escreveu François Xavier-Guerra (1992), elas resultam não somente da limitação física de nossa capacidade de lembrar, como também das escolhas que, consciente ou inconscientemente, fazemos em função do que consideramos significativo.

Falar de escolha e significação implica que a memória pessoal, a mais pessoal das memórias, já é uma reconstrução individual e social do passado. Individual, naquilo que ela tem de mais íntimo, mas sempre social, não somente porque ela se refere, em boa medida, a nossas relações com os outros e aos grupos a que pertencemos, mas também porque ela depende dos códigos e referências culturais desses grupos: de seus valores, de seus ima-

ginários, daquilo que eles acreditam ser sua identidade e seu passado. Entretanto, a memória individual ou coletiva, quando apoiada exclusivamente sobre a transmissão oral das recordações, tem curta duração e conteúdo limitado. Para ultrapassar tais limites, ela necessita apoiar-se em outros meios visando perpetuar-se em suportes diversos como textos, imagens, monumentos, cerimônias, rituais; em homens ou em instituições encarregados de preservá-la, de criá-la ou recriá-la, de interpretá-la ou de reinterpretá-la [...].<sup>3</sup>

Isto nos remete ao outro significado do termo, envolvendo aquilo que os historiadores têm chamado de “construções memoriais”. Sabemos, com efeito, que

3 XAVIER-GUERRA, François. Memórias em transformação. *Revista Eletrônica da AHPHLLAC*, n. 3, p. 4-25, p. 5, 2003. Disponível em: [www.revistas.fflch.usp.br/anphlac](http://www.revistas.fflch.usp.br/anphlac). Acesso em: 30 maio 2015.

as “construções memoriais” são indissociáveis do contexto em que são geradas, de seus autores, bem como dos grupos de delas se apropriam. Por isto, mesmo que lidem com lembranças, individuais ou coletivas, elas se constituem em outra coisa que não apenas “memórias” e pertencem, de fato,

[...] ao domínio das representações, dos imaginários, das crenças, adquiridas graças aos mecanismos de socialização que nenhuma experiência pessoal poderia, na maior parte dos casos, nem comprovar nem refutar. Daí resulta o caráter aparentemente oposto de suas propriedades. Por um lado, como são uma parte importante dos elementos que estruturam um grupo humano – ou seja, de sua identidade – elas se apresentam como verdades indiscutíveis e invariáveis. Mas também, como são, na verdade, o resultado de

uma elaboração, consequência de uma combinação particular de atores, as construções memoriais são por natureza variáveis, na medida em que mudam esses atores, seu lugar na sociedade ou suas referências culturais (XAVIER-GUERRA, 1992, p. 2).

O trabalho que concluímos com a edição deste livro esteve orientado pela perspectiva a que se refere François Xavier-Guerra, bem como pela compreensão de que os eventos comemorativos agregam suas próprias contribuições aos processos por meio dos quais as memórias confluem com a história.

\*\*\*\*\*

Como veremos nos textos e imagens que compõem esta obra, a história do Círculo Operário Leopoldense, o terceiro mais antigo do Brasil, confunde-se com a própria história recente da cidade que o abriga. Ele foi instituído, em julho de 1935, a partir de iniciativas que envolveram membros da Ordem Jesuíta atuantes em São Leopoldo. Seu propósito era, então,

dar assistência ao operariado em um período de expansão da atividade fabril na região e, na mesma medida, de aprofundamento das contradições que marcam a moderna sociedade industrial.

O COL foi, assim, a instituição mediadora entre os trabalhadores e outras instâncias da sociedade em um momento importante da organização dos operários, bem como de prevalência dos compromissos expressos pelo pensamento social da Igreja, o qual fora delineado pelo Papa Leão XIII na Encíclica *Rerum Novarum* (Das coisas novas), em finais do século XIX. Podemos, assim, entender a participação da Igreja Católica na organização do Círculo. Entre suas formas de intervenção estavam atividades ligadas à educação e assistência médica e social, lazer e religião, algumas das quais continuam sendo a base de sua existência<sup>4</sup>.

<sup>4</sup> O Estatuto Social do Círculo Operário Leopoldense hoje vigente assinala suas finalidades e compromissos, entre os quais se destacam a promoção humana e a cidadania por meio de práticas solidárias e mutualistas. Neste sentido, ele desenvolve atividades que favoreçam a integração ao mercado de trabalho, bem como a proteção da família, da criança, do adolescente, dos idosos e das pessoas portadoras de necessidades especiais. Igualmente, preocupa-se com a assistência social, cultural, educacional e de saúde, bem como com a defesa dos direitos humanos, dos

Desde aqueles anos iniciais, na década de 1930, e ao longo destas oito décadas, a entidade construiu um acervo histórico que se apresenta em diversos ambientes e formatos, como atas, filmes e fotos, além daquilo que se constitui na memória de diferentes integrantes de sua história. Faltavam, contudo, instrumentos que permitissem salvaguardar e contar essa exitosa caminhada, seja por meio de livros, documentários, depoimentos ou em outras formas de registro.

Sensíveis a essa demanda que tem importante repercussão social na comunidade, bem como animados pelo apoio da então coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS, Prof.<sup>a</sup> Ana Silvia Volpi Scott, três pesquisadores assumiram a implementação do Projeto: Maria Cristina Bohn Martins, Marluza Marques Harres e Paulo Roberto Staudt Moreira. Logo em seguida, agregou-se a eles a Prof.<sup>a</sup> Alba Cristina dos Santos Salatino, doutoranda do PPGH. Além deles, tiveram participação destacada no trabalho

---

consumidores e do meio ambiente.



*V Congresso Circulista,  
Porto Alegre*

os acadêmicos do Curso de Graduação em História Bárbara Darski, Fernando Roque e Joel Silva de Assis. Coube a eles, orientados pelos professores, e na qualidade de bolsistas de Iniciação Científica, realizar os trabalhos de higienização e organização do acervo documental, levantamento e contato inicial com colaboradores antigos e atuais do COL, cujos depoimentos foram tomados e registrados como parte do projeto, além da degravação das entrevistas concedidas. Além disto, os alunos conduziram pesquisas de apoio ao projeto em outras instituições, como o Museu Histórico Visconde de São Leopoldo e o Mu-

seu da Comunicação Hipólito José da Costa.

Assim sendo, além do trabalho concreto que produziram e que, em parte, materializa-se nesta obra, as ações empenhadas no projeto se constituíram, ainda, em um apreciável exercício de formação de competências para os jovens estudantes, no sentido de promover a sua inserção nos espaços de produção do conhecimento e a reflexão crítica a respeito da tarefa investigativa.

A obra que aqui apresentamos foi constituída a partir de textos

e vozes que fizeram a história do COL. Mas também o foi a partir de representações imagéticas deste percurso de 80 anos sobre o qual buscamos refletir. Neste particular, ela reflete o trabalho e o talento de Diorge Luis Buss, o BG, cuja sensibilidade e parceria foram essenciais para o resultado que alcançamos.

São Leopoldo, setembro de 2015

*Alba Cristina dos Santos Salatino*

*Maria Cristina Bohn Martins*

*Marluza Marques Harres*

*PPG História UNISINOS*

Filiados ao  
Círculo Operário  
Leopoldense



Apres



representação

# Apresentação

**E**m julho de 1935, um grupo de pessoas, lideradas por um padre jesuíta, realizou uma reunião, na casa paroquial do centro de São Leopoldo, para tratar da organização de um serviço, no município, que atendesse aos operários e suas famílias. Certamente estas pessoas não imaginavam estar criando uma instituição que chegaria aos 80 anos de existência.

A ideia de publicar a história dos 80 anos do Círculo Operário Leopoldense (COL) vem sendo alimentada há vários anos dentro da instituição. Há diversos motivos para isto. Um deles é que a publicação possibilita às pessoas que tiveram algum vínculo, seja como usuários, colaboradores ou trabalhadores, etc. com o COL, ao longo deste tempo, relembrem a sua própria história pessoal, da sua família e da própria cidade de São Leopoldo. Inúmeras pessoas,

de diferentes condições e ambientes, manifestaram ter participado de atividades realizadas pelo COL em algum momento de sua vida. Entendemos que estas lembranças não podem ser esquecidas, pois fazem parte de histórias de vida pessoal, familiar e da cidade. Neste sentido, cabe aos atuais dirigentes da entidade expressar o reconhecimento pela contribuição que, de uma forma ou de outra, todas as pessoas deram ao COL ao longo desta história. E um reconhecimento especial aos jesuítas que deram o impulso e um acompanhamento sistemático ao COL e ao movimento circulista até os dias atuais.

Outro motivo da presente obra é que ela contribui para tornar pública para a cidade, o estado e o país, a função social exercida pela instituição, no passado e nos tempos atuais. Não se trata de saber exatamente como era São Leopoldo no ano de fundação do COL, em ter-

Acta N.º 139

Círculo Operário Leopoldense 43-40

Às 20 horas em nome de Deus pelo Sr. Presidente foi aberta a sessão.

No qual o Sr. Presidente nos contou que o Sr. farmacêutico Silveira ia se encarregar pessoalmente no assunto da abertura da farmácia do C. O. L.

Sobre a cobrança podemos informar o seguinte, que todas as cobranças do Círculo Operário foram entregues ao Delegado geral. O mesmo se encarregou de procurar os socios esquecidos pelos sub. delegados e fazer a cobrança toda com 20%. O delegado geral já começou fazer as cobranças ainda esta semana. Por nossa parte da directoria desejamos ao nosso delegado geral uma boa vontade e que Deus lhe ajudasse continuar sempre com a mesma ideia ao favor deste grande problema, que seja a dificuldade que um bom e verdadeiro Círculista da directoria passa hoje em dia.

Foram apresentadas 3 propostas novas sendo 1 pelo delegado geral e 2 pelo tesoureiro a torn disto foram apresentados 16 fichas e cadernetas de socios retirados.

Balanço da caixa. Entrou em mensalidades 6,000.  
Na caixa economica federal o C. O. L. tem 1.304,000.  
Na caixa do tesoureiro 174,800 (total 1.484,800)

Às 21 horas em nome de Deus o Sr. Presidente encerrou a sessão

Miguel Talgado  
F. Filipe Kratochvíl  
Geruand Selber

1.º Secretario  
Presidente  
Ass. Ecclesiastico.  
Tesoureiro

mos de população e instituições que atendessem nas áreas de assistência social, educação, saúde, mas o fato é que nestas áreas a entidade teve sua presença e atuação mais destacadas, com escolas, creche, pensionato, consultórios médicos e farmácia. Ou seja, ela responsabilizou-se, em grande parte, por serviços que, a rigor, eram e são de responsabilidade do poder público, mas que foram assumidos pela entidade devido ao acelerado crescimento da cidade e às suas consequências, diante da ausência de políticas públicas para tal.

Além das motivações até aqui referidas para a presente obra, gostaríamos de ressaltar uma ideia, talvez ainda pouco debatida nas entidades socioassistenciais de hoje, que é justamente a recuperação e publicação de uma memória histórica que lhes permita compreender seu papel social exercido no passado e na con-

temporaneidade. Quem atua nas entidades e movimentos sociais sabe que nestas áreas muitas pessoas se dedicam de forma voluntária e abnegada, doando parte de suas vidas e, muitas vezes, até recursos financeiros próprios para viabilizar a continuidade dos serviços. E este trabalho, na maioria dos casos, não tem tido o devido reconhecimento público, em grande parte devido à falta de divulgação, mas também por uma articulação insuficiente com outras entidades afins.

Não é atividade característica de uma entidade socioassistencial como o COL dedicar-se à pesquisa. Por esta razão procuramos profissionais da universidade e particularmente, neste caso, da UNISINOS, através do programa de Pós-Graduação de História, para desempenhar de forma qualificada esta tarefa. A proposta foi acolhida com entusiasmo, como mostra a presente publicação, além de abrir a possibilidade para outras ações futuras. Nosso agradecimento às professoras Maria Cristina Bohn Martins e Marluza Marques Harres, que abraçaram nosso projeto.

Sua realização foi possível graças ao envolvimento de um grupo de trabalho, denominado “Comissão dos 80 Anos”, que contou com a presença da Coordenação Colegiada do COL, Már-

cia Rosane Silva Martins e Odete Zanchet, do Coordenador do CAS, Pedro Santos, das funcionárias Camila Soares, Irene Zanette, Jussara Gomes e Diara Blume, além da colaboração dos membros do Conselho Diretor, Maria de Fátima Pranke e Alcido Anildo Arnhold. Agradecemos também o apoio e envolvimento dos demais funcionários e parceiros.

Desde os seus primórdios, o COL tem estabelecido parcerias com o poder público, em nível municipal, estadual e federal para a execução de suas atividades, sem, no entanto, depender delas, justamente para resguardar sua autonomia, em termos financeiros e, principalmente, pedagógicos.

Ao longo de sua trajetória o COL tem enfrentado grandes desafios. Sua história se confunde, em grande parte, com o processo de formação da sociedade brasileira dos tempos modernos, em especial com o período de transição caracterizado pelos inícios da industrialização no Brasil, a partir dos anos de 1930. Nas primeiras décadas, até aproximadamente os anos de 1960, sua atuação centrava-se em demandas sociais de educação, saúde e assistência devido à ausência ou precariedade de políticas públicas nestas áreas. Era um período em que ocorreu o auge de sua expansão, contando com apoio dos poderes públicos

em termos financeiros e de recursos humanos, como, por exemplo, a cedência de professores para as suas escolas e outros convênios, como também com apoio de empresas privadas. Com as mudanças nas políticas públicas, especialmente a partir da década de 1970, no sentido da retirada de importantes recursos e apoios públicos e privados, a entidade passou a sofrer uma profunda crise para sua manutenção. Após um período de indefinições, de encerramento de algumas atividades, por exemplo, as escolas e de retração de outras, o COL se defrontou com grandes desafios para o seu futuro. Estes desafios consistiam, basicamente, em redefinir-se enquanto instituição, em termos materiais (econômicos e financeiros), bem como pedagógicos e sociais.

A crise estrutural generalizada, pouco a pouco, exigiu a busca e construção de novos caminhos e possibilidades. Foi necessário redefinir o papel do COL na sociedade. Neste sentido, a partir de meados dos anos de 1980, optou-se pela busca de maior autonomia da entidade, tanto no aspecto econômico como no social. O patrimônio que a entidade havia adquirido no seu período áureo já não podia mais ser mantido na mesma função e foi reinvestido, transformando-se em fonte geradora de renda para a entidade. No seu campo

específico de atuação, que é a área social, foram implementados novos programas, visando a uma maior inserção da entidade na sociedade leopoldense dos tempos atuais, que apresenta outros e novos desafios e, conseqüentemente, requer novas formas de inserção.

Atualmente a diversidade de ações caracteriza a presença do COL na sociedade local, com programas envolvendo crianças, adolescentes e jovens, juntamente com as famílias localizadas nas suas próprias comunidades, prioritariamente nas periferias mais necessitadas da cidade. Além disso, a presença do COL se verifica em novas formas de organização e demandas sociais, como grupos de mulheres, grupos de

geração de trabalho e renda, formação de jovens para o trabalho profissional, a disponibilidade de espaços e estruturas físicas para grupos sociais que buscam se organizar, na perspectiva de sua autonomia.

Enfim, os 80 anos de vida do COL estão servindo de alicerce sobre o qual podem e devem ser erguidas novas e criativas construções nos anos vindouros, para que a sociedade leopoldense e, prioritariamente, as parcelas que mais necessitam de apoio para conquistar uma vida digna possam contar

com as energias acumuladas por esta instituição octogenária.

**VIVA O COL E TODAS AS PESSOAS QUE CONTRIBUÍRAM PARA A SUA HISTÓRIA!**

*Alcido Anildo Arnhold*

*Conselho Diretor do COL 2015*

Lar da Menina: a imagem ao lado mostra o desenvolvimento da obra de construção do prédio na década de 1940



Reunião de  
associados do COL,  
com o padre Cândido  
Santini ao centro





# História

# A Restauração Católica e os Círculos Operários: O laicato em ação e organização coletiva

*Alba Cristina dos Santos  
Salatino\**

“  
FÉ NA VIDA,  
FÉ NO  
HOMEM, FÉ  
NO QUE  
VIRÁ”

Falar dos círculos operários no Brasil é notadamente um assunto complexo. Encontramos uma historiografia que discute sindicalismo, corporativismo e ação social da Igreja Católica e do Estado junto aos círculos. Estas análises apontam, em grande medida, para a aproximação e aliança entre o Estado e a Igreja por meio dos círculos operários, destacando o papel legitimador destes frente à política social do presidente Getúlio Vargas e em relação aos direitos trabalhistas, a partir de 1930, com o Ministério do Trabalho. Os estudiosos também atentam para as possíveis contradições do mo-

vimento circulista em suas propostas e ações<sup>1</sup>, que se apresentava muito mais assistencialista e paternalista, na lógica corporativa da Igreja, do que uma organização civil e leiga que procurava resolver as questões sociais.

Diante de tal temática desafiadora, fizemos, neste trabalho, alguns apontamentos sobre a criação dos círculos operários no país, sua inspiração e suas práticas. Nossa discussão e análise buscaram um fio condutor que não o da prática política e social, e sim o da crença e das práticas culturais que nortearam e ainda se fazem presentes em círculos hoje atuando

\* Doutoranda em História Latino-Americana na Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Bolsista CNPq.

<sup>1</sup> Para saber mais sobre a história dos círculos operários no Rio Grande do Sul, Estado onde foi fundado o primeiro círculo no ano de 1932, e seu desenvolvimento, ver em BARRETO, 1995; ver mais em DIEHL, 1990; SANTOS, 2008; SOUZA, 2002.

tes, a destacar o Círculo Operário Leopoldense, criado em 1935. Assim, os comentários que seguem não desconsideram as hipóteses citadas anteriormente, contidas em trabalhos que foram de exaustiva pesquisa em busca de pistas e vestígios para compreensão do movimento circulista brasileiro. Procuramos, com esta abordagem, dar conta das maneiras de crer do sujeito histórico, não como um dogma, “mas o investimento das pessoas em uma proposição, o ato de enunciá-la considerando-a verdadeira” (CERTEAU, 1994, p. 278). Considerar que as mobilizações sociais ocorreram e ocorrem pela crença e investimento valorativo das pessoas no sucesso da sua organização e nas ações realizadas por elas é o aspecto para o qual se pretende atentar nas próximas linhas.

A realidade do trabalhador e as mobilizações trabalhistas

Quando estudamos os movimentos sociais trabalhistas, não há como não recuar até o século XIX, aos desdobramentos da Revolução Francesa e das Revoluções Industriais, porque foi este contexto que forjou as formas de organização coletiva dos trabalhadores. Os problemas do operariado nesse período contribuíram para as organizações da classe operária, primeiro nos países das Revoluções, França e Inglaterra, e

logo se espalhando por toda a Europa. No caso francês, por exemplo, os problemas iniciaram com o advento das máquinas industriais, gerando grandes concentrações em oficinas e longas jornadas de trabalho. As organizações pré-sindicais podem ser situadas no período de 1830-1840.

Para o autor Maurice Agulhon (1991), não é fácil identificar no tempo as primeiras manifestações de organização social sindicalista dos operários na França e, por isso, não se podem analisar estas questões com o conceito de classe e identidade que temos hoje. Mas é possível dizer que, por volta da década de 1830, as ideias socialistas estavam tomando corpo e, na década seguinte, estas noções invadiram a literatura e a imprensa. Por conseguinte, dariam um forte impulso à organização operária e norteariam suas reivindicações por melhores condições de vida social e econômica<sup>2</sup>.

A partir de 1880, a industrialização tomou impulso no Brasil, relacionada à produção agroexportadora, e isso ocorreu até a Primeira Guerra Mundial, quando começaram a aparecer sinais de desgaste na dependência externa e no pacto oligárquico. Mas a industrialização passou a ocupar um lugar na economia brasileira somente após

<sup>2</sup> Ver mais sobre República e classe operária na França em AGULHON, 1991.

“NÃO SE  
DESESPERE,  
NEM PARE  
DE SONHAR”

a crise de 1929, quando superou a economia agroexportadora. Ela não ocorreu de maneira linear em todas as regiões do país; seu polo mais dinâmico era o Sudeste, especialmente São Paulo.

No Brasil, os movimentos operários começaram a surgir no final do século XIX e início do XX, primeiro com as associações trabalhistas e depois com os sindicatos<sup>3</sup>. Este tema ganhou espaço na historiografia no final da década de 50, e principalmente na década de 60, momento em que os intelectuais voltaram suas pesquisas para as populações marginalizadas, isto é, as populações rurais e os trabalhadores urbanos, procurando compreender suas características a partir do processo de industrialização da Primeira República.

A preocupação mais geral que move os importantes estudos então produzidos é explicar as características desta classe, que bem ou mal vinha tendo papel fundamental tanto no processo de industrialização quanto

na experiência política liberal democrática do país (GOMES e FERREIRA, 1989, p. 260).

A existência de uma organização trabalhista não significa automaticamente o desenvolvimento de uma consciência de classe. Cláudio Batalha (2003) chamou a atenção para este aspecto ao dizer que a formação de classe é um processo consideravelmente demorado. As concepções e as ações coletivas de classe ganham credibilidade na medida em que os resultados das mobilizações se tornam realidade.

A imagem que se tem da classe operária da Primeira República é de que ela foi branca, fabril e masculina, isso porque se desconsidera a significativa participação de negros e mulatos no país, levando-se em conta o operariado nacional e não somente os locais onde a imigração foi mais significativa, como São Paulo e a região sul. Nesse sentido, o autor também ressalta a mão de obra feminina, que, muitas vezes, era maioria nos

“  
A preocupação  
mais geral  
que move os  
importantes  
estudos então  
produzidos  
é explicar as  
características  
desta classe”

<sup>3</sup> Para maiores informações sobre o tema, ver LUCCA, 1990.

setores de vestuário e têxtil, como, por exemplo, na União das Costureiras (1919), localizada no Rio de Janeiro e na cidade de São Paulo, que foi uma das poucas organizações sindicais coordenadas por trabalhadoras.

Nas regiões que receberam emigrados europeus, a organização coletiva foi um pouco mais difícil. Segundo Batalha, as dificuldades surgiram desde os dissensos que havia entre as etnias (conflitos entre brasileiros e imigrantes e entre diferentes grupos étnicos de imigrantes) até os sonhos de cada uma delas em relação aos seus direitos e bem-estar como trabalhadores. A perspectiva do imigrante de “fazer a América”, isto é, enriquecer e voltar para seu país de origem, reforçava o isolamento e a rejeição da ideia da ação de classe. Porém é pouco provável que este pensamento tenha perdurado por muito tempo, tendo em vista a presença de imigrantes nos movimentos grevistas de 1917-1920.

Os trabalhadores que tiveram mais facilidade de organização foram aqueles qualificados, que hoje seriam os chamados técnicos. Eles estavam percebendo a sua importância com o crescimento de novas técnicas de produção e presença de mão de obra feminina mais barata. Sob a liderança destes indivíduos, o movimento operário foi moldado de acordo com as suas convicções

e forma de trabalho. É importante ressaltar que esta liderança não significa ausência de doutrina no interior do movimento, seja ela anarquista socialista ou social cristã. Os trabalhadores fabris tiveram bastante dificuldade de organização até 1917. Em 1919, surgiram em São Paulo a Liga Operária da Construção Civil e a União dos Operários Metalúrgicos. No Rio de Janeiro criou-se a União Geral dos Metalúrgicos, no ano de 1917.

A organização dos trabalhadores, fossem eles qualificados ou não, é um traço marcante do Brasil da Primeira República. O volume de associações criadas tendia a ser particularmente visível em momentos de ascensão do movimento operário, quando condições econômicas favoráveis conferiam um maior poder de barganha ao operariado e os movimentos grevistas tinham maiores chances de sucesso. Assim, de 1917 a 1919, nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, foram criadas mais organizações operárias do que em qualquer outro período de tempo equivalente. (BATALHA, 2003, p. 172).



A consciência de classe começa a surgir quando os interesses coletivos sobressaem em relação aos interesses individuais e corporativos. Isto pode ser identificado nos momentos de mobilização em várias cidades brasileiras de 1902-1903, 1906-1907, 1917-1919. A formação da classe não foi um resultado automático, e sim um processo conflituoso, marcado por avanços e recuos; “surge na organização, na ação coletiva, em toda a manifestação que afirma seu caráter de classe” (BATALHA, 2003, p. 173).

A política da Primeira República não era nada favorável aos desprovidos de terras, riqueza e “berço”. A falta de participação da massa trabalhadora nas eleições por conta do voto censitário e a sobreposição de impostos arrecadados pela União com a criação de novos impostos para a massa popular pagam acendiam cada vez mais o descontentamento dos trabalhadores. A grande esperança dos movimentos organizados por trabalhadores em relação à República era uma nova era de direitos sociais e políticos, tendo muito presente a ideia de democracia.

Porém isto não ocorreu, provocando uma grande decepção. É esta decepção que impulsionou as reivindicações do movimento operário (LESSA, 1988).

A primeira resposta foi a da busca de obtenção de direitos sociais, sem questionamento do sistema político, sustentada pelo positivismo, cooperativistas e toda uma série de manifestações do sindicalismo reformista.

A segunda resposta foi aquela que propunha a conquista de direitos sociais aliada a direitos políticos, visando a mudanças do sistema pela participação no processo político-eleitoral, posição dos socialistas e dos setores mais politizados do sindicalismo reformista (BATALHA, 2003, p. 174).

De acordo com Ítalo Tronca (1986), os movimentos sociais tiveram grande participação na Revolução de 30, com sua efervescência iniciada na década de 20. No seu livro “Revolução de 30: dominação oculta”, o autor critica as análises da Revolução de 30 que enfatizam apenas a insatisfação das classes médias das cidades (funcionários públicos, militares,

profissionais liberais, etc.) frente ao domínio imposto pelas oligarquias, praticamente, durante toda a Primeira República. Essas classes desempenharam um papel fundamental, sobretudo na década de 1920, o que teria conduzido ao sucesso da revolução de 30. Nesse sentido, Tronca analisa a participação do operariado urbano, que, duramente reprimido pelo Estado oligárquico e dividido internamente pelas correntes políticas, vinha se constituindo como uma “ameaça em potencial” ao Estado, desde o período das greves. A Revolução de 30, para este autor, resultou da agitação do proletariado em seus movimentos sociais na década de 1920, o que já evidenciava a profunda conflitividade entre as classes.

O Partido Comunista Brasileiro, criado em 1922, tinha como principal objetivo o de centralizar a sindicalização do operariado, disciplinando e controlando os movimentos grevistas autônomos, sobretudo no período de 1927-1929, em São Paulo. Essa atitude colaborava com a política de controle do Estado e, de acordo com Tronca, com a máquina capita-

“

A consciência de classe começa a surgir quando os interesses coletivos se sobressaem aos interesses individuais e corporativos”

lista, mais do que constituir uma ação de proteção à classe trabalhadora. A justificativa para a participação dos sindicatos na Frente Única era lutar contra as dissidências doutrinárias que havia nos sindicatos, no caso, anarquistas e cristãos. Defendiam a centralização apoiada na ideia de uma consciência de classe que os operários deveriam fortalecer com a sua representatividade; além disso, havia a necessidade operativa de intermediação da Frente Única para ações políticas. Em consonância com sua tendência centralizadora, o PCB, em 1927, proibiu toda e qualquer greve não anunciada à Comissão Executiva do partido. Isto porque somente eles determinariam quando, como e por quais motivos as greves deveriam acontecer, demonstrando, assim, uma manipulação e controle dos sindicatos.

O governo provisório de Getúlio Vargas iria inaugurar uma nova fase na relação com os trabalhadores, a começar pela criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em novembro de 1930. Entre 1930 e 1934, o Ministério do Trabalho, além de valorizar o

trabalhador brasileiro, muitas vezes preterido ante o estrangeiro – através da “Lei de Nacionalização do Trabalho” ou “Lei dos 2/3”, Decreto n. 19.482, de 12 de dezembro de 1930 –, editou uma série de medidas e de leis trabalhistas. Algumas dessas leis já existiam antes de 1930, porém muitas não eram cumpridas pelos patrões, enquanto outras eram limitadas a algumas categorias, como ferroviários e portuários (BATISTELLA, 2009, p. 62).

No ano seguinte, o Decreto n. 19.770 de março de 1931 normatizou o exercício da sindicalização, reconhecendo o direito de organização dos trabalhadores. É importante ressaltar que estas transformações iam ao encontro do trabalhador urbano e o atraíam ainda mais para as capitais industrializadas. Muitos autores fazem ressalvas a esse decreto, pois ele previa o controle financeiro do Ministério do Trabalho sobre os sindicatos, estabelecendo a organização por categoria, e ainda definia o sindicato como um órgão cooperador do Estado, limitando suas atividades políticas e ideológicas (BATISTELLA, 2009, p. 62-63).

# As Leis Trabalhistas

## ao alcance de todos

Desta maneira, o modelo de sindicalização brasileira pode ser entendido como um meio de controle social do trabalhador. O indivíduo só teria valor se portador dos interesses da entidade, e, assim, o sindicato levaria as demandas ao governo, colaborando também com o mesmo. Mediante esta organização se chegaria a uma terceira via do pensamento social, isto é, nem o individualismo da filosofia liberal e nem a luta de classes da filosofia marxista: o corporativismo<sup>4</sup> seria a alternativa política como modelo representativo da democracia. Com ele, buscava-se diminuir as desigualdades sociais sem banir as hierarquias, alimentando a harmonia entre as classes e o desenvolvimento da paz, porque, pretendia-se, não haveria conflitos nem revoltas.

4 Doutrina que propugna a organização da coletividade, baseada na associação representativa dos interesses e das atividades profissionais (corporações). Propõe, graças à solidariedade orgânica dos interesses concretos e às fórmulas de colaboração que daí podem derivar, a remoção ou neutralidade no plano econômico, a luta de classes no plano social, as diferenças ideológicas no plano político (*Dicionário de Política*, p. 287 apud DIEHL, 1990, p. 84).

O Ministério do Trabalho estimulava o sindicalismo oficial; isto é, para usufruir dos benefícios assegurados na legislação, o sindicato tinha que ter o reconhecimento do ministério. Dessa maneira, o governo combatia aqueles sindicatos autônomos de correntes comunistas e trotskistas que defendiam a autonomia das associações. Os sindicatos eram organizados por pessoas que exerciam uma atividade profissional, ocupando-se das necessidades e dos interesses desta atividade, como, por exemplo, jornada de trabalho e aperfeiçoamento, podendo contar com a proteção das leis trabalhistas.

A partir de 1933-34, tornou-se extremamente difícil para as lideranças de esquerda e pouco atraente para os trabalhadores sustentar a postura de defesa das organizações independentes. Na verdade, o que ficou claro é que o Estado, desde 1933-34, com a carteira de trabalho e as exigências para a participação na representação classista da Assembleia Nacio-

nal Constituinte, atrelou incondicionalmente o gozo dos benefícios sociais à condição de trabalhador sindicalizado (BATISTELLA, 2009, p. 69).

Em meio a essas inquietações e à efervescência dos movimentos trabalhistas, surgiram os círculos operários com uma proposta de corporativismo reformista<sup>5</sup>, baseado na fé cristã. Ao mesmo tempo, os círculos deveriam ser receptivos, na confissão de fé, na profissão, no gênero e na etnia, o que demonstra uma preocupação em atingir todos os trabalhadores, inclusive aqueles não fabris, auxiliando o operário e sua família em todos os aspectos da vida.

5 O corporativismo da Igreja prega a harmonização entre patrão e empregado. Preocupada em reverter as perdas ocorridas desde o começo da modernidade, a Igreja buscou no corporativismo valores para sua proposta de enfrentamento da questão social. No discurso da Igreja, o conceito de "classe" se confundia com o de "corporação" através da utilização dos princípios da solidariedade e da harmonia entre as classes. A encíclica [referindo-se aqui à *Quadragesimo Anno* de 1931], então, sugeria a organização da sociedade com base em associações representativas dos interesses e das atividades profissionais, ou corporações. Para a Igreja Católica, seriam removidos ou neutralizados os elementos de conflito, como é o caso da concorrência no plano econômico, a luta de classes no plano social, ou as diferenças ideológicas no plano político (SANTOS, 2008, p. 30).

Reprodução  
da capa do  
documento que  
continha as leis  
trabalhistas



Com um trabalho de colaboração e auxílio, completando a obra dos sindicatos e do próprio Ministério do Trabalho, pois constituíam um movimento unificador e coordenador do operariado, formavam bons chefes, legítimos líderes e preparavam o ambiente favorável ao cumprimento das leis sociais (SANTOS, 2010, p. 98).

É neste contexto que os círculos operários incentivariam a sindicalização dos trabalhadores, contrariando, inclusive, a lógica da Igreja Católica, pois, como salienta Battistella, a Igreja foi um elemento importante contra a implantação de sindicatos tutelados pelo governo, isso pelo menos até 1935<sup>6</sup>. Porém o circulismo demonstrou

6 Até esta data a Igreja estava em consonância com seus documentos papais. De acordo com a *Rerum Novarum*, o Estado deve preservar o direito natural da sociabilidade do homem, isto é, a organização em sociedade civil. A intervenção estatal aparece na encíclica assegurando leis de proteção aos mais pobres e sobre a injustiça social. O Estado deve utilizá-las somente diante de uma ameaça à tranquilidade pública, como, por exemplo, as greves. O Estado deve respeitar religiosamente o direito das ações coletivas organizadas pelas associações, como direito particular e não público (LEÃO XIII, *Rerum Novarum*).

uma semelhança com o Estado ao incentivar e procurar reunir os sindicatos<sup>7</sup>. Esta atitude pode nos auxiliar também na compreensão da constituição dos círculos. Mesmo em perspectivas diferentes, Estado e circulismo almejavam uma ampla e coesa organização do operariado.

Nas linhas que seguem, vamos discutir brevemente a inspiração dos círculos operários e sua relação com a Igreja Católica. Embora não seja nossa intenção traçar a história dos círculos operários no Brasil, buscamos compreender suas ações como uma associação representativa, leiga, mas de caráter confessional, sustentada por sócios diversos que poderiam ser ou não ser cristãos confessos.

7 Ao assumir a proposta circulista, que não estava comprometida com a criação de uma estrutura sindical católica, a Igreja deixava explícito que seu discurso a favor do sindicalismo livre não deveria ser confundido com possíveis aspirações democráticas ou com qualquer veleidade autonomista. Pelo contrário, a Igreja buscava ampliar sua área de atuação e intervenção a favor da ordem, mesmo que isso significasse abrir mão do discurso da sindicalização livre (SOUZA, 2002, p. 204).

# A constituição dos círculos operários

“  
NUNCA SE  
ENTREGUE,  
NASÇA  
SEMPRE  
COM AS  
MANHÃS”

Os círculos operários foram criados no Rio Grande do Sul, em 15 de março de 1932, na cidade de Pelotas, procurando organizar os trabalhadores e suas reivindicações. O Círculo Operário Pelotense foi fundado pelo padre jesuíta Leopoldo Brentano. Ele compreendia a questão operária como uma questão de justiça social. Alguns autores referem-se a ele como aquele que colocou em prática o corporativismo socioeconômico das encíclicas (de 1891 e de 1931). Outros, que sua ação foi uma convergência de esforços para o bem coletivo como um todo. Mas todos concordam que o circulismo se apresentou como uma ação coletiva com planos de ação organizados diante dos demais

movimentos existentes, atuando de acordo com a realidade dos trabalhadores e suas necessidades.

Este movimento de raízes gaúchas foi fundado em 1932 e se diversificou rapidamente por todo o sul do país. Três anos após sua fundação agregou todos os círculos gaúchos à Federação dos Círculos Operários do Rio Grande do Sul (FCORGS) em 1935. No mesmo ano, realizou-se o Congresso dos Círculos Operários do Rio Grande do Sul (SANTOS, 2008, p. 39).

Na dissertação de Carla Santos (2008), encontramos a trajetória dos círculos operários do Rio Grande do Sul, das cidades de Pelotas, Passo Fundo, Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Veranópo-

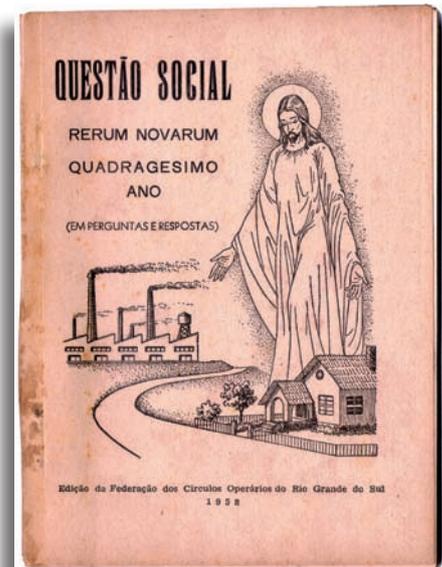
lis e Porto Alegre, contemplando sua criação, inspiração e atividades desenvolvidas. A autora analisa principalmente o processo de aproximação entre os círculos, o Estado e a Igreja, no contexto do Estado Novo.

O círculo operário é norteado pelo pensamento social cristão católico forjado na segunda metade do século XIX na Europa; no entanto, ele não é uma organização da Igreja Católica ou mantida por ela, embora seu fundador tenha sido um sacerdote. A instituição exerceu de fato grande influência na organização, sobretudo na inspiração doutrinária e nas linhas de ação dos trabalhadores. Mas os círculos não são administrados pela Igreja e tampouco foram aceitos por unanimidade pelo clero como uma entidade de representação católica. O jesuíta fundador, Leopoldo Brentano, não foi bem visto pelos seus pares ao apoiar um movimento operário que, para muitos, lembrava as organizações comunistas. Ele foi chamado inclusive de “comuna de saia”, pelo alto grau de contato com as clas-

ses trabalhadoras. Santos (2008 p. 99) atribui esse fato ao conservadorismo e à formação deficitária dos sacerdotes em relação ao trabalho com famílias, trabalhadores e comunidade em geral.

Brentano já atuava junto aos operários pelotenses por meio da escola da Congregação Mariana de Moços. Ele vinha desenvolvendo um trabalho de justiça social inspirado, segundo os estudiosos do tema, pela encíclica *Rerum Novarum* do papa Leão XIII, de 1891, e pela encíclica *Quadragesimo Anno* do papa Pio XI, de 1931.

Os círculos consistem em uma associação de trabalhadores, registrada como pessoa jurídica. Sua direção é eleita em assembleia por seus membros e se configura como uma sociedade civil plural, na fé professada e na profissão de seus sócios. Todos poderiam associar-se ao círculo desde que identificados com a causa e seus objetivos. Assim, eles “admitiam praticamente todo operário bem intencionado e honesto, respeitador da família e da religião. Portanto, só não pode ser sócio quem



Divulgação das encíclicas pela Federação dos Círculos Operários do Rio Grande do Sul, em 1958

tem vícios inveterados, ou adota ideologias subversivas e contrárias às bases das tradições cristãs” (Cartilha Circulista, Rio de Janeiro: Publicações da C.N.O.C. VIII, 1942, p. 51, apud SANTOS, 2008, p. 75). Mas esta expressão do trabalhador organizado também não foi bem aceita pelas associações e sindicatos já existentes.

Os círculos não foram aceitos, logo no seu início, pois adversários às suas ideias viam perigo no movimento, dirigiram um panfleto ao Ministério do Trabalho contra os círculos, conseguindo com isso uma proibição ao funcionamento dos Círculos Operários sendo enviados, por duas vezes, inspetores do ministério a Porto Alegre, porém acabaram por apoiar o movimento e tornaram-se o ponto de partida para que o governo visse com bons olhos os círculos operários (BRENTANO, 1954, p. 07 apud SANTOS, 2008, p. 68-9).

A atuação dos círculos era limitada à cidade, mas sua estruturação foi pensada articulando cinco níveis hierárquicos que podem ser descritos assim: 1) o grupo lo-

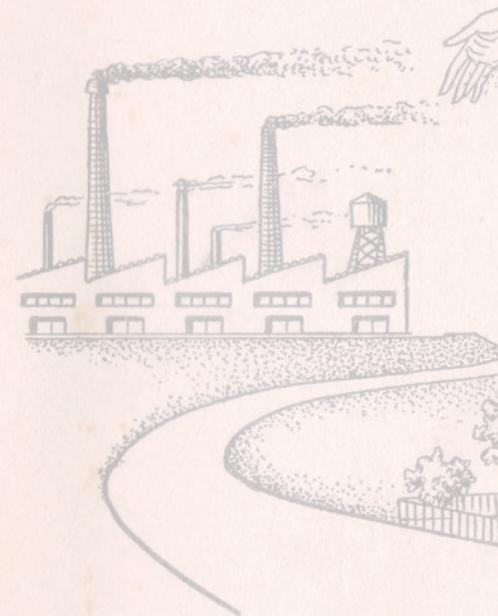
cal; 2) o núcleo local que abrangia mais de um grupo; 3) os círculos operários da região; 4) a federação com abrangência estadual; e 5) a confederação com alcance nacional. A partir da perspectiva local, os círculos procuravam atender todas as necessidades do trabalhador, fossem elas materiais, intelectuais, morais, de saúde ou familiares, orientando e moralizando no sentimento cristão.

Como atender estas necessidades? Percebendo a realidade dos trabalhadores, que naquele momento tinham pouca instrução escolar, Brentano preocupou-se primeiro em resolver este problema, propiciando o ensino básico aos trabalhadores em horários em que eles pudessem acompanhá-lo, após sua jornada de trabalho, que em média era de 12 horas diárias. A seguir, deu impulso a programas de assistência social, beneficiando os sócios com atendimento médico, jurídico, escolas noturnas e ensino profissionalizante, creches, organização de sindicatos, atividades de lazer e recreação, além de estímulos para a compra da casa própria. Com isso, o círculo buscava estar inserido na realidade do

# QUESTÃO SOCIAL

RERUM NOVARUM  
QUADRAGESIMO  
ANO

(EM PERGUNTAS E RESPOSTAS)



Edição da Federação dos Círculos

195



Operários do Rio Grande do Sul

8

trabalhador, lutando com ele pelos seus direitos, por uma vida saudável e por leis trabalhistas mediante a ajuda mútua.

No livro de Paulo de Oliveira – associado, amigo e companheiro de trabalho do padre Leopoldo Brentano –, em seu testemunho ele ressalta que “os círculos não são sindicatos, tão pouco agremiações políticas e nem associações religiosas, mas estão longe do laicismo” (OLIVEIRA, 2000, p. 37). Ou seja, nestas linhas, o autor ressalta a consciência dos círculos de serem norteados pela fé e moral cristã católica; no entanto, eles não eram geridos pela instituição da Igreja, reafirmando-se cada vez mais como um movimento de leigos católicos atuantes. Principalmente no momento de escolha dos dirigentes dos círculos, para Oliveira, o dirigente deveria assumir sua fé católica apostólica romana; se não, seria uma contradição administrar uma sociedade inspirada em ensinamentos católicos e não ser católico (p. 68). A única ressalva encontrada diz respeito aos dirigentes serem cristãos católicos assumidos.

A presença de um “assistente eclesiástico” no corpo diretivo dos círculos representa o braço da Igreja num movimento laico. O assistente eclesiástico exercia muitas atividades nos círculos operários, para além da formação dos operários na Doutrina Social Cristã; Oliveira credita a eles o próprio desenvolvimento do movimento circulista, sendo eles, muitas vezes, a principal figura orientadora também no que diz respeito à aquisição de propriedades.

[...] na sua atividade de doutrina social, assuntos de fé, moral e assistência religiosa, o Assistente Eclesiástico está acima da diretoria da entidade e tem plena autoridade. O mesmo não vale para assuntos econômicos e de administração. O assistente, obviamente, é o único cargo não eletivo da diretoria e sua indicação, bem como tempo de atividade, é prerrogativa do Bispo diocesano. A diretoria e a assembleia geral não podem recusar aquele que for nomeado (BRENTANO, 1954, p. 58 apud SANTOS, 2008, p. 86).

Em meio a tantas atividades, o assistente eclesiástico poderia



## O Círculo

Operário ensina os trabalhadores a fazer bom uso das horas de lazer...”

vetar qualquer iniciativa ou decisão da diretoria. A participação da Igreja mediante a presença do assistente eclesiástico nos círculos deixa clara a ideia de que eles foram criados para resolver os problemas do operariado sob a ótica cristã. Ou seja, trata-se de uma instituição católica, ligada à Igreja, mas dirigida por leigos e para os leigos. Na falta de líderes formados para exercer a liderança circulista, a função do assistente era fundamental. Oliveira (2000) e Santos (2008) concordam que estes “trabalhadores de batina” eram incansáveis em nome do circulismo e da justiça social.

A face do cristianismo social nos círculos operários é evidente, mas deve ser examinada com cautela, pois nem todas as ações e práticas circulistas estavam em sintonia com a Igreja ou com o governo getulista. Nos estatutos, consta que os círculos foram inspirados pela Doutrina Social da Igreja, mas eram um movimento de leigos para leigos. A evangelização e a preocupação com o laicato fazem parte da associação desde seu cerne. Se a evangelização é responsabilidade de todos, por que para os cristãos circulistas não poderia ser? “Os círculos são associações definidas que procuram doutrinar seus sócios na fé com princípios definidos” (OLIVEIRA, 2000, p. 114).

Diante das atividades culturais e recreativas que os círculos operários também ofereciam, para além daquelas assistencialistas, os referenciais associativos se sobressaem e podem demonstrar também uma arrematada dos costumes culturais dos trabalhadores, procurando orientá-los e mantê-los na moralidade cristã<sup>8</sup>.

O Círculo Operário ensina os trabalhadores a fazer bom uso das horas de lazer, fugindo ao jogo e ao álcool e ocupando-se útil e agradavelmente em casa ou na sede, com jogos, música, teatro, etc. ou mesmo com algum esforço em prol do movimento, em que também acham prazer e trabalham com orgulho (BRENTANO, 1940, p. 16 apud SANTOS, 2010, p. 97).

A questão religiosa e social da Igreja: os círculos operários

Para avaliar a face do cristianismo social do movimento circulista no Brasil, precisamos analisar a questão religiosa do final do século XIX que ocorreu por toda a

<sup>8</sup> As normas de conduta circulista referem-se ao comportamento dentro e fora da instituição. A manutenção das regras encontra-se na competência do Assistente Eclesiástico, o seu censor e propagador espiritual e temporal. A competência moral domina hierarquicamente a ordem material e pessoal, onde o Assistente Eclesiástico era responsável pela formação dos militantes circulistas. O papel do Assistente compreende-se pela espiritualidade e pelos condicionantes decisivos para a vida do associado, bem como para a manutenção da ordem estabelecida, diferenciando os Círculos das demais organizações operárias (DIEHL, 1990, p. 68-69).

Europa. Ela aparece imbricada na pauta dos militantes laicistas com a abertura da Igreja aos problemas sociais. Sublinhemos que, neste período, as novas correntes de pensamento social, iniciadas no final da primeira metade do século XIX, liberalismo e socialismo, apresentavam desafios tanto para o Estado quanto para a Igreja. Ou seja, estas novas concepções aceleraram o processo do fim da cristandade, desunindo o poder civil e o eclesiástico. Desta forma, Estado e Igreja separaram-se e procuraram novas estratégias de ação. Para os liberais e os militantes do laicismo, o Estado deveria garantir o bem-estar material do cidadão, enquanto que a Igreja garantiria o bem-estar espiritual dos fiéis.

Para a Igreja, este desafio foi respondido com a convocação do Concílio Vaticano I (1869-1870) sob a orientação do papa Pio IX (1846-1878). Os padres conciliares tomaram como referência o Concílio de Trento, reafirmando as linhas doutrinárias e as diretrizes disciplinares. Deste Concílio surgiu a Restauração Católica<sup>9</sup> baseada na volta do catolicismo

9 A Restauração Católica nada mais significa do que reforma da Igreja nas bases doutrinárias e disciplinares que as circunstâncias dos tempos impuseram e que finalmente foram formuladas nos documentos do Concílio (RAMBO, 1998, p. 148). A retomada da doutrina formulada pelo Concílio de Trento; a obediência à autoridade do romano pontífice e dos bispos; a distância e a rejeição à ingerência do Estado e das autoridades leigas na vida e nos assuntos da Igreja (RAMBO, 2002, p. 60).

tridentino conduzido sob a autoridade direta do pontífice em Roma. Neste momento, o confronto entre a Igreja, o movimento liberal em geral e os maçons estava declarado.

O projeto da Restauração tomou forma atingindo todos mediante os documentos papais. Tem-se como o primeiro grande documento da Igreja Católica desse período, a encíclica *Rerum Novarum*, a qual demonstrou preocupação com o mundo exterior e foi promulgada em 15 de maio de 1891 pelo papa Leão XIII. Para muitos leitores e autores, a Doutrina Social da Igreja Católica foi marcada por esta encíclica, por dar atenção à questão social, denunciando assim a precariedade da vida dos operários e reforçando a ideia da garantia de direitos sociais por meio do Estado. Porém, é importante ressaltar que o pensamento social cristão já vinha sendo arquitetado desde a década de 1840 na Europa; sendo assim, a Doutrina Social é um conjunto de ensinamentos e encíclicas papais inseridos na tradição multissecular da Igreja<sup>10</sup>.

André Souza (2007) ressalta que a encíclica *Rerum Novarum*

10 A Doutrina Social nasce de uma crise teórica e prática das relações entre a Igreja e o mundo e se propôs duas estratégias: 1º: de estabilidade intraeclesial e 2º: de mobilização dos fiéis. As encíclicas anteriores como a *Syllabus* (1864) e a *Humanum Genus* (1884) já tratavam da questão social, posicionando a Igreja frente ao modernismo e alertando quanto à fragilidade dos trabalhadores diante do Socialismo e Maçonaria (SCHALLENBERGER, 2001, p. 81-83).



Para avaliar a face do cristianismo, precisamos analisar a questão religiosa do final do século XIX”

inspirou as ações da Igreja e do Estado no século XX, trazendo uma “verdadeira política social”, baseada na valorização do trabalhador. Ricardo Souza (2008) diz, que a partir de 1891, a separação entre Igreja e Estado foi decretada e, com isso, muitas das atividades sociais que eram realizadas pela Igreja como uma ação de solidariedade religiosa passaram a ter maior autonomia em novos setores de ação e com um claro posicionamento antiliberal de Leão XIII. Em relação a isso, Fernando Catroga (1988) identificou uma resposta das associações laicistas portuguesas para esta questão social da Igreja. Alguns escritores procuravam mostrar uma visão contrária da instituição religiosa a partir dessa encíclica; segundo eles, a Igreja estava misturando catolicismo com socialismo.

As críticas anticlericais e os questionamentos em relação ao posicionamento da Igreja frente à questão social foram mais relevantes no final do século XIX e início do XX em Portugal. Heliodoro Salgado, autor de “A Igreja e o Proletariado” (1888), teorizou sobre o operariado e a relação deste com a Igreja antes da publicação da encíclica. Segundo ele, a Igreja buscava este grupo social porque ele estava em processo de des cristianização acelerada. E após a encíclica apareceu Afonso Costa, com a tese “A Igreja e a questão social” (1895).

Para ele, a renovação doutrinal da Igreja com a *Rerum Novarum* não passava de meras panaceias tendentes a reorganizar-se aos novos tempos para, com isso, criar as condições propícias à reconstrução do antigo poderio que a Igreja tinha exercido sobre a sociedade (CATROGA, 1988, p. 216).

No Brasil, a partir de 1840, a Igreja iniciava um novo modelo, diferente daquele em que a instituição era subordinada ao Estado. A romanização ou o ultramontanismo começava a tomar forma. Dessa maneira, a Igreja passou a estar sob as ordens do Papa, não sendo mais uma instituição sob as ordens da Coroa luso-brasileira. Dermi Azevedo (2004) inclui três fases neste novo período da Igreja: a da reforma católica, a da reorganização eclesiástica e a da Restauração Católica.

Na primeira, os bispos reformadores preocuparam-se em imprimir ao Catolicismo brasileiro a disciplina do Catolicismo romano, investindo principalmente na formação do clero; a segunda é marcada, na Igreja, pela nova experiência institucional, resultante da sua separação do Estado com a proclamação da República; a terceira, também conhecida como Neocristandade, inicia-se em 1922, no centenário da Independência e, nela, a Igreja opta por atuar,

Missa Solene na Igreja junto ao  
Círculo Operário Leopoldense,  
realizada na década de 1960



com toda visibilidade possível, na arena política. Essa opção implica a colaboração com o Estado, em termos de parceria e de garantia do status quo (AZEVEDO, 2004, p. 112).

Iniciar este processo de mudança na Igreja nacional não foi tranquilo, visto que por longo tempo o catolicismo popular era exercido paralelamente às práticas da religião oficial. A devoção a santos não reconhecidos, os ritos, procissões e festas a estes “santos

populares” afastaram, em maior ou menor grau, os fiéis dos rituais institucionais. Além disso, aquelas festas promovidas no meio rural raramente recebiam o acompanhamento do sacerdote, cabendo ao sacristão, um leigo da própria comunidade, organizar e definir a doutrina católica, “o que gerava um sem-número de adaptações dos ritos e crenças oficiais ao cotidiano e necessidades dos fiéis” (SOUZA, 2008, p. 130). Para Ricardo Souza (2008), a Igreja adotava uma postura cada vez mais intransigente,

posicionando-se firmemente contra o catolicismo popular.

E foi desta maneira, segundo Ricardo Souza (2008), que a *Rescriptum Novarum* mais impactou no Brasil; isto é, o alto clero da Igreja se posicionou cada vez mais contra o catolicismo popular e reafirmou o compromisso com o ultramontanismo e com a questão social. No meio eclesial, o documento teve recepção adversa. Embora tenha contribuído para inspirar políticas trabalhistas, como já dissemos

anteriormente, muitos padres viam-no como uma veia socialista na Igreja. Na sociedade como um todo, o documento demonstrou sua importância impulsionando ainda mais a atividade industrial, que naquele período era pouca, tendo em vista as atividades econômicas essencialmente rurais desenvolvidas no país. A questão social foi impulsionada a partir da ação dos imigrantes europeus nas primeiras décadas do século XX, momento em que a figura do pobre deu lugar à figura do operário no campo das preocupações sociais, com o crescimento de algumas cidades, como São Paulo.

Outro aspecto a ser destacado neste contexto refere-se à preocupação dos bispos com os anarquistas e comunistas, repudiando seu ateísmo e a forma como pensavam a organização da sociedade. Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial e da Revolução de Outubro na Rússia (1917), a Igreja viu maior necessidade de se inserir no mundo e se posicionar frente aos conflitos do operariado, procurando reafirmar antigos valores morais, como a família e a vida comunitária, reforçando a identidade religiosa do operariado com forte oposição ao comunismo.

Neste período, a Igreja brasileira foi marcada pela liderança de Sebastião Leme, arcebispo de Recife e Olinda (1916 a 1921) e do

Rio de Janeiro (1921 até sua morte, em 1942). Ele procurou fortalecer a Igreja nacional mediante a inserção de intelectuais católicos nas principais instituições sociais. Para tanto, estava atento à formação destes intelectuais. Este processo ficou conhecido como neocrisandade. A neocrisandade teve seu apogeu a partir da década de 1930, no governo Getúlio Vargas, num processo de aproximação da Igreja com o Estado. Dom Leme tinha o apoio do papa Pio XI.

O pontificado de Pio XI (1922-1939) ficou marcado pelo conservadorismo político, uma vez que através da encíclica *Divini Redemptoris* (1937) ele oficialmente condenou o comunismo e agiu de modo a conceder apoio aos líderes fascistas europeus, Benito Mussolini e Francisco Franco. Estimulou a aliança entre Estado e Igreja como forma de fortalecimento do catolicismo. Sob seu comando, a Igreja formou o amplo movimento de leigos chamado Ação Católica (SOUZA, 2007, p. 141).

A encíclica de 1937, citada por André Souza, também serve como referência para pensar as influências do modelo fascista nas ações de Brentano no período do Estado Novo. Isto pode ter base no apoio do Centro Dom Vital ao integralismo, movimento fascista brasileiro, sob a direção de Jackson de Figueiredo.

“

O Círculo

Operário ensina  
os trabalhadores  
a fazer bom uso  
das horas de  
lazer...”

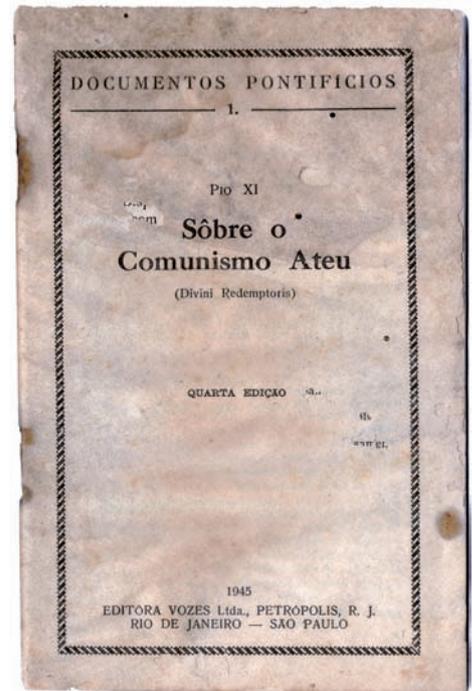
Contudo, como bem ressalta Azevedo (2004), a neocrisandade teve seu início bem antes de 1930. No ano de 1922, Dom Leme criou o Centro Dom Vital, inspirado na Action Française, que exerceu forte influência na política e no desenvolvimento da Igreja nacional. Além disso, defendia um nacionalismo de direita com um grupo intelectual da elite católica conservadora. Este centro era a base da Liga Eleitoral Católica (LEC), grupo de articulação política. Na década de 1920, o movimento comunista também cresceu e ganhou visibilidade com a organização do Partido Comunista em 1922. Segundo Souza (2007, p. 143), “O discurso anticomunista da Igreja e do Estado foi decisivo para a reaproximação institucional” (SOUZA, 2007, p. 143). É neste contexto de militância católica e reaproximação com o Estado que surgiram os círculos operários.

A referência ideológica dos intelectuais católicos brasileiros de então era o corporativismo, perspectiva de “harmonização” de classes sociais, por meio da organização de trabalhadores por categorias profissionais (corporações) em suposta colaboração mútua. Tal concepção tradicionalista de uma “incorporação de trabalhadores pelo alto” representava a versão latina da terceira via católica, que acabou por casar-se muito bem com a política getulista

como um todo. O aspecto progressista foi a pressão pela implementação de uma legislação social, sobretudo previdenciária. Uma face secundária da terceira via católica no Brasil traduzir-se-ia em iniciativas isoladas de mutualismo e cooperativismo, por parte de alguns militantes católicos de base (SOUZA, 2007, p. 143).

É um corporativismo associativo e não sindical que norteou as ações dos círculos operários porque, como já dissemos, os círculos recebiam trabalhadores de todas as profissões e construíam uma organização com a pluralidade. A ação circulista vinculou-se à Ação Católica no contexto internacional de transformações da Igreja, e foi concebida como um movimento que levava em conta a participação do laicato, organizado no apostolado da Igreja, acima e além dos partidos, buscando estabelecer o reino de Jesus Cristo (BRUNEAU, 1974, p. 88). Para construir este reino, era preciso a conquista da justiça social. Para dar conta da orientação ao trabalhador baseada na ética e moral cristã e protegê-lo das “subversões”, os círculos criaram departamentos de formação, beneficência, saúde, cultura e lazer.

Os circelistas incentivavam seus associados à participação ativa nos sindicatos mediante um trabalho de inspiração religiosa



para, assim, instaurar a “ordem social cristã”. Desta maneira, o circulismo pretendia não só lutar pelos direitos por meio da legislação, como também integrar os trabalhadores e patrões numa política patronal e assistencialista. A ideia não era estimular o trabalhador às discussões sobre classe social e revoluções, mas sim manter a ordem já estabelecida, valorizando, mesmo que de modo conservador, a ação política. Isto diferenciava os círculos operários de outras associações cristãs existentes, pois o assistencialismo circulista não negava a política, que iniciava no próprio local de trabalho, desde que subordinada à religião. E tam-

bém porque conseguiu unir a ação coletiva<sup>11</sup> em todo o país. “A Igreja Católica Brasileira adotou os Círculos Operários como o representante da Ação Católica junto aos trabalhadores brasileiros. Esses se tornaram pilares da aliança entre o clero católico e o Estado Novo” (SANTOS, 2008, p. 41).

Em 1935, Dom Leme convocou padre Brentano para ampliar o movimento circulista e articular as ações da Federação de Círculos Operários do Rio Grande do Sul com os diversos movimentos operários católicos que atuavam em outros estados. A Confederação Católica do Trabalho era uma organização expressiva e atuante no

11 Como citado anteriormente, o movimento circulista reunia sindicatos e outras associações, de modo muito semelhante ao Estado. Brentano tinha o apoio de Dom Sebastião Leme e do então presidente do Centro Dom Vital Alceu Amoroso Lima, para reunir o sindicalismo ao princípio da moral cristã. Desta maneira afastavam-se também os regionalismos, característica marcante da década de 1920 (SANTOS, 2008, p. 40).

movimento operário mineiro<sup>12</sup>, que discordava da política estabelecida pelos círculos operários com o Ministério do Trabalho no processo de sindicalização. Outras organizações católicas compartilhavam da mesma ideia da confederação mineira e tinham a expectativa de constituir uma estrutura sindical confessional. “A ação conjunta da Confederação Nacional dos Operários Católicos com a federação gaúcha só foi desenhada com nitidez em 1936 durante o Congresso Eucarístico realizado em Belo Horizonte” (SOUZA, 2002, p. 205).

No Congresso Eucarístico foi constituída a Frente Trabalhista

12 Sob a bandeira do catolicismo social, a entidade aglutinou em torno de si a maioria dos sindicatos e associações de trabalhadores da cidade, durante a década de 1920, e apresentou diretrizes para as vivências cotidianas e do mundo do trabalho. A entidade tinha uma ligação muito forte com a Igreja que, mais que fornecer a ideologia que balizava suas ações, ocupava espaços em sua administração. Pela influência exercida sobre os trabalhadores, a Confederação Católica do Trabalho constituiu elo entre os empregadores, o poder público e a classe trabalhadora da cidade (AMARAL, 2007, p. 57).

Cristã Nacional<sup>13</sup>, responsável por coordenar as entidades católicas existentes e aquelas em processo de criação. As “sessões operárias” deste congresso reuniram delegados, representantes das mais expressivas associações católicas. Aquelas sessões que reuniram representantes do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul encontravam-se sob a proteção do cardeal e arcebispo D. Leme e sob a direção de Brentano. Estabeleceu-se o papel da Frente Trabalhista Cristã Nacional como entidade nacional, representante da Igreja no mundo do trabalho<sup>14</sup>.

13 É importante salientar que, na dissertação de Santos, Brentano aparece como coordenador da Frente Trabalhista Cristã Nacional (SANTOS, 2008, p. 40); no entanto, Jessie Souza (2002, p. 205-6) apresenta esta entidade como sendo à parte do circulismo, sendo os dois inclusive adversários.

14 Porém, o circulismo teve grande apoio da hierarquia eclesiástica durante o congresso. Travou-se uma luta nos bastidores entre as diferentes posições, e, mesmo com o todo apoio, não foi suficiente para encerrar as desconfianças de outras associações católicas e da Confederação Católica do Trabalho frente aos círculos operários. A resposta ao embate foi à escolha do circulismo como representante do alto clero, pois respondia melhor ao disciplinamento que a Ação Católica exigia (SOUZA, 2002, p. 206).

Pio XI  
 Sobre o  
 Comunismo Ateu  
 (Divini Redemptoris)

Em 15 de maio de 1931, outro documento papal foi fundamental para as ações do circulismo e das associações católicas no Brasil, a encíclica *Quadragesimo Anno*, de Pio XI, a qual rejeita a ideia de luta de classes e reforça ainda mais o corporativismo já existente na *Rerum Novarum*, publicada 40 anos antes. O corporativismo caracteriza-se pela organização da sociedade em associações representativas ou atividades profissionais. Ambas as encíclicas trazem soluções para a questão social por meio do corporativismo socioeconômico, da prevalência da ordem social, do fomento à família e às associações, defendendo uma moral religiosa de oposição ao comunismo.

A *Quadragesimo Anno* foi o segundo grande documento da Igreja na questão social, centrando sua atenção no mundo do trabalho. Nela, “A classe trabalhadora era

definida, então, pelo ato de produzir, de trabalhar que se baseava na natureza da pessoa humana e na sua dignidade” (SANTOS, 2010, p. 30). Nas palavras do jesuíta Pancrácio Dutra, “o trabalho se destina a ser um elemento de vida, um fator que valoriza a vida humana, engrandece a personalidade do homem, concorrendo para a prosperidade, grandeza e aperfeiçoamento moral e para a felicidade de cada um e de todos” (DUTRA, 1967 apud OLIVEIRA, 2000, p. 29).

Assim, a face cristã do circulismo foi traçada pelos diferentes momentos da Igreja nacional<sup>15</sup>, sobretudo pela militância internacional da instituição, que percebeu no laicato e nas questões nacionais emergentes uma forte organização, apoiada nas estruturas sociais já existentes, como,

por exemplo, na paróquia, nos grupos, nas organizações e associações. Defendendo a família e a vida em comunidade, não deixou de fortalecer sua relação com Roma, no modelo ultramontano.

Procuramos demonstrar até aqui a inspiração dos círculos operários pela Doutrina Social Cristã e suas ações, mas não podemos deixar de citar a relevância de seu fundador ter sido um jesuíta, filho de imigrantes alemães. Isso nos leva a pensar em outras influências para a ideia de criação dos círculos.

Os exercícios espirituais da formação como jesuíta e a função desempenhada como orientador espiritual pode ter lhe dado o discernimento ou lhe auxiliado a decidir o que fazer naquele contexto. Como enfrentar os problemas a partir da realidade brasileira e do pensamento social cristão?

<sup>15</sup> Inclusive nos anos que seguem ao Estado Novo (ver André SOUZA, A., 2007 e SOUZA, J. 2002).

# Leopoldo Brentano: jesuíta, intelectual, trabalhador

“

ONTEM UM  
MENINO QUE  
BRINCAVA  
ME FALOU  
QUE HOJE É  
SEMENTE DO  
AMANHÃ”

Leopoldo Brentano nasceu em 05 de fevereiro de 1884, na localidade de Roca Sales (então pertencente a Estrela), no Vale do Rio Taquari (RS), numa família de agricultores, imigrantes alemães. Estudou na escola paroquial de sua localidade e continuou seus estudos no seminário menor dos padres jesuítas em Pareci Novo (então pertencente a Montenegro). Quando decidiu seguir a vida sacerdotal jesuítica, foi enviado a Portugal, e lá entrou no noviciado no dia 24 de março de 1903, permanecendo no país por dois anos. Em 1905, foi para a Alemanha, onde fez os estudos de Humanidades e Filosofia. Em 1910, retornou ao Brasil e foi destinado ao Giná-

sio Conceição, em São Leopoldo/RS, onde foi professor de Língua Portuguesa, Matemática, Religião e Geografia.

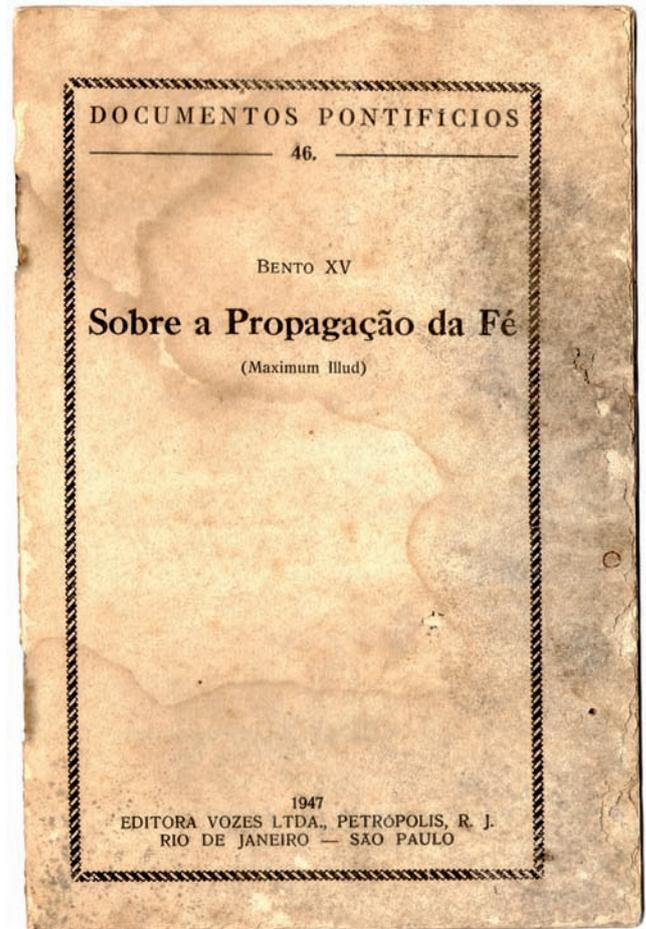
Em 1915, iniciou a Teologia no Seminário Conceição, em São Leopoldo, e foi ordenado sacerdote em 16 de janeiro de 1918. Em 1919, foi ser professor no Ginásio Catarinense, em Florianópolis. Nos dois anos seguintes, esteve em Pareci Novo, onde fez sua 3ª Provação (1920), período de estudos após a ordenação. Em 2 de fevereiro de 1922, ele voltou ao Ginásio Catarinense e concluiu sua formação jesuítica professando votos de coadjutor espiritual. Mas foi no ano de 1928 que sua vida contribuiria para a causa trabalhista. Ele foi destinado ao Ginásio Gonzaga em

Pelotas/RS. Lá exerceu a função de diretor espiritual dos alunos e também foi diretor da Congregação Mariana dos Moços. De 1929 até 1931, foi o superior da Residência dos Jesuítas na cidade.

Nas memórias afetivas de Paulo de Oliveira, que se intitula amigo e companheiro de Brentano desde 1936, a ideia de fundação dos círculos foi de oposição ao comunismo conforme as encíclicas de 1891 e 1931. Para Oliveira, “o comunismo não é só político, ele é descaradamente ateu” (2000, p. 37). Além disso, Oliveira reforça que os círculos são modelos que seguiam o exemplo das Associações Kolping da Alemanha e que Brentano queria uma dessas organizações no Brasil (OLIVEIRA, 2000, p. 38). Em 1937, o Pe. Leopoldo Brentano transferiu-se para o Rio de Janeiro, então Capital da República, a pedido do Cardeal Sebastião Leme, para implantar, juntamente com os líderes católicos do Centro Dom Vital, o projeto dos Círculos Operários no Distrito Federal e, depois, em todo o Brasil, como já dissemos anteriormente.

Neste mesmo livro de testemunho, que tem a pretensão de ser uma biografia de Brentano, Oliveira critica a tese de Álvaro Barreto (1995) em diversos pontos. As principais críticas levantadas por Oliveira referem-se ao modo como Barreto analisou o fundador do circunismo. A primeira crítica diz respeito aos reducionismos sobre Brentano, ao supor que o amigo tenha aderido às ideologias do getulismo e do fascismo italiano. Neste sentido, ele relata que Brentano obteve conhecimento do operariado pelo mundo, incluindo o modelo fascista, mas que procurava inspirar uma “alma cristã” nos sindicatos e primava pela pluralidade ou liberdade sindical, a exemplo do modelo francês, e adverte: “Quem viu trabalhando via a sua intenção de cultivar a liberdade dos tra-

balhadores, que eles adquirissem autonomia” (OLIVEIRA, 2000, p. 102). A segunda crítica foi que Barreto teria entendido o circunismo como resultante da afinidade entre Estado e Igreja, limitando a visão de Brentano para o bem comum, isto é, o de motivador e líder da busca por aprovação das leis trabalhistas e de estímulo ao bem social como um dever cristão. Dessa maneira, Oliveira discorda da



ideia de uma aliança firmada entre Estado e Igreja a partir da ação e representação dos círculos operários. Para ele, houve, sim, momentos de convergência, mas também de afastamento, como no caso das desconfianças do Estado ao vigiar e fiscalizar as reuniões realizadas na federação circulista mineira.

Oliveira, em suas lembranças das experiências vivenciadas com o fundador do circulismo no Brasil, pois o conheceu no ano em que ingressou no círculo operário do Rio de Janeiro, incomoda-se principalmente com a imagem do padre Brentano construída pelo autor da tese; salienta, contudo, que o estudo serve para conhecer a história do circulismo. Optamos por utilizar os testemunhos também como vozes que nos chegam do passado para auxiliar na compreensão da complexidade dos acontecimentos, neste caso, da criação dos círculos operários no Brasil. Como bem lembra Giovani Levi (2006), estas literaturas não são capazes de

captar a essência de um indivíduo, porque são histórias simplificadas – um recorte do real que configura uma história tradicional e moral das biografias – ou seja, privilegiam o caráter exemplar de uma vida na dimensão pública, acentuando os feitos, paixões e o saber do protagonista. Contudo, como ressalta Loriga (2011), o passado não é algo recuperável, mas uma herança viva e geradora de sentido.

Após coordenar tantas atividades e ser assistente eclesiástico da Confederação Nacional dos Operários Católicos, padre Leopoldo Brentano faleceu no Rio de Janeiro, no Colégio Santo Inácio, no dia 08 de outubro de 1964. Este dia, 8 de outubro, foi mais tarde declarado como Dia Nacional Circulista. O jesuíta Pancrácio Dutra, no texto biográfico que escreveu a respeito de Brentano (1967)<sup>16</sup>,

<sup>16</sup> DUTRA, Pancrácio. O apóstolo dos trabalhadores 1884-1964. *Estudos*, p. 24-38, jul./set. 1967. Este texto está na íntegra no livro de Paulo de Oliveira (2002), o qual foi consultado; por isso, a paginação não confere com o artigo, e sim com o livro de Oliveira.

BENTO XV

# Sobre a Propagação da Fé

(Maximum Illud)

descreve-o como o “semeador e semente o próprio movimento circulista”. Relata ainda que, no dia de sua morte, diversos movimentos sociais o aclamaram como “Apóstolo dos trabalhadores”. Seu cortejo teve a presença de representantes de diferentes setores, como diretoria dos círculos operários, sindicatos, bancários, ferroviários, metalúrgicos, auxiliares administrativos, desenhistas, telegrafistas, arrumadores, alfaiates, padeiros, sapateiros, marceneiros, entre outros (DUTRA, 1967, apud OLIVEIRA, 2000, p. 15).

Segundo Dutra, Brentano lutou para estabelecer a ordem social, lutou pela bandeira branca da paz social, e seu pensamento atingiu o homem do campo e da cidade. Mesmo com diversos obstáculos à sua obra e a descrença dos amigos, autoridades e até seus superiores, Brentano manteve a persistência e a constância. Ele foi o unificador, concretizando a vida circulista em Formação, Ação e Serviço (FAS).

Desta forma, entrosou movimentos de finalidade religiosa com aqueles de finalidade econômico-social, conseguindo, a partir dos círculos, criar uma imagem coesa e representativa dos cristãos. Para este autor, a espiritualidade jesuítica lhe permitiu a fecundidade de suas obras a partir da “A Maior Glória de Deus” (A.M.G.D.) (DUTRA, 1967 apud OLIVEIRA, 2000, p. 20-27).

Percebe-se o diferencial representado pela Companhia de Jesus. No Brasil, ela iria se configurar como uma Ordem empenhada na ação pastoral, no final do século XIX e início do XX.

A memória destes sujeitos, Paulo de Oliveira e Pancrácio Dutra, permite-nos construir uma imagem daquilo que ocorreu, de acordo com suas experiências. Para quem Leopoldo Brentano foi importante? Seu papel foi determinante naquele contexto? Outro indivíduo poderia ter desempenhado seu papel? Estas perguntas

podem ser feitas ao personagem histórico, sendo questões que podem servir inclusive como critério de seleção para o estudo de biografias. Que certeza Brentano tinha que sua ideia teria sucesso? Que os resultados de suas ações seriam profícuos, assim como ele imaginava ou pretendia?

Neste sentido, a utilização do contexto social e cultural tanto do indivíduo quanto do seu lugar de atuação, isto é, do ambiente onde se desenvolveu como figura pública, é um fator capaz de nos oferecer a atmosfera que o tornaria singular. “A reconstituição do contexto histórico e social em que se desenrolam os acontecimentos permite compreender o que à primeira vista parece inexplicável e desconcertante” (LEVI, 2006, p. 175). Argumentaremos que o modelo que Brentano seguiu para os círculos operários foi o mesmo das Associações Kolping. Este modelo também foi refletido a partir do pensamento social cristão do século XIX.

# Igreja da Imigração e a vida associativa

“  
NÓS  
PODEMOS  
TUDO, NÓS  
PODEMOS  
MAIS”

As Associações Kolping se desenvolveram na Europa num momento de grandes transformações na Igreja, como já assinalamos no presente texto. Os comentários que seguem visam contextualizar a realidade da Alemanha na segunda metade do século XIX<sup>17</sup>, país onde as associações tiveram origem e onde Brentano completou sua formação.

O fervor e as práticas católicas ficavam prejudicados com o término da Revolução Francesa e depois, nos 15 anos seguintes, com as guerras e conquistas de Napoleão pela Europa inteira. No

ano de 1803, a ocupação da região do Reno por Napoleão teve repercussão importante entre os estados alemães, principalmente em relação à secularização dos bens eclesiásticos, a fim de compensar os príncipes afetados. Sabemos que a Igreja ficou privada dos seus recursos organizacionais, hierárquicos e materiais. Os bispos, o clero e os fiéis procuravam formas de ação diante da desorganização religiosa e política em que se encontravam. Nos territórios alemães, governantes interferiram profundamente no cotidiano da Igreja, focando suas interferências em três pontos essenciais: a primeira eram as frequentes tentativas de diminuir ou anular a autoridade hierárquica; a segunda era consequência da primeira, ou seja, estremecer a rela-

<sup>17</sup> Sobre o associativismo e o pensamento social cristão na Alemanha tratei no primeiro capítulo de minha dissertação (SANTOS, 2013) e com uma abordagem muito semelhante à do presente texto.

ção do clero com os bispos, até ficar completamente comprometida; e, por fim, investir na formação do clero em sintonia com o governo laico e inteiramente desfavorável à orientação da Igreja (RAMBO, 2011, p. 36-37).

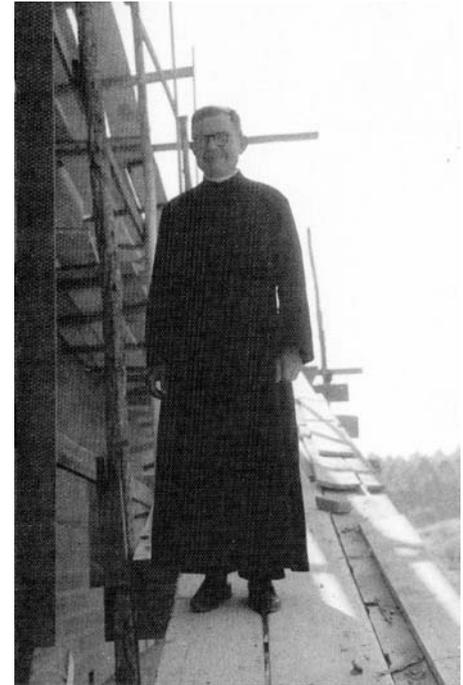
A reação da Igreja alemã sugeria um entendimento entre os governantes e o papa, via concordata. Porém, não teve sucesso e não passou de intenção. Diante desse cenário desolador da Igreja Católica, o então bispo auxiliar de Würzburg (1801-1817), Georg Karl von Fechenbach, propôs o embate e o confronto de ideias. Ele estudou as correntes do pensamento contrário à Igreja e acompanhava, sistematicamente, o pensamento laico, que, a seu ver, contaminava o povo.

De pouco adianta combatê-los sem um mínimo de conhecimento de causa. É preciso enfrentar a situação no mesmo nível, munido do conhecimento do ponto de vista e das intenções dos adversários. O caminho mais curto e mais seguro consiste em somar os esforços em

associações formadas por elites intelectuais, em condições de identificar e interpretar corretamente os sinais dos tempos (RAMBO, 2011, p. 39).

Nesse sentido, a ordem era instruir todos, enfrentando a formação dada pelos governantes ao jovem clero em universidades estatais. O bispo auxiliar de Speyer, Wilderich von Waldesdorf, organizou um grupo de elite intelectual e lhe conferiu atribuições bem específicas como missão a ser cumprida. Deveria garantir a ortodoxia doutrinária, zelando, assim, pela disciplina eclesiástica, a começar pela conquista do *Jornal de Literatura*, destinado aos professores.

Outro problema era o avanço da influência protestante. Em meio à hostilidade aos católicos, acentuava-se a influência dos protestantes na administração pública, e, cada vez mais, bispos e padres eram vistos como agentes do atraso. Conseqüentemente, a massa católica era percebida como ignorante e supersticiosa.



P. Cândido Santini S. J.

Tal cenário de desorganização atingiu o ponto crítico em 1848, momento em que a Igreja se viu sozinha, sem poder contar com os governos fragilizados e com prestígio abalado. “Para as autoridades eclesiásticas e para as lideranças católicas leigas, não restava dúvida de que a restauração do prestígio e da revitalização da Igreja na Alemanha passava pelo povo católico” (RAMBO, 2011, p. 43). É nesse contexto, na cidade de Mainz, que a população católica encontrou respostas para tais problemas. Esta região de fronteira com a França convivia com a constante problemática de identidade nacional e, conseqüentemente, desestruturação social. Ademais, as ideias inovadoras oriundas de Paris ecoavam primeiramente em sua população. Por isso, a cidade deveria ser a primeira a ser arregimentada em uma associação católica.

De acordo com Rambo (2011, p. 43), a inspiração veio de agremiações que já atuavam com sucesso na Inglaterra, na Irlanda e na França, com o objetivo de defender a Igreja e a liberdade religiosa. Em meio a dificuldades relacionadas ao descrédito da população diante do cenário tumultuado da década de 1840 e da falta de tradição associativa, os líderes católicos fundaram, enfim, a associação, após formular e aprovar os estatutos, por meio de um documento assinado por mais

ou menos 400 sócios fundadores. Estava criada a Associação de São Pio de Mainz, a Pius Verein.

Ernelo Schallenberger (2001) destaca outras questões para o movimento católico alemão que podem ter servido de inspiração para os emigrados alemães ou ter permanecido na memória social de quem teve contato com esse pensamento. A ocupação da região do Reno, em 1803, repercutiu fortemente nos estados alemães, como vimos. Dessa região renana e dos territórios anexados pela Prússia após o Tratado de Viena vieram em grande número imigrantes alemães para o Rio Grande do Sul. A região do Reno tem suas fronteiras com a França, Bélgica e Suíça, e tinha uma população majoritariamente católica, que vivia da pequena propriedade rural e da prática da agricultura familiar. Segundo Schallenberger (2012, p. 16-17), aquela população era marcada pelo conservadorismo, o que favoreceu uma organização social caracterizada e constituída pelas raízes culturais plantadas nas tradições de comunidades rurais e baseadas nos princípios ético-religiosos do catolicismo, concebendo, assim, uma visão romântica<sup>18</sup> da socie-

<sup>18</sup> A filosofia romântica destaca o homem pertencente ao grande organismo do universo. A sociedade, os povos, a humanidade são elementos da grande unidade orgânica. O romantismo alemão atingiu a espiritualidade como um todo: fundamentava o pensamento social cristão católico, os princípios do corporativismo na organização religiosa e o resgate do tradicionalismo francês (SCHALLENBERGER, 2001, p. 54-5).

dade. “Os românticos concebiam a sociedade, ou o povo, como uma totalidade homogênea e autônoma. A filosofia romântica insistia na peculiaridade do destino especial de cada povo” (CRIPPA, 1978, p. 123, apud SCHALLENBERGER, 2012, p. 17).

Roma não deu total apoio à Igreja alemã, e, com as frustradas tentativas da igreja local de ter os bens eclesiásticos restabelecidos, a realização do Congresso de Viena (1814-1815) alimentou sentimentos de revolta e certa melancolia. A Igreja alemã perdeu, no âmbito econômico, a autonomia e o sistema de organização, além do enfraquecimento cultural e político. Ela passou a depender cada vez mais de Roma, e os interesses das igrejas locais foram muitas vezes desconsiderados com vistas aos resultados das negociações feitas pelo governo e a cúria romana. Dessa crescente dependência surgiu o movimento conhecido como ultramontanismo, “pelo qual toda a ação católica se nutria das orientações emanadas da cúria romana” (SCHALLENBERGER, 2012, p. 18). Assim, os alemães passaram a focar-se no seu pertencimento a uma comunidade universal.

A primeira estratégia era tornar conhecido o pensamento cristão católico, editando e reeditando obras de orientação pastoral. Inclusive, foi traduzido para o alemão o pensamento do francês

Chateaubriand, pensador cristão romântico ainda desconhecido na Alemanha. Para marcar presença na sociedade, a igreja desenvolveu outras estratégias planejadas na ação pastoral. Somente depois de 1840, a relação entre Estado e Igreja tornou-se mais branda, isso porque Frederico Guilherme IV chegou ao poder e manifestava simpatia pelo romantismo católico.

O movimento católico, com o intuito de reafirmar o seu caráter universal frente ao liberalismo anticlerical e ao protestantismo antirromano, bem como fazer frente às revoluções liberais, fundou em 1848, em Mainz, a já citada Pius Verein, em defesa da liberdade da Igreja. Buscava a unidade dos fiéis sob a proteção do papa e na defesa da liberdade religiosa. Ademais, estava sendo lançado o Manifesto Comunista, no mesmo ano, e era preciso estar atento à sua difusão. As associações se multiplicaram por toda a Alemanha, e uniram-se em assembleias, mobilizando o mundo católico para juntar esforços a fim de melhorar tal realidade religiosa, política e econômica. As assembleias eram conhecidas como *Katholikentage*, “Dias dos Católicos”.

Os *Katholikentage* eram a organização maior dos católicos; eram reuniões de assembleias gerais

para definir diretrizes do pensamento social católico. Os assuntos eram definidos de acordo com a conjuntura social, buscando formas de ajuda mútua dos católicos (SCHALLENBERGER, 2012, p. 19). Após a organização das assembleias, os associados alimentaram o desejo de reunir-se em uma Federação Alemã de Associações Católicas, o que foi concretizado por ocasião da inauguração da catedral de Colônia. Decidiram unir todas as associações numa única federação, garantindo ainda mais a conquista da liberdade para a Igreja e a religião. Não demorou muito para os associados se organizarem numa confederação, ou seja, a federação nacional das associações católicas. Elegeu-se como missão, além da liberdade institucional da Igreja, a formação do laicato e do clero, como premissa para discernir os problemas e tomar decisões conscientes e responsáveis (RAMBO, 2011, p. 44-46).

As questões do campo perduravam com a resistência dos pequenos proprietários à modernização, procurando manter o *status quo*. A industrialização tardia e os problemas fronteiros contribuíam ainda mais para essa tensão. Ao Estado coube deixar o caminho livre para a Igreja poder dedicar-se a tais questões. É nesse momento que a Igreja, cada vez mais coesa em organizações, voltou-se para os

problemas econômicos e sociais. Para Schallenberger, “forjou-se o pensamento social cristão-católico” (2012, p. 21).

No contexto de empobrecimento, medo da industrialização e decadência das camadas sociais, o pensamento social católico definiu uma missão clara para a Igreja nessa nova ordem. No primeiro discurso em assembleia geral, o futuro bispo de Mainz, Wilhelm von Ketteler, em 1848, ressaltou a tarefa da Igreja ao dizer que somente a Igreja era capaz de dar soluções para as questões sociais (RITTER, 1954, p. 36, apud SCHALLENBERGER, 2012, p. 22). Ketteler já apontava para uma preocupação com o social da comunidade e uma autoafirmação do catolicismo diante do Estado.

Na década de 1870, com o império alemão instalado, o controle sobre a Igreja e sobre o avanço liberal cresceu. Procurava-se minimizar a influência cultural da Igreja naquele contexto de sociedade industrial em formação, porque era vista como uma instituição atrasada e reacionária frente ao modernismo. Dessa forma, a Igreja sofreu intervenções importantes nos estabelecimentos de ensino, sobretudo aqueles de formação religiosa, pois as aulas de teologia não estavam mais sob o controle da igreja, diminuindo assim as formas mais eficazes de alimentar e reali-

mentar a doutrina. Bismarck instituiu as leis do *Kulturkampf*<sup>19</sup>, um movimento reacionário de forte expressão anticlerical.

Tais experiências de associativismo e o surgimento do pensamento social cristão na Alemanha habitaram o imaginário de muitos imigrantes e descendentes teuto-brasileiros, assim como padre Brentano. Não se podem ignorar esses contextos sociais, culturais e políticos que podem tê-lo influenciado a, mais tarde, inaugurar um modelo semelhante no Brasil.

Como vimos anteriormente, na Alemanha já vinha sendo estruturado um pensamento social católico com Wilhelm Emmanuel von Ketteler (1811-1877). Ele é visto pelos pesquisadores do tema como o principal formulador da visão social do catolicismo naquele país. Formado em direito, tornou-se padre motivado por uma polêmica envolvendo a Igreja e a educação dos filhos nos casamentos mistos. Estava convicto da importância do papel da Igreja nas questões sociais e tornou-se um dos mais arrojados defensores da liberdade política e religiosa. A consequên-

19 O *Kulturkampf*, como expressão local da ilustração, isto é, do otimismo no poder da razão e na possibilidade de organizar a sociedade com base em princípios racionais, caracterizou-se pela reação ao movimento católico do ultramontanismo, que havia colocado o foco da condução religiosa e das organizações católicas sob a orientação de Roma (SCHALLENBERGER, 2012).

“

A Igreja sofreu intervenções importantes nos estabelecimentos de ensino, sobretudo aqueles de formação religiosa”

“A Igreja foi tomando consciência de si própria e percebeu que o discurso religioso não chegava aos corações de quem tinha fome, carências e necessidades



cia do seu engajamento o tornou um dos responsáveis pela elaboração da carta oficial da Igreja em relação à questão social, a encíclica *Rerum Novarum*. “Para Ketteler, os grandes problemas sociais do seu tempo residiam na avareza dos ricos e dos possuidores dos bens, que negam as leis naturais mais elementares e gastam suas fortunas sem repartir com pobres, que morrem de fome” (SCHALLENBERGER, 2012, p. 30).

O que acreditamos ser importante destacar no pensamento de Ketteler foi seu entendimento quanto às políticas sociais. Para ele, somente a Igreja era capaz de formular respostas às verdadeiras questões sociais, revelando uma postura defensiva e paternalista assumida pela Igreja. Essas ideias foram expressas na primeira assembleia da Associação dos Católicos de São Pio, em 1848.

A Igreja foi tomando consciência de si própria como instituição social e, percebeu na ação das associações católicas, que o discurso religioso não chegava aos corações de quem tinha fome, carências e necessidades. O padre Adolf Kolping (1813-1865) defendia que era preciso recuperar a dignidade humana, para depois conquistar as

almas. Ele percebeu que nas associações de aprendizes

controladas pela Igreja, a situação de carência das necessidades básicas não permitia que o discurso eclesial tivesse ressonância, porquanto não se buscasse recuperar a dignidade das pessoas, restituindo-lhes a confiança, para depois lhes conquistar a alma. A pastoral deveria se revestir, portanto, de uma face pedagógica, que deveria se estender para o terreno da educação, da formação profissional e da tomada de consciência dos indivíduos (RITTER, op. cit., p. 88-89, apud SCHALLENBERGER, 2001, p. 69-70).

Ketteler defendia e concordava com as ideias de Kolping, e a elas acrescentou a sua própria percepção. Diante o problema social a partir da variável do trabalho, motivou o discurso do liberalismo social, procurando afastar o trabalhador do marxismo. As associações eram a expressão máxima de organização do pensamento social católico alemão. Se Ketteler inspirou e/ou colaborou com a encíclica *Rerum Novarum*, outro intelectual também o fez no caso da encíclica *Quadragesimo Anno*, o jesuíta Heinrich Pesch (1854-1926). Baseado na solidariedade cristã e na socialização dos homens, Pesch desenvolveu um sistema de trabalho social fundamentado na solidariedade cristã (SCHALLENBERGER, 2001, p. 70-71).

No Brasil, a questão social ganhou voz a partir da ação dos imigrantes europeus na perspectiva de apresentar críticas às sociedades capitalistas, trazendo à luz a realidade de exploração do operariado, como já citamos anteriormente. Mas a Igreja latino-americana sempre manteve relações mais estreitas com os Estados Ibéricos do que com o próprio papado. Os bispos estavam a quilômetros de distância das comunidades, o que os impedia de dar o mínimo de assistência aos padres e à população. As práticas de culto e cerimônias respondiam muito mais aos caprichos dos patrocinadores do que às exigências de ritual sagrado institucionalizado.

Em meados de 1900, as províncias jesuíticas latino-americanas de modo geral passavam por vários problemas, principalmente a escassez de religiosos. O país estava dividido por duas missões jesuíticas até 1911: a Missão da Província Germânica, no Rio Grande do Sul, e a Missão da Província Romana, em todos os outros estados brasileiros (ZACHARÍADHES, 2010). A maior concentração da ordem estava na região centro-leste do país.

Com a expulsão dos jesuítas da Alemanha em 1872 – acusados de terem criado o Partido Católico do Centro e de serem agentes a serviço de Roma – pelo *Kulturkampf*, pela perda dos estados pontificais

e pelos diversos conflitos da Alemanha bismarckiana, eles vieram para o Brasil e assumiram a pastoral entre os imigrantes alemães no Rio Grande do Sul. Era necessário organizar a religião como a conheciam na terra de origem, aproximando-a cada vez mais da tradição religiosa do seu país, o que repercutiu na formação do clero e das lideranças.

A Companhia de Jesus e outras congregações chegaram ao país em um momento de transformações sociais e culturais, em que a Igreja nacional buscava uma reestruturação, na segunda metade do século XIX e no início do XX. O maior desafio era formar lideranças para promover a educação popular e, com isso, a restauração católica; por isso, a promoção da vinda de congregações e ordens religiosas, para acelerar este processo. As relações comunitárias eram a essência para estas organizações.

Os religiosos passavam a assumir papéis que viriam dar eficácia à reforma que se intentava. Dentre esses religiosos, tiveram os jesuítas destacada importância [...] esses agentes afluíram para o Brasil em grandes quantidades, pois a separação entre a Igreja e o Estado facilitou-lhes a vinda, a partir de uma Europa com muitas congregações em crise devido ao crescimento do laicis-

## DOCUMENTOS PONTIFÍCIOS

mo e do liberalismo. O Brasil, na confluência desses dois fatores, aparecia como opção para se vir lutar por um modelo de Igreja tridentina e antiliberal (CABRAL, 1993, p. 168 apud ZACHARIÁDHEIS, 2010, p. 34).

Ressaltamos a presença de jesuítas no sul do país, que iniciaram um processo de imigração em 1840, com maior intensidade a partir da década de 1870. Os novos sacerdotes europeus, sobretudo da Suíça, da Baviera, do Palatinado, do Vêneto, do Tirol e da Polônia, estimularam o fervor religioso, a vida sacramental e a fidelidade religiosa. Os jesuítas, junto com os outros religiosos imigrantes, inclusive protestantes, formaram a “Igreja dos Imigrantes”. Os católicos pensando no fortalecimento do vínculo com Roma, e os protestantes, com um caráter nacional, pensando em fortalecer seus laços com o Estado.

Preocupada com a restauração da fé, a Igreja da imigração caracterizou-se pelo envolvimento na vida do povo, incentivando a educação e o bem-estar material como um pressuposto para vida espiritual saudável. Seus promo-

tores envolveram-se e concentraram maior atenção na assistência social e na liderança em projetos que visavam à promoção da vida humana. Os católicos buscavam o comprometimento dos fiéis com a proposta social da Igreja, na defesa do seu espaço eclesial e do campo religioso. Além disso, tinham o propósito de renovar a vivência paroquial, formar líderes leigos e investir na educação e vivência comunitária. A participação efetiva da igreja da imigração surgiu em função da ineficiência e da ausência do Estado nas diversas áreas sociais, o que favoreceu a assistência social como uma das definições para o trabalho da pastoral social, além das ações educativas e do associativismo cristão como meios de operacionalizar o projeto de Restauração Católica.

A primeira expressão do associativismo cristão apareceu no Rio Grande Sul em 1902. O Bauerverein ou Associação Rio-Grandense de Agricultores surgiu da necessidade de organizar a produção e seu escoamento na cidade de Nova Petrópolis, região do Vale do Caí, serra gaúcha. O seu fundador, o padre jesuíta The-

odor Amstad, pensou a associação como forma de ajuda mútua tanto para o trabalho como para a convivência na comunidade. Esta associação era interconfessional e interétnica. A segunda experiência, fundada também por Amstad e na mesma localidade, foi o Volksverein ou Sociedade União Popular, em 1912, com o objetivo do mutualismo étnico e confessional nos moldes do Volksverein alemão. No ano de 2012, o Volksverein completou 100 anos de atividade. A associação formava e informava por meio das assembleias católicas, os *Katholikentage*, além de suprir necessidades da comunidade, como dar assistência que o Estado não fornecia, inclusive na construção de estradas.

O Seminário Provincial de São Leopoldo ou Seminário Central Nossa Senhora da Conceição, dirigido pelos jesuítas, ficou encarregado de formar um clero afinado com a Restauração Católica pelo arcebispo Dom João Becker (assumiu a arquidiocese em 1912 e permaneceu até 1946, ano de seu falecimento). O seminário formou um número significativo de clérigos de 1913 até 1956, provenientes

de diversas regiões do Rio Grande do Sul, do país e até do exterior. Ernesto Seidl (2003, p. 95) cita um total de 7.188 seminaristas que passaram pela instituição, dos quais 715 ordenaram-se padres, incluindo seminaristas diocesanos. Dentre estes ordenados, 27 tornaram-se bispos e arcebispos. Da penúria sacerdotal do início do século XX passou-se ao “celeiro vocacional”.

Seidl trabalhou, em sua tese, com a elite eclesiástica do Rio Grande Sul, analisando os padrões de recrutamento e seleção do clero na segunda metade do século XX. A grande concentração de imigrantes alemães e italianos na elite eclesiástica tem implicações nas relações simbólicas, nos contextos sociais e culturais e na formação daquela elite religiosa, que despertou uma imagem consagrada do religioso gaúcho e que tornou o estado nacionalmente reconhecido. Situamos o padre Brentano nesta formação da Doutrina Social dentro de um espaço e lugar que imprimiu um perfil de religiosidade ao estado do Rio Grande do Sul.

Não é comum inserir Brentano no quadro de imigrantes, principalmente porque não foi identificado em suas ações um processo de adequação ou construção identitária étnica. Mas analisá-lo nesta perspectiva, isto é, como parte da igreja da imigração, é evidenciar uma série de atributos pertencentes às representações simbólicas e ações destes indivíduos. A valorização do trabalho entre os imigrantes e seus descendentes e a importância que se dá à vida comunitária são fatores que nos levam a pensar nesse sentido, afóra sua formação jesuítica no RS e fora dele.

Outras experiências de associativismo operário na América Latina foram citadas por Carla Santos (2008) como possíveis exemplos a serem seguidos por Leopoldo Brentano. No Uruguai, nos moldes das associações francesas<sup>20</sup>, Juan Zorrilla de San Martín, juntamente com o padre Andrés Torrielli e outros católicos, como Juan

<sup>20</sup> As Sociedades Vicentinas de 1847, baseadas no mutualismo, procuravam, na assistência social e no solidarismo cristão, amparar os trabalhadores (SCHALLENBERGER, 2001, p. 64). O vicentinismo chegou ao Brasil em 1872, com a formação da primeira Conferência da Caridade no Rio de Janeiro (SOUZA, 2007, p.136-138).

O'Neill e Luis P. Léguas, fundaram em 1881 o Círculo Católico de Obreros del Uruguay, ou seja, dez anos antes da *Rerum Novarum*. Na Argentina o círculo operário foi fundado no ano de 1892, pelo padre Frederico Grote, redentorista alemão, inspirado na encíclica *Rerum Novarum* e no pensamento social cristão alemão. O Círculo Católico de Obreros de Buenos Aires foi inspirado pelo movimento social católico e espalhou-se rapidamente por todo o país.

Dentre os modelos citados, aquele que mais se assemelha ao circulismo brasileiro é o círculo operário da Argentina; embora tenha sido fundado bem antes do círculo brasileiro, ambos foram posteriores à encíclica e se basearam no pensamento social cristão alemão. Este pensamento visava um modelo de vida cristã integrada ao exercício do associativismo com preocupação com todos os aspectos da vida, assim como os círculos operários apresentam em suas diretrizes.

## DOCUMENTOS PONTIFÍCIOS

76.

Pio XII

# Sobre a Santidade e os Fins do Matrimônio

(Alocuções "Già per la terza volta"  
e "Fra le innumerevoli")

1951

EDITORA VOZES LTDA., PETRÓPOLIS, R. J.  
RIO DE JANEIRO — SÃO PAULO

# Considerações

O pensamento romântico dos católicos aproximou uma parte da elite eclesiástica ao governo em diversos países que lutavam contra o comunismo e pela ordem estabelecida. O inimigo em comum aproximou e fez com que unissem esforços de combate. As associações católicas e os círculos operários oportunizaram implicitamente ao Estado elementos de manutenção da ordem social, pois a Igreja já tinha organizado o povo e mantinha-o sob seu poder com o pensamento moral cristão, instrumento que o Estado não tinha. Nessa perspectiva, podemos falar de uma aproximação motivada pela consonância de interesses, isto é, este movimento foi interessante tanto para o governo quanto para a Igreja.

O exemplo do Círculo Operário Leopoldense, que completará 80 anos de atividades, mostra-nos que o circulismo está para além da instituição Igreja porque tem o envolvimento de pessoas comprometidas com a ajuda mútua. A crença na or-

ganização e nas melhorias na promoção do bem-estar para os operários e suas famílias atende uma necessidade social. Será que começar e terminar as reuniões dos círculos em nome de Deus era somente por imposição do assistente eclesiástico? Pensar e rever seus estatutos à medida que o tempo passava não era apenas uma exigência das transformações institucionais, mas também um exercício contínuo de reflexão no interior da entidade e suas ações diante das necessidades dos trabalhadores, da comunidade onde estavam inseridos. Os códigos de fé foram praticados amplamente, sejam na visita do assistente eclesial às suas casas, seja na participação na missa campal para operários e patrões. No entanto, a crença de que este era o melhor caminho, diante das possibilidades de unir forças e seguir em frente, sem perder de vista a luta operária e as reivindicações sociais, foi o que mais persistiu. Onde o Estado não se fez presente, a associação se fez.

“  
VAMOS  
LÁ FAZER  
O QUE  
SERÁ”

## Referências

---

AGULHON, Maurice. *1848, o aprendizado da República*. Tradução de Maria Inês Rolim. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

AMARAL, Deivison Gonçalves. Confederação Católica do Trabalho: práticas discursivas e orientação católica para o trabalho em Belo Horizonte (1919-1930). *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 5, n. 10, p. 56-74, jun. 2007.

AZEVEDO, Dermi. A Igreja Católica e seu papel político no Brasil. *Estudos Avançados*, v. 18, n. 52, p. 109-120, 2004.

BARRETO, Álvaro. *Propostas e contradições dos círculos operários*. Pelotas: Editora Universitária/UFPEL, 1995.

BATALHA, Cláudio H. M. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excluyente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 163-189.

BATISTELLA, Alessandro. O movimento operário e sindical de Passo Fundo – RS (1930-1945). *Pensamento Plural*, Pelotas, [04], p. 59-89, jan./jun. 2009.

BRUNEAU, Thomas. *O catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Edições Loyola, 1974.

CATROGA, Fernando. O laicismo e a questão religiosa em Portugal (1865-1911). *Análise Social*, v. XXIV, n. 100, p. 211-273, 1988.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: Artes de fazer*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 2. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.

DIEHL, Astor Antônio. *Círculos operários no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1990.

GERTZ, René E. Catolicismo social no Rio Grande do Sul: A União Popular. *Revista Veritas*, Porto Alegre, v. 37, n. 148, p. 553-579, 1992.

GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, Marieta de Moraes. Primeira República: um balanço historiográfico. *Revista Estudos Históricos*, v. 2, n. 4, p. 244-280, 1989.

JÚNIOR, Luiz Gonzaga do Nascimento. *Nunca pare de sonhar* (música). 1984.

LEÃO XIII. *Sobre a condição dos operários: Rerum Novarum*. (Biblioteca da Doutrina Social Jackson de Figueiredo). Disponível em: <[www.centroschumann.org](http://www.centroschumann.org)>. Acesso em: 10 jan. 2015.

LESSA, Renato. *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira*. Rio de Janeiro: IUPERJ; São Paulo: Vértice, 1988.

LEVI, Giovani. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (coords.). *Usos e abusos da História Oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 167-182.

LORIGA, Sabina. *O pequeno x: da biografia à história*. Tradução Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. (Coleção História e Historiografia, 6).

LUCCA, Tânia. *O sonho do futuro assegurado*. São Paulo: Contexto; Brasília, DF: CNPq, 1990. (Série República).

OLIVEIRA, Paulo de. *Círculos Operários: de Brentano a Rausch: Testemunho e propostas*. Brasília: CBTC, 2000.

PROJETO MEMÓRIA CIRCULISTA – 50 anos de falecimento do Padre Leopoldo Brentano. Disponível em: <<http://www.fcors.com.br/index.php/235-projeto-memoria-circulista-50-anos-de-falecimento-do-padre-leopoldo-brentano>>. Acesso em: 03 mar. 2015.

RAMBO, Arthur Blásio. A Igreja da Restauração Católica no Brasil Meridional. In: DREHER, Martin N. (Org.). *Populações rio-grandenses e modelos de Igreja*. Porto Alegre: Edições EST; São Leopoldo: Sinodal, 1998. p. 147-162.

RAMBO, Arthur Blásio. A Igreja dos Imigrantes. In: DREHER, Martin N. (Org.). *500 Anos de Brasil e Igreja na América Meridional*. Porto Alegre: Edições EST, 2002. p. 57-73.

RAMBO, Arthur Blásio. *Somando forças: o projeto social dos jesuítas do sul do Brasil*. São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2011.

SANTOS, Carla Xavier dos. “*Nossa Senhora de Medianeira Rogai por Nós*”: A relação do Estado Novo com a Igreja Católica através dos Círculos Operários no Rio Grande do Sul (1937-1945). 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História das Sociedades Ibéricas e Americanas, PUCRS, Porto Alegre.

SANTOS, Carla Xavier dos. “Eu vos farei pescadores de homens”: Os círculos operários no Rio Grande do Sul (1932-1945). *Historiae*, Rio Grande, v. 1, n. 3, p. 91-108, 2010.

SANTOS, Alba Cristina Couto dos. *As marcas de Theodor Amstad no cooperativismo e no associativismo gaúcho*: as lembranças da Associação Theodor Amstad e da SICREDI Pioneira. Porto Alegre: SESCOOP, 2014.

SCHALLENBERGER, Erneldo. *O associativismo cristão no sul do Brasil*: A contribuição da Sociedade União Popular e da Liga das uniões Coloniais para a organização social e o desenvolvimento sul-brasileiro. 2001. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História das Sociedades Ibéricas e Americanas, PUCRS, Porto Alegre.

SCHALLENBERGER, Erneldo; SCHALLENBERGER, Clair T. A. Em nome de Amstad. In: ARENDT, Isabel C.; RAMBO, Arthur B. (Orgs.). *Cooperar para prosperar*: a terceira via. Porto Alegre: SESCOOP/RS, 2012. p. 13-48.

SEIDL, Ernesto. *A elite eclesiástica no Rio Grande do Sul*. 2003. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas, UFRGS, Porto Alegre.

SOUZA, André Ricardo de. As mudanças na intervenção social do catolicismo brasileiro. *Estudos de Sociologia*, UFPE, v. 13, n. 1, p. 131-160, 2007.

SOUZA, Jessie Vieira Jane. *Círculos Operários*: A Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

SOUZA, Ricardo Luiz de. O catolicismo popular e a Igreja: conflitos e interações. *História*, UNISINOS, v. 12, n. 2, p. 127-139, maio/ago. 2008.

TRONCA, Ítalo. *Revolução de 30*: a dominação oculta. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ZACHARIADHES, G. C. *Os jesuítas e o apostolado social durante a ditadura militar*: a atuação do CEAS. 2. ed. rev. Salvador: EDUFBA, 2010. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 16 jul 2014.

Praia de Torres,  
1959





# Desafios

“

*Melaine de Paula**7 de novembro de 2014*

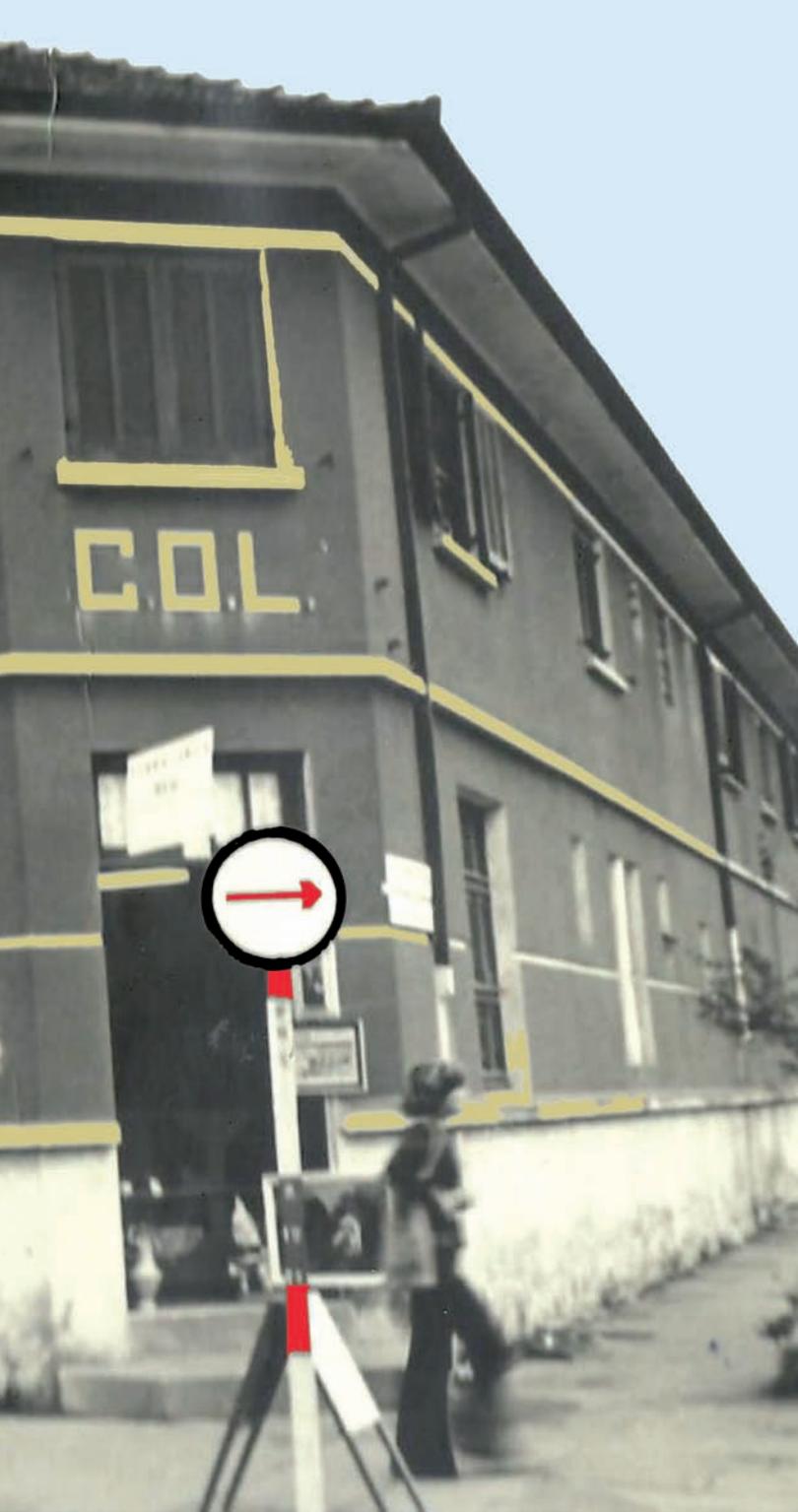
**E**u sempre fiz essa leitura. O COL é um instrumento de articulação. Hoje eu vou usar a palavra ‘capacitar’, mas não é esse o termo. As pessoas dando condições para que a pessoa seja liderança na sua comunidade.”

**A**té pela identificação, porque eu lembro muito bem das reuniões, os bairros não tinham a questão do saneamento básico, era tudo muito complicado e muito difícil na época. Não havia acesso ao diálogo, na verdade, com o poder público de São Leopoldo. Então, você estar dentro de um órgão que te acolhe e te dá caminhos, na verdade o COL fazia isso, um articulador. Eu andei por esses caminhos no COL, além de ser estudante, eu fui membro da diretoria do COL, membro do conselho fiscal e funcionária.”

*Ary Vanazzi**18 de abril de 2015*

**O** Círculo Operário tem toda uma história que vocês conhecem melhor do que eu. Mas vou contar o papel que ele cumpriu de 1982 até hoje na minha vida, mas também na vida da cidade da cidade de São Leopoldo, na vida dos trabalhadores. Ele era [...] era a única entidade que nós tínhamos como referência na cidade para as lutas sociais. Era espaço para cursos de formação, para plenárias, espaço para discutir política, para os trabalhos de uma gente cheia de vontade de mudar o mundo, sonhadores que nós éramos [...] O Círculo Operário sempre cumpriu essa tarefa [...].”





*Telmo Adams*

*11 de novembro de 2014*

O Círculo tinha condições das quais as instituições novas não dispunham. O problema era redirecionar uma instituição e os sujeitos que historicamente ali atuavam, que eram pessoas boníssimas e de boa-fé, mas não estavam em condições de compreender a necessidade de mudar. Este foi um desafio difícil. Foi dolorido para o padre Roque Lauschner interferir no trabalho de algumas pessoas. Ele tinha o papel e a autoridade de assistente eclesiástico que os jesuítas sempre mantiveram em relação ao Círculo. Se fosse qualquer outro de nós, não teria conseguido facilmente fazer as interferências necessárias. A liderança do padre Roque apoiava a instauração de novos processos. Ainda em 1987, quando terminei um curso de especialização em cooperativismo, eu tinha bastante contato com o CEDOPE [...]. Percebia-se, em algumas relações de trabalho social ligadas a movimentos comunitários e sociais, o Círculo se fazendo presente nesses espaços e manifestando um novo jeito de se colocar, inclusive na relação com as demais organizações.”

*Fernando Hartmann*

*31 de outubro de 2014*

E ntão o COL entra em uma atividade e depois ele se desloca, à medida que o Estado vai dando suporte, os sindicatos vão aparecendo e aí o próprio Estado vai assumindo determinadas funções, que são características dele. E o COL vai mudando.”



## “Uma “DAS COISAS NOVAS”

Em 29 de julho de 1935, na cidade de São Leopoldo, era preparado o quarto canteiro para semear mais um fruto proveniente da Encíclica *Rerum Novarum*. Era a fundação do CÍRCULO OPERÁRIO LEOPOLDENSE – COL. A semente germinou e cresceu, estimulada pelo Pe. Ignacio Rafael Valle S.J., o qual, ao visitar o COL em 16 de março de 1941, indagava à Diretoria do COL sobre o porquê da inércia deste Círculo, visto que o Círculo Operário de Porto Alegre, onde o Pe. Valle era assistente eclesiástico, já mantinha uma creche e atuava na formação de líderes, preparando os mesmos contra os acenos enganosos de Luiz Carlos Prestes, que já na época pregava os ideais marxistas no Sul. Esta visita do Pe. Valle incentivou a Diretoria do COL a uma reflexão para a ação. Foi alugada uma casa na rua Santana nº 924, hoje rua Presidente Roosevelt, onde foi instalado um ambulatório, cujos atendentes eram uma enfermeira, um médico e um dentista, para os sócios do COL, ato este muito prestigiado pelas autoridades, como o Prefeito Dr. Carlos de Souza Moraes, a Liga de Defesa Nacional e o Comandante da Guarnição Federal de São Leopoldo. A cadeira para o dentista foi doada por Ignácio Schwertner, o qual também gratuitamente atendia os associados. O 19º R.I. também cedia um médico e um dentista assim como posteriormente cedia um instrutor de Educação Física quando entrou em funcionamento a Escola S. Terezinha, isto em 25 de novembro de 1946. Mas o ato mais significativo e aplaudido foi a inauguração da Creche do COL, em 05 de dezembro de 1943, creche esta a primeira e a única existente na cidade até poucos anos atrás. Estavam presentes à inauguração autoridades civis militares e eclesiásticas Municipais e Estaduais. A madrinha da Creche foi Fabíola Dorneles, esposa do então Governador, dando uma subvenção de Cr\$ 3.000,00. O Banco do Brasil doava Cr\$ 5.000,00 e a L.B.A. doava Cr\$ 10.000,00. A participação da Indústria, do Comércio e de particulares era expressiva. Mais expressiva foi a participação de uma comissão de 19 senhoras do Apostolado da Oração, tendo à frente a saudosa Maria Emília de Paula e seu esposo Pelágio de Paula, o então Secretário do COL.

Fonte: Documento alusivo aos 40 anos do COL. 29/07/35 – 29/07/82 = 47 anos





# Centro de Atendimento Socioeducativo – CAS

*Euclides Redin | 22 de outubro de 2014*

O trabalho hoje é diferente daquele do início do século. O que o COL mantém como prioridade é uma escola de Educação Infantil, um projeto socioeducativo com crianças de bairro, e além desses dois projetos vem mantendo também uma casa de atendimento dos jovens infratores [...]. Deveria ser isso, criar uma consciência de cidadania, de responsabilidade coletiva e introdução no mundo do trabalho. Não para se situar como um novo escravo do trabalho, mas um cidadão consciente que faz parte da manutenção do poder, do Estado, do país.





*Telmo Adams | 11 de novembro de 2014*

○
 Círculo ampliou sua esfera de atuação, ultrapassando as questões do trabalhador em si, a sua relação direta com o mundo do trabalho. Mas ficou um trabalho social articulado com esse mundo dos trabalhadores, enfim. Claro, são todos projetos inseridos em bairros; alguns ousados, como esse relativo aos menores infratores. É um trabalho bem exigente, relacionado, penso, com o Juizado da Infância e da Juventude. São ações que exigem muito, inclusive uma clareza que o Círculo tem hoje. Ele tem de fato uma equipe dinâmica, uma diretoria interessada em aprimorar sua atuação. Claro que ainda acontecem falhas, mas sobretudo há uma abertura, uma dinamicidade no sentido de aparecer como uma instituição viva na cidade, integrada nas políticas públicas, nas sociais sobretudo.



# Relação de Bens do COL

## I. No centro da cidade de São Leopoldo

a) Na quadra 59, à rua Lindolfo Collor, duas áreas de igual dimensão separadas por um corredor de 6m. de largura, que conduz da rua Lindolfo Collor para a Capela Nosso Senhor dos Passos. Cada uma dessas áreas tem 41m. de frente, à rua Lindolfo Collor, com 46m. de fundo ao longo das ruas 1° de março e Bento Gonçalves, respectivamente, perfazendo um total de 3.772 m<sup>2</sup>. Na área do lado da rua Bento Gonçalves foi construído um conjunto de dois pisos onde estão instalados a Escola Santa Terezinha, com oito salas; e Jardim da Infância, com duas salas; o Salão Nobre; Secretaria da E.S.T., com a Escola de Dactilografia; a Sede do C.O.L. com a biblioteca, as Sanitárias e 14 quartos para pensionistas do COL. - Na área do lado da Rua 1° de março foi construído outro conjunto de dois pisos, onde se acham instalados: a Creche Nossa Senhora da Medianeira, com duas salas e dormitório; a cozinha; dois refeitórios (para os crechinhos e pensionistas); a Capela, a Secretaria, a sala de estar, a Farmácia do C.O.L. e a residência das Irmãs Religiosas, com 11 quartos, refeitório e sala de estar e sanitárias.

b) Na quadra 50 (adjacente à quadra 59), na esquina das ruas Lindolfo Collor e 1° de março, uma área de 620,60m, na qual foi construído um terceiro conjunto de dois pisos, onde funcionam dois consultórios médicos, alugados; uma sala de corte e costura; 22 quartos para pensionistas do C.O.L. e as Sanitárias.

## II. NO BAIRRO FIÃO

À rua Bela Vista, na quadra 158, uma área com 88,60m. de frente, a rua Bela Vista, e 49,28m. de fundo, entestando com a rua Jacó Jaeger (antiga Arvoredo), perfazendo um total de 4.361,30m<sup>2</sup>. Nesta área foram construídas doze casas, sendo duas mistas (com a frente de material e os

fundos de madeira) e dez de madeira. Todas essas moradias são alugadas a sócios do C.O.L., por preços módicos.

**III. NA ESTRADA FEDERAL**, à altura do bairro denominado "Vila Maria", parada 45, ainda em São Leopoldo, uma área de 5 hectares, mais ou menos, ou seja, de 5.000 m<sup>2</sup>, confrontando pela frente com a Estrada Federal BR 116, na extensão de 222,97m., com 221,30m. de fundo. Mais ou menos no centro dessa área foi construído e está funcionando o LAR DA MENINA SÃO JOSÉ. E um edifício de três pisos, na forma de E Maiúsculo, e que cobre a área de 1.500 metros quadrados.

Todos esses imóveis foram adquiridos pelo C.O.L., com enormes sacrifícios, mediante Escritura Pública e devidamente registrados em Cartório, e na Prefeitura local.

**IV. Na Praia, denominada "Rochedo de Itapeva"**, 1º Distrito de Município de Torres, uma área de, aproximadamente 50.000 m<sup>2</sup>, doada pelo Dr. Adalberto de Tartler, mas cuja delimitação não está ainda suficientemente esclarecida. A doação foi feita com a condição de que o C.O.L. vendesse a área em lotes em duas partes iguais, sendo que uma parte deve ser entregue às "Obras Padre Réus", junto ao túmulo do Servo de Deus, em São Leopoldo; e a outra ficará à disposição do C.O.L. para a manutenção do Lar da Menina São José e demais obras assistenciais, promovidas pelo C.O.L.

Devido às dúvidas surgidas em torno dos limites da área doada, ainda não foi aprovado o loteamento (já organizado), ficando por isso adiada a venda dos lotes.

Também este imóvel foi transferido para o C.O.L. mediante Escritura Pública e registrado em Cartório.

São Leopoldo, 5 de dezembro de 1968

Germano Kelber - Presidente do COL

Homero Hauschild - Tesoureiro

Fonte:.....



*Rochedo da Itapeva  
Parque da Guarita, Torres, 1959*



# Desafio – Órgão de Divulgação do Círculo Operário Leopoldense

## INTRODUÇÃO

O que pretende o Círculo Operário Leopoldense (COL)

O Círculo Operário Leopoldense (COL) foi fundado em 1935 com a finalidade da promoção integral do trabalhador, inspirado nos documentos sociais da Igreja.

O XIIIº Congresso Circulista Nacional, realizado em São Leopoldo nos dias 10 a 13 de novembro de 1983, definiu a "identidade circulista". O XIV Congresso Circulista Nacional pede que todos os Círculos Operários do Brasil e suas quinze federações aprofundem a identidade circulista com a formulação da Nova Carta de Princípios Doutrinários e Programáticos.

O Círculo Operário Leopoldense aceita o desafio da promoção integral do trabalhador que consta em seus Estatutos desde 1935 e sabe que os documentos sociais da Igreja compreendem hoje a promoção integral do trabalhador com muito mais clareza e com muito mais adequação que em 1932, depois do Quadragesimo Anno, que foi o principal documento social da Igreja que inspirou a prática circulista de seu fundador Pe. Leopoldo Brentano.

Hoje as orientações sociais da Igreja se expressam em novas encíclicas, na Teologia da Libertação, em inúmeros outros documentos [...] que representam uma enorme riqueza de orientações para o circulismo.

O Círculo Operário Leopoldense, como os demais Círculos, é um movimento autônomo de cristãos que querem viver o espírito e a prática social da Igreja em contínua evolução frente aos desafios dos novos tempos.

Refletindo na prática, à luz dos documentos da Igreja e do que os Congressos Circulistas propõem, o Círculo Operário Leopoldense define e oferece à discussão dos demais Círculos sua própria identidade na seguinte proposta de Carta de Princípios Doutrinários e Programáticos.

#### **A - INSPIRAÇÃO DOUTRINÁRIA**

1 - O Círculo Operário Leopoldense baseado na Doutrina Social da Igreja e nas Conclusões do XIIIº Congresso Circulista Nacional afirma:

1.1 - Que o trabalhador deverá ser o sujeito de seu trabalho e o transformador principal da sociedade e da natureza em função da realização de si mesmo como homem;

1.2 - Dentro do processo produtivo, o trabalhador deverá dar prioridade ao trabalho e não ao capital e, portanto, deverá colocar o capital a serviço do trabalho e, em última análise, a serviço da realização da dignidade de cada pessoa, criada à imagem de Deus;

1.3 - O trabalhador deverá, a nível de sociedade, ser o gestor livre de suas organizações políticas, sociais, econômicas, religiosas e culturais;

1.4 - Que o Estado e suas formas de organização deverão ser crescentemente o resultado das decisões participativas populares, de forma a que se coloque a serviço da promoção de cada pessoa, isto é, favorecendo a liberdade, a iniciativa e a organização autônoma da sociedade civil em geral e dos trabalhadores em particular.

## **B- POSIÇÃO IDEOLÓGICA**

2 - O Círculo Operário Leopoldense, como objetivo permanente a longo prazo:

2.1 - Lutará pela difusão e ampliação da propriedade privada e individual ou propriedade social e individual dos autônomos, isto é, das unidades de exploração individual ou familiar dos trabalhadores rurais e urbanos (defenderá, por exemplo, a nível rural, a distribuição das terras sob forma de propriedade privada a cada agricultor ou propriedade social, com participação individual de cada agricultor na propriedade social);

2.2 - Nas grandes unidades de exploração produtiva rural ou urbana, lutará pela socialização dos meios de produção sob forma, por exemplo, de empresas de autogestão (ou trabalho associado) e cooperativas de serviço, de forma a assegurar a propriedade social e individual que garanta, por um lado, a decisão ativa organizada dos trabalhadores, produtores e usuários e, por outro lado, a participação na renda gerada e na propriedade social dos meios de produção, na proporção do esforço produtivo;

2.3 - Lutará pela participação majoritária da comunidade organizada dos trabalhadores, produtores e usuários nas decisões das empresas públicas (industriais, comerciais e de serviços em geral), garantindo que o Estado se coloque a serviço da sociedade civil em geral e dos trabalhadores em particular.

## **C - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

3 - O Círculo Operário Leopoldense será um movimento autônomo e manterá como sua bandeira permanente de trabalho e de desafio:

3.1 - Colocar-se a serviço do fortalecimento das organizações populares (como sindicatos, associações de bairro) e da participação crescente dos trabalhadores nas instituições públicas e privadas e de todas as instâncias de poder a serviço dos mesmos;

3.2 - Dar prioridade total à educação do trabalhador, isto é, à capacitação do mesmo para a participação social e para o fortalecimento autônomo de suas organizações, procurando orientar para tanto os principais recursos físicos e humanos de que o Círculo Operário Leopoldense dispõe;

3.3 - Oferecer subsídios, de forma constante, para que os trabalhadores, à luz da dignidade da pessoa humana, definam, por eles mesmos, os problemas e os priorizem; definam os objetivos de solução dos problemas, e implementem as soluções e as controlem, com assessoramento técnico nos diversos campos, de forma a assegurar um crescente poder político das organizações populares;

3.4 - Garantir, em todo o trabalho de assessoria, que a verdade seja construída pelos trabalhadores e pelo técnico de forma a que eles definam os objetivos e o técnico se coloque a serviço dos mesmos e que toda solução técnica passe a ser sempre mera proposta para os trabalhadores ou a população aprovar, melhorar ou rejeitar.

3.5 - Identificar-se com e assumir decididamente as grandes causas populares (como emprego, acesso à terra rural e ao solo urbano, melhores condições de trabalho, melhores salários, saúde, capacitação profissional, autonomia das organizações, predomínio do trabalho sobre o capital nas empresas a nível de produção e de circulação e outras grandes causas) que estão colocadas ao nível da "justiça social" e não meramente ao nível "político par-

tidário" ou de "tendências" dentro das organizações (e, portanto, são causas permanentes dos trabalhadores, que devem ser assumidas por todas as tendências das organizações).

3.6 - Evitar ser movimento de direção, isto é, jamais definir objetivos concretos para as outras organizações, que interfiram na autonomia interna das demais. Contudo manter claros os objetivos circulistas das grandes causas de justiça do trabalhador e do fortalecimento interno e autônomo das organizações. Embora, sempre as ações circulistas, na linha da justiça tenham repercussões internas que favoreçam mais uma tendência que outra e sejam identificadas, momentaneamente, com uma tendência em oposição à outra. Não cabe, portanto, a filiação de um Círculo Operário a qualquer movimento de direção, que tenha ideologia e prática política próprias, representando os objetivos de organizações de trabalhadores;

3.7 - Conduzir toda a luta operária e dos trabalhadores dentro dos critérios da "firmeza permanente" e da "não-violência ativa", que obriga a ser firme como uma rocha na determinação da construção de um mundo mais justo e inflexível, não com as pessoas, mas com a injustiça e com tudo o que oprime a dignidade do trabalhador, para que a pessoa do opressor e do oprimido sejam convertidos e libertados, isto é, realizem a si mesmos como homens solidários, feitos à imagem de Deus;

3.8 - Manter e desenvolver organizações próprias (como creches, farmácia, trabalho associado, centro de saúde ou lazer e outras iniciativas do interesse de grupos de trabalhadores) que são assumidas financeiramente pelo grupo de usuários interessados (numa visão de auto-ajuda ou mutualista e de auto-promoção); que se dispõem a manter a

suficiente autonomia frente ao governo e às empresas; e que favoreçam o objetivo prioritário do Círculo Operário (que é assumir e identificar-se com as grandes causas populares de justiça social e com o fortalecimento das organizações populares);

3.9 - Trabalhar e colaborar para que os Círculos Operários do Rio Grande do Sul e do Brasil voltem a assumir, à luz dos atuais documentos sociais da Igreja, decididamente a causa dos trabalhadores, tão bem definidas em todos os estatutos dos Círculos e no XIIIº Congresso Circulista Nacional.

#### **D - CONTEÚDO DA EDUCAÇÃO**

4 - O Círculo Operário Leopoldense, na educação a nível das organizações populares e da comunidade em geral, desenvolverá conteúdos que capacitem o trabalhador para a autodeterminação e que o levem a aprofundar permanentemente a compreensão:

4.1 - Dos conteúdos teológicos e doutrinários sobre a dignidade da pessoa do trabalhador e seu compromisso histórico de construir a nova sociedade, onde haja o domínio do trabalho sobre o capital;

4.2 - Dos direitos e deveres dos trabalhadores em cada organização;

4.3 - Das condições concretas de vida dos trabalhadores urbanos e rurais;

4.4 - Da conjuntura e estrutura sócio-econômica e política que contextualiza toda atividade social dos trabalhadores;

4.5 - Dos objetivos, limitações e fragilidade das organizações (políticas, culturais, sociais e econômicas) dos trabalhadores;

4.6 - Dos objetivos, limitações e fragilidade das instituições governamentais e outras que deveriam estar a serviço das grandes maiorias desamparadas;

4.7 - Das estratégias e dos métodos que melhor viabilizam a autonomia e o fortalecimento econômico e participativo das organizações e melhor assegurem a participação crescente e efetiva dos trabalhadores na administração pública e na sociedade em geral.

#### **E - OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES**

5 - O Círculo Operário Leopoldense, entre outras, desenvolverá as seguintes ações:

5.1 - Financiar e colocar pessoas especializadas em educação popular e outras profissões a serviço dos trabalhadores.

5.2 - Acompanhar o dia a dia das organizações populares que assessora e apoia.

5.3 - Realizar encontros de lideranças.

5.4 - Informar sobre e incentivar a participação crescente em cursos específicos realizados pelas próprias organizações e entidades de apoio não circulista.

5.5 - Assumir sistematicamente alguns cursos.

5.6 - Ceder espaços para as reuniões e cursos de trabalhadores e organizações populares em geral e/ou para grupos de trabalhadores que procuram organizar-se com autonomia.

5.7 - Oportunizar a preparação de material didático (boletins, audio-visuais, videocassetes...) para as organizações de trabalhadores.

5.8 - Coordenar as atividades locais de algumas causas de justiça, do interesse geral dos trabalhadores (como campanha e apoio pelo sem-terra; pelos moradores sem acesso ao solo urbano; pela nova Constituição...).

5.9 - Selecionar, como estabelecem os Estatutos os "sócios efetivos" do Círculo Operário Leopoldense entre os trabalhadores comprometidos com o trabalho circulista e acompanhar os "sócios usuários" (do setor) para que não tenham verdadeira atitude mutualista, de auto-ajuda, não paternalista, promocional e afinem sempre mais com a proposta geral circulista.

São Leopoldo, 20 de janeiro de 1988.



CARTA DE PRINCÍPIOS:

A Bandeira atual dos Círculos Operários

Roque Lauschner  
16/11/88

Os Círculos Operários (ou Círculos de Trabalhadores Cristãos) existem há mais de 50 anos, mantêm 15 federações, uma Confederação e aproximadamente 200 círculos. Alguns os vêem como prestadores de serviços a grupos de associados. Outros os consideram como movimento retrógrado do passado que prega anti-comunismo, a união do trabalho e capital e o assistencialismo, isto é, as bandeiras dos corporativistas que quiseram domesticar o movimento operário e atrelá-lo ao Estado, para que o capitalismo pudesse desenvolver-se tranquilamente e controlar a organização da sociedade em função dos objetivos de sua acumulação do capital.

Como os círculos operários são vistos por eles mesmos? A preparação do XIII e XIV Congresso Circulista Nacional, realizados em novembro de 1983 e julho de 1988, concluíram a definição da identidade do movimento circulista, adaptada aos dias de hoje. Foi definida a atual bandeira dos círculos operários, concretizada na CARTA DE PRINCÍPIOS DOCTRINÁRIOS E PROGRAMÁTICOS DO MOVIMENTO CIRCULISTA.

# “ Escola Infantil da Feitoria

*Pe. José Odelso Schneider | 4 de março de 2015*

**A**lém do mais, dentro do seguimento do espírito circulista, eles assumiram uma creche que funciona na Feitoria. Que deve ter uma centena ou talvez mais de cem crianças, cuja administração está a cargo do Círculo Operário de São Leopoldo. Então pelo menos há essas duas instituições do tempo do padre Santini: a Casa da Criança e do Adolescente na Vila Paim e a creche lá na Feitoria.



*Fernando Hartmann | 31 de outubro de 2014*

“ **E**ssa creche, que agora é escola de Educação Infantil da Cohab Feitoria, que atende muita gente, muitas crianças. Hoje a nossa condição de país melhorou um pouquinho, mas pensa assim: 10 anos ou 15 anos atrás era tudo muito precário.

# Casa da Criança da Vila Paim

*Alcido Anildo Arnhold | 2 de dezembro de 2014*



**D**aí se criou a Casa da Criança e do Adolescente na Vila Paim, que era na época uma das regiões menos atendidas do ponto de vista da criança e do adolescente. Então se optou pela Vila Paim por essa razão. Porque parte das crianças que estavam no orfanato e passavam durante a semana no orfanato eram em sua maioria da Vila Paim. Os educadores da Casa da Criança visitam as famílias. Eles têm um contato com as famílias daquelas crianças que estão ali. Então é bem diferente da assistência dada em um orfanato.



*Irene Zanette | 15 de abril de 2015*



**F**oi feita uma pesquisa, e os maiores índices ocorreram na Paim e na Brás. E aí, como a Paim tinha um número mais preciso de vulnerabilidade, foi escolhida a região da Paim para construir a Casa da Criança e do Adolescente, que, foi fundada em 27 de julho de 1988.

# “ Escola Santa Teresinha

Melaine de Paula

meu vínculo com o COL começou desde cedo, em 1979, quando eu estudei lá no pré. Até lembro o nome da professora; então isso marcou muito, que era o meu primeiro contato com a escola Santa Teresinha. Porque a escola era a quadra toda. O COL era toda aquela quadra, a Bento e a Primeiro de Março, ali, Lindolfo. E tinha uma parte que para nós era secreta, porque era das irmãs que ficavam ali naquela outra parte... as irmãs Carmelitas.

**O Sr. pode e deve ajudar a infância desamparada!**



**O LAR DA MENINA - SÃO JOSÉ**  
DO CÍRCULO OPERÁRIO LEOPOLDENSE  
vem solicitar sua cooperação, de acordo com suas posses e seu espírito humanitário.

**QUARENTA MENINAS ORFãs e DESAMPARADAS** não tem ainda ASSISTÊNCIA MÉDICA NEM DENTÁRIA regular, por falta de recursos de meios.

**O QUE CONVEM SABER**

1.º O C. O. L. construiu e mantém as seguintes OBRAS ASSISTENCIAIS:

a) CRECHE NOSSA SENHORA MICHANGELA, onde abriga, educa e alimenta GRATUITAMENTE perto de cem crianças pobres de 2 a 7 anos de idade, funcionando todos os dias excetuadas apenas os dias festivos e os domingos;

b) PONTO DE PUEBECULTEIRA, onde são distribuídas GRATUITAMENTE peças de trêz mil mezinhas por mês, a parte de cinquenta crianças pobres de 6 a 7 anos.

- 2.º ESCOLA PRIMÁRIA SANTA TEREZINHA, com trezentas alunas, tendo anexa um CÍRCULO JARDIM DE INFÂNCIA, com cinquenta alunas, um CURSO DE COSTE E COSTURA, em colaboração com o SESI, e um CURSO DE DACTILOGRAFIA, com cinco alunas de ensinar.
- 3.º LAR DA MENINA SÃO JOSÉ, com capacidade para acolher totalmente com refeições internas. Alimento abriga, educa e alimenta GRATUITAMENTE apenas orfãs e desamparadas, não sendo possível aceitar mais por falta de recursos.

3.º O C. O. L. mantém as seguintes FONTES DE RECURSOS:

- a) FARMÁCIA PÚBLICA, cujas receitas, todavia, são muito reduzidas devido à pequena margem de lucro (apenas 20%) estabelecida para beneficiar os pobres em geral. Não poderiam alcançar consideravelmente com o aumento da frequência, com a sua cooperação, a Farmácia do C. O. L. para todos;
- b) PENALTO, para trilha e clube penitenciários, meças e chaves, que encontram no C. O. L. um ambiente familiar e proteção social. Também as receitas do estacionamento são bastante reduzidas, devido ao seu caráter sazonal;
- c) NÚCLEO RESIDENCIAL, composto de onze chácaras confortáveis (de seis peças cada uma), em terreno própria, à rua Bela Vista, no Bairro Pêlo. Não podem ser grandes as rendas desse núcleo residencial, porque os chácaras são alugados exclusivamente a alunos circulares;
- d) CONTRIBUIÇÕES DE SÓCIOS, agrupadas em três classes: EFETIVOS, cuja anuidade é de apenas Cr\$ 800,00 - COOPERADORES mensais, cuja contribuição varia, por ser abolicamente espontânea, de cinquenta a mil cruzeiros - BENEFICENTES, que contribuem esporadicamente, sobretudo quando procurados. Foram estes que, até agora, salvaram a situação do Lar da Menina São José. Em futuros almoços devemos destinar-lhes a CARITAS BRASILEIRA.

4.º O APELO DO C. O. L. é dirigido a TODOS.

- a) O LAR DA MENINA SÃO JOSÉ é a obra fundamental por constituir, a mais urgente no momento. Devemos salvar o maior número possível de orfãs e abandonadas, que podem proteger, sobretudo as mães DEBILITADAS já muito incertas, aguardando uma vaga no Lar da Menina São José! O C. O. L. tem outros trabalhos essenciais e compreensíveis de mais de duas milhões de cruzeiros, para poder levar até a fim a grandiosa obra do Lar da Menina São José. Seu funcionamento absorve todas as entradas, e não se encontram ainda um modo de saldar as dívidas.

QUEM DÁ OS POBRES EMPRESTA A DEUS, e Deus paga juros incalculáveis!

#### A DIRETORIA:

ANTÔNIO ROSSI - Presidente  
Gustavo Cíom - Vice-Presidente  
Henrico Hauschild - Secretário  
Edison Kötter - Vice-Secretário

Germano Kötter - Tesoureiro  
Germ. Fernando Kötter - Vice-Tesoureiro  
P. Cláudio Santini S. J. - em. Exten.



**CÍRCULO OPERÁRIO LEOPOLDENSE**  
SEDE: LINDOLFO DE OLIVEIRA, 60 - FUND. 8  
SÃO LEOPOLDO  
Rua Grande de São João - 6000  
FONE: 22.74.1232 - 21.42.24.2443  
Inscrição no Conselho Geral de C. O. L. Nº 10.000.000  
Reconhecimento da Unidade Pública Municipal Dom. Nº 284, de 20/12/70

#### RELATÓRIO DA ESCOLA SANTA TEREZINHA DO COL

Ano: 1967

- Nº de alunos matriculados: 253  
Nº de crianças cujos pais não são sócios do Círculo Operário Leopoldense: 15  
Nº de alunos matriculados mediante convênio da Firma Indus Rosati & Cia: 207  
Nº de alunos gratuitos: 46

Ano: 1968

- Nº de alunos matriculados: 297  
Nº de crianças cujos pais não são sócios do Círculo Operário Leopoldense: 13  
Nº de alunos matriculados mediante convênio da Firma Indus Rosati & Cia: 209  
Nº de alunos gratuitos: 54

Ano: 1969

- Nº de alunos matriculados: 246  
Nº de crianças cujos pais não são sócios: 12  
Nº de alunos matriculados mediante convênio da Firma Indus Rosati & Cia: 175  
Nº de alunos gratuitos: 71

Ano: 1970

- Nº de alunos matriculados: 214  
Nº de crianças cujos pais não são sócios do Círculo Operário Leop.: 9  
Nº de alunos matriculados mediante convênio da Firma Indus Rosati & Cia: 160  
Nº de alunos gratuitos: 54

Ano: 1971

- Nº de alunos matriculados: 283  
Nº de crianças cujos pais não são sócios do Círculo Operário Leopoldense: 20  
Nº de alunos matriculados mediante convênio da Firma Indus Rosati & Cia: 200  
Nº de alunos matriculados mediante convênio da Empresa Real Rodarias de Transportes: 40  
Nº de alunos gratuitos: 55

São Leopoldo, 17 de Julho de 1972

Problema Assis Schum  
Diretor



# “Clínica Freudiana

*Fernando Hartmann | 31 de outubro de 2014*

Não é fácil manter uma instituição sem fins lucrativos durante muito tempo. O COL assume funções de assistência que caberiam ao Estado. Não era um assistencialismo convencional. Um grupo de professores da UNISINOS tinha estágio de psicologia comunitária, e deste grupo surgiu a ideia de montar uma clínica. O atendimento era aberto a quem viesse: dona de casa, moradora de rua, médicos, advogados. O pagamento era social, pagava-se com o que tivesse... Crianças pagavam com seus desenhos. Havia oito salas de atendimento sempre cheias, manhã, tarde e noite. A clínica cresceu... Trabalhei nela por 20 anos: de estagiário a diretor. Houve um tempo em que tínhamos trinta pessoas atendendo!





## Movimento das Mulheres do COL

*Clair Ziebell | 28 de maio de 2015*

**E**ra o final de 1990 quando eu comecei esta jornada. Em 1992, nós fizemos um primeiro encontro de mulheres que extrapolava a questão eclesial e envolvia outras entidades, como o CECA, o PROAME e o COL. [...] Eram eventos grandes, de 200 mulheres às vezes, e a metodologia era interessante; havia muita ênfase no lúdico, além de crítica social e política... [...] Começamos a prestar assessoria naquilo que os grupos reivindicavam. [...] Fizemos, por exemplo, um estudo de ação e defesa das políticas públicas, para diagnosticar quais eram as demandas das mulheres em São Leopoldo [...]. Não tínhamos dinheiro para nada a não ser a salinha na UNISINOS. [...] O tema era “Encontro do conhecimento das mulheres do movimento popular”, ou algo assim. E para chegar a esse tema fizemos uma grande assembleia com as mulheres. Era muito bonito isso. A gente ia apostando no saber popular [...]. O diálogo com as mulheres foi mediado pelo COL.



# “ Movimento de Luta pela Moradia

*Alcido Anildo Arnhold | 2 de dezembro de 2014*

**E**ntão, se era descoberto que um trabalhador estava se reunindo numa tentativa de organizar uma oposição sindical ele perdia o emprego. Isso é certo. Então o Círculo abrigou um pouco esses movimentos, além do movimento à moradia, tanto o local, como o regional. O Ary Vanazzi surgiu ali dentro.

*Ary Vanazzi | 18 de março de 2015*

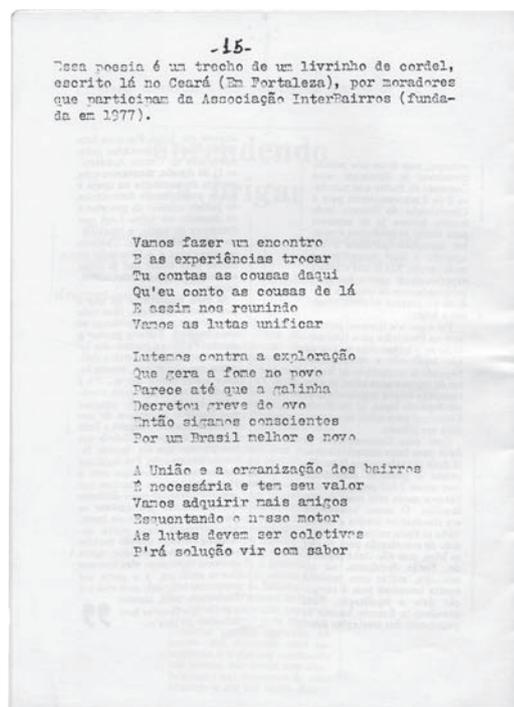
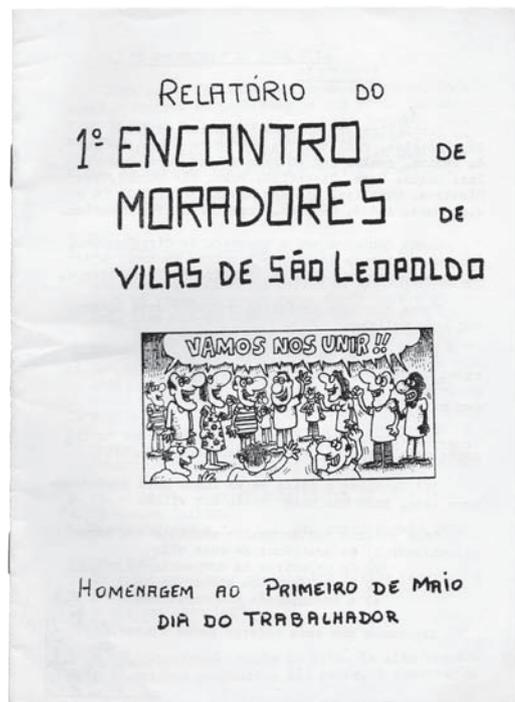
**D**epois o Círculo Operário também tem um papel histórico, que foi por volta de 1983, 1984, a construção do Movimento da Luta pela Moradia. Nós construímos a ANSUR, Associação Nacional de Solo Urbano e a sede dessa nossa entidade era no Círculo Operário aqui em São Leopoldo. De lá nós desencadeamos toda uma construção estadual e até nacional do movimento de luta pela moradia [...]. A primeira ocupação urbana organizada de São Leopoldo surgiu dentro do Círculo Operário. Lá a gente reunia a comissão, discutimos a urbanização da cidade [...], a estratégia de ocupação e a discussão política. [...]. O Círculo Operário teve um papel extraordinário, na discussão histórica da urbanização da cidade, da construção de uma nova política urbana para a cidade a partir daquela ocupação [...].



# “ Movimento de Luta pela Moradia

Ary Vanazzi | 18 de março de 2015

Ficamos aqui uns dias para depois voltar para a frente da prefeitura. Então, o Círculo Operário teve um papel muito importante na questão do Sindicato dos Metalúrgicos e teve um papel estratégico na questão da organização do Movimento da Moradia, que hoje é um movimento nacional; hoje toda a política habitacional que o governo federal implementa, desde o Lula e da Dilma, ele nasceu no Brasil a partir das experiências de São Leopoldo e das experiências do Rio Grande do Sul, principalmente a questão das cooperativas. Se tu fores olhar, hoje, nós temos em torno de trinta e cinco cooperativas habitacionais em São Leopoldo.



# Movimento Sindical

Anegildo Garcia | 1º de dezembro de 2014



**M**eu nome é Anegildo José Garcia. Eu sou filho de Graciliano Urbano Garcia e Anilda Leopoldina da Silveira Garcia. Eu nasci em Sobradinho e nos anos 70 vim pra São Leopoldo. [...] Conheci o padre Adão e o padre Santini... E a gente começou a entrar nessa reunião de grupo de família e a discutir o desemprego, a migração do campo para a cidade. Concluímos pela necessidade de mudança nos sindicatos, que naquele tempo de ditadura eram controlados pelo governo. A gente tinha que ter eleição dos sindicatos para poder entregá-los para os trabalhadores. Iniciamos esta oposição aqui em São Leopoldo em 1977. O CEDOPE da UNISINOS era onde nós começamos a nos reunir, depois passamos para o Círculo Operário.



**O**COL sempre esteve junto com os trabalhadores. Acompanhou esse movimento, mas não fazia oposição. Quem dava o dinheiro para sustentar essa gurizada no Círculo? Eu não acompanhei essa data, eu peguei em 1970. Ele mantinha o Lar da Menina, o Colégio, o Santa Terezinha... O pessoal do COL fazia almoço, fazia janta, para arrecadar fundos e poder cobrir as despesas. Até hoje eu não sei como o Círculo consegue...



# “ Movimento Sindical

*Ary Vanazzi | 18 de março de 2015*

O Círculo Operário sempre cumpriu essa tarefa. O Círculo Operário, por exemplo, aqui em São Leopoldo, foi onde nasceu o debate sobre a oposição metalúrgica; na época o Sindicato dos Metalúrgicos tinha toda uma tradição, mas estava ainda muito voltado a uma política sindical da época do Getúlio, antes da época do Getúlio, muito arraigada e vinculada ao setor produtivo, ao patrão. Nós mudamos isso, e o Círculo Operário foi o lugar, o espaço; assessorados por alguns companheiros que trabalhavam, como me lembro, na época, tinha o Renato Soethe, tinha o Alcido Arnhold, e tinha um monte de gente antes deles também, assessorados por eles, nós conseguimos montar a oposição metalúrgica, que é a direção do sindicato até hoje, no Círculo Operário, através do espaço, através da assessoria, através da reflexão.





# Desapropriação do Lar da Menina do Círculo Operário Leopoldense

DESAFIO - Órgão de Divulgação do Círculo Operário Leopoldense

Ano 4 |

n° 11 |

Jan-88

## Esclarecimento à população

É do conhecimento público, que no dia 11 de janeiro de 1988, o Sr. Prefeito de São Leopoldo, pelo Decreto n. 1.521, declarou de Utilidade Pública para fins de desapropriação as áreas de terra de propriedade do Círculo Operário Leopoldense - Lar da Menina, destinando-as a fins sociais. (O Decreto foi publicado no *Jornal Vale dos Sinos* de São Leopoldo, no dia 18 de janeiro de 1988, p.21).

O Círculo Operário Leopoldense - COL, sente-se na obrigação de esclarecer o seguinte:

1 - O Orfanato Lar da Menina São José está em processo de adaptação e, portanto, não fechou.

2 - As irmãs do Imaculado Coração de Maria, durante 28 anos, com abnegação total como é de conhecimento de todos, mantiveram a educação de menores carentes em regime de internato.

3 - As Superiores da Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria (CIICM), a Diretoria do COL e o AMENCAR (Amparo ao Menor Carente) iniciaram, em 1985, a

discussão sobre como comprometer diretamente a comunidade com o problema do menor no qual ela está envolvida, e proporcionar a ele ambiente, quanto possível, natural para seu desenvolvimento. Houve, então consentimento pleno das três instituições sobre o encerramento do atendimento do menor em regime de internato. Para tanto, a fim de introduzir as mudanças de forma gradual, iniciou-se a experiência do semi-internato.

4 - No segundo semestre de 1986, a direção superior da Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria discutiu com a diretoria do COL o encerramento das atividades do internato e semi-internato, colocando também as dificuldades que teriam para iniciar imediatamente um trabalho com o menor carente dentro das comunidades. Houve consenso entre a Direção da Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria (CIICM), o COL e o AMENCAR sobre os seguintes critérios orientadores do atendimento ao menor carente:

a - Não é prioritário, atualmente, para nenhuma instituição em questão, manter ou apoiar trabalhos meramente assistencialistas, mas que todo trabalho assistencial somente faz sentido e deve ser mantido e apoiado quando, através dele, for possível executar um trabalho de promoção de todo grupo social envolvido.

b - Todo problema social deve ser priorizado e assumido pela própria comunidade onde ele existe.

5 - Ficou estabelecido que o COL assumiria diretamente a implantação da nova metodologia de atendimento do menor, integrado no seu contexto. Seria avaliado, num segundo momento, a retomada da colaboração das Irmãs do Imaculado Coração de Maria, deixando-as livres para assumir ou não a nova colaboração. O internato e semi-internato encerraram suas atividades em janeiro de 1987.

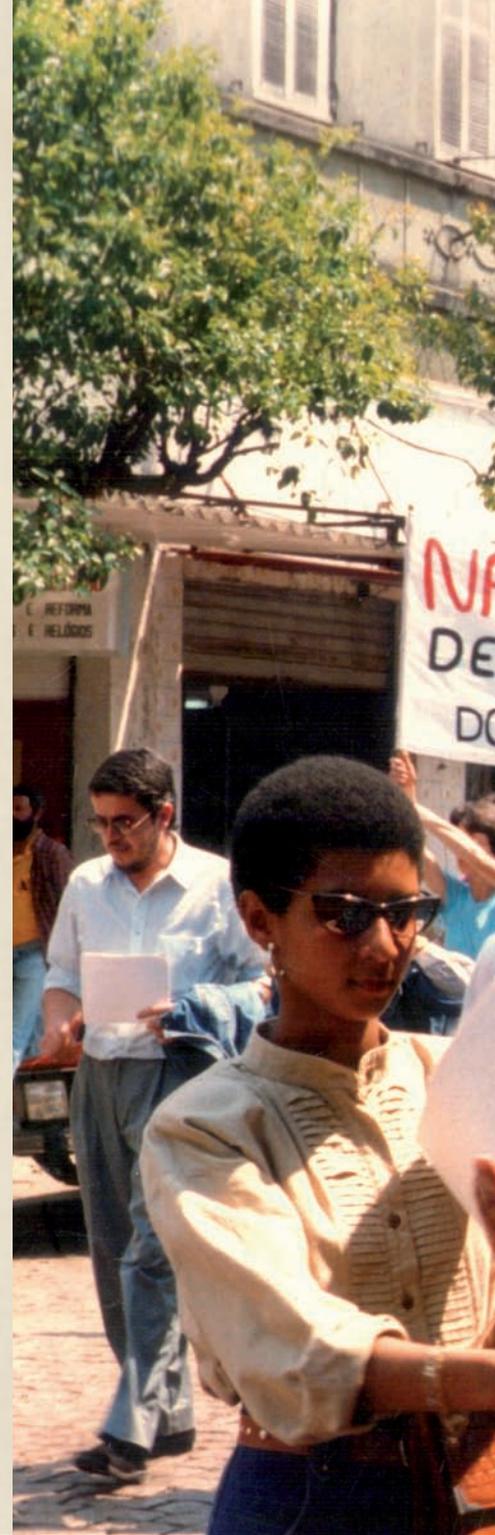
6 - O COL e o AMENCAR estudaram, durante 1987, a viabilidade de reiniciar o Lar da Menina em 1988, selecionando um bairro, recolhendo alguns recursos para as atividades iniciais e definindo a metodologia de trabalho.

7 - Além de estar reorganizando o Lar da Menina, o COL reorganizou também a Creche Nossa Senhora Medianeira, transferindo-a em 1986 para o Bairro Cohab-Feitoria, junto a uma população especialmente necessitada desse tipo de serviço, com o objetivo também de envolver a comunidade numa linha de promoção e mutualismo.

8 - O COL, para fazer frente aos problemas financeiros de todo trabalho assistencial, fechou inicialmente a Escola Lar da Menina e depois a Escola Santa Terezinha, mantendo, após o fechamento das escolas, Lar da Menina durante seis anos com recursos próprios e a colaboração financeira do AMENCAR, e atendendo 50 crianças carentes.

9 - O COL, antes de 1986 e especialmente durante 1987, procurou colocar o antigo prédio do Lar da Menina inteiramente a serviço de encontros, cursos e retiros, estando ocupado quase todas as semanas e servindo como estrutura de apoio principalmente para as organizações operárias e populares em geral. Realizaram-se, entre março e dezembro de 1987, 40 cursos com 1.331 participantes e essa ocupação tende a aumentar no futuro.

10 - O COL, nos últimos anos, está assumindo sempre mais um trabalho de assessoria e educação popular junto às organizações populares, como principalmente





associações de bairro e União das Associações de Bairro e, de forma menos intensa, junto a uma cooperativa e alguns sindicatos. Procura também estar presente nas grandes causas de justiça social, que afetam os trabalhadores, priorizando a solidariedade com a classe operária mais pobre.

11 - Toda Diretoria do COL realiza seus trabalhos gratuitamente e os funcionários da creche, da assessoria educacional e outros, por dificuldades financeiras, não estão recebendo o salário justo e merecido. Estão sendo analisadas propostas que no futuro possam viabilizar maior renda do patrimônio, para, sem diminuir o mesmo e sem solapá-lo, atender melhor os objetivos sociais do COL. Com efeito, para manter toda estrutura de apoio ao menor carente e às crianças da creche, de forma relativamente modesta e a custos muito menores que qualquer instituição pública, o COL gastou e necessita mensalmente mais de 50 salários mínimos. A contribuição do poder público e da comunidade local é quase insignificante e um tanto esporádica. Se fosse obter os 50 salários mínimos mensais apenas com o rendimento do patrimônio, o COL deveria aplicar o mínimo de dez mil salários mínimos ao juro ou rendimento mensal de meio por cento. Apesar das dificuldades financeiras e do esforço de reestruturação, o COL objetiva manter esse apoio ao menor carente e, até mesmo, ampliá-lo nos próximos anos, dentro de uma nova concepção pedagógica.

12 - Os Círculos Operários do Rio Grande do Sul são cerca de 45. Existem 15 federações de círculos operários no Brasil e uma Confederação Nacional. Reuniram-se os círculos operários de todo Brasil, em São Leopoldo, em novembro de 1983, para realizar o seu XIIIº Congresso Circulista Nacional. Nesse congresso a preocupação central foi definir a identidade, isto é, os objetivos dos círculos operários nos dias atuais, após 50 anos de sua fundação. A conclusão central foi a seguinte: O trabalho assistencial nos círculos será mantido, mas será considerado um objetivo secundário. O objetivo principal e prioritário será a educação, a capacitação do trabalhador

e, principalmente, do mais pobre, para que fortifique suas organizações de forma participativa e autônoma, inspirado na Doutrina Social da Igreja.

13 - O COL, fiel aos objetivos circulistas, coloca todos os recursos exclusivamente a serviço do trabalhador e com ele está comprometido. Sua tarefa não será dar apenas o peixe, isto é, assumir ele mesmo todo tipo de assistência, mas ensinar "como pescar o peixe", como se organizar, como resolver os problemas do trabalhador com o esforço e as potencialidades dos próprios trabalhadores e da comunidade organizada.

É muito bom destinar enormes recursos, isto é, um prédio, mais de quatro hectares de terra, doações de benfeitores e parte da renda de outro patrimônio para sustentar 50 crianças carentes. A pergunta que deve ser feita, porém, é a seguinte: Este é o melhor serviço que o COL pode prestar para a promoção integral da classe operária? Ou deve, segundo o atual compromisso dos círculos operários, ampliar a finalidade da mesma casa (e do patrimônio) para transformá-la ainda mais em apoio e casa do trabalhador, onde ele possa se reunir, realizar cursos, encontros e aprender a fortalecer suas associações de bairro, seus sindicatos, suas cooperativas e outras organizações, inspirado nos valores cristãos, na dignidade do trabalho e do trabalhador?

14 - O COL procura manter o Lar da Menina, a creche e outras obras de tipo assistencial, enquanto essas forem viáveis e permitam atender o atual objetivo prioritário dos círculos que é a educação ou capacitação do trabalhador para caminhar sobre os próprios pés e realizar sua autopromoção.

15 - O COL mantém distância dos partidos políticos e das tendências dentro das organizações populares; não interfere na autonomia dos movimentos populares; não é um movimento de direção, mas se compromete com a educação e com as grandes causas dos trabalhadores, que devem ser bandeira de qualquer partido político comprometido com o trabalhador ou de qualquer tendência dentro das

organizações populares. Esse compromisso com as grandes causas de justiça social tem repercussões políticas partidárias e em determinadas tendências dos movimentos populares. Estas consequências não são buscadas pelo COL. Na prática, porém, o COL será identificado com determinadas propostas políticas de alguns partidos ou tendências e não com as propostas de outros. Será acusado também pelo fato de partidos políticos, candidatos a cargos políticos e outros grupos perderem gradativamente as condições para manipular e acoplar as organizações populares.

16 - Que dizer do Decreto Municipal N° 1.521? Como não houve a mínima proposta ou informação da Prefeitura, colhendo a todos de surpresa com a estranha medida, e o Prefeito está ausente do município, não há condições de saber as razões da declaração de utilidade pública para fins de desapropriação.

Não cabe suspeitar que a Prefeitura queira impedir ou interferir no trabalho social do COL, única razão de ser de todos os recursos e de todo esforço do COL em seus 53 anos de existência e que fez o município declará-lo de utilidade pública municipal pelo Decreto N° 569 de 23/12/70 e a União de Utilidade Pública Federal pelo Decreto N° 72.941 de 17/10/73.

Não cabe desconfiar de que a Prefeitura se preste a ser um instrumento e porta-voz de interesses contrários à autopromoção e autodeterminação dos trabalhadores e que tente impedir o COL de destinar instalações, recursos materiais e humanos para esse objetivo. Os partidos, cujos programas defendem a promoção dos trabalhadores, não poderiam tolerar tal atitude e não gostariam de indispor-se nem com as organizações populares beneficiadas com o serviço do COL nem com o movimento circulista nacional.

A Prefeitura deu mostras de ser sensível ao problema social e procurou responder a seus desafios. Mas, para que declarar de utilidade pública e para fins sociais uma área e patrimônio que é de utilidade pública e exclusivamente para fins sociais? Por acaso alguém desapropria um colégio para fundar um colégio? Não deveria ser procurada uma

## *Ato público defende o COL*

**São Leopoldo** — Vários sindicatos, partidos políticos e associações de moradores fizeram um ato público em frente à Prefeitura na manhã de ontem em protesto à atitude do prefeito que tomou a decisão de desapropriar o Círculo Operário Leopoldense (COL). O Partido dos Trabalhadores e o Partido Democrático Trabalhista ressaltaram em seus pronunciamentos que a entidade tem uma importante função junto aos trabalhadores pois serve como órgão de apoio em qualquer atividade onde estejam em jogo os interesses operários.

O Ceol, Cpers e o Movimento pela Moradia também estiveram no ato e manifestaram repúdio à atitude de Waldir Schimith que consideram autoritária e demagógica.



*As entidades se reuniram em frente à Prefeitura*

# Confederação Nacional decide situação do COL

**São Leopoldo** — A caminhada do movimento circulista no Brasil não foi acompanhada pela Federação dos Círculos Operários do Rio Grande do Sul. Ela está atrasada e não segue o movimento operário, cujo o objetivo principal é a promoção libertadora da classe trabalhadora. A observação é do assistente eclesiástico da Confederação Brasileira de Trabalhadores Cristãos, órgão nacional do movimento



*Padre Rausch: COL está seguindo proposta*

circulista, padre Urbano Rausch, S.J. Ele está em São Leopoldo acompanhando de perto o andamento do Círculo Operário Leopoldense, COL.

Salienta que sábado participou de uma assembléia extraordinária em Porto Alegre que contou com a presença de Círculos do Estado e integrantes da Federação, cujo tema foi sobre a situação do COL. A assembléia teve uma duração de quatro horas onde não houve, segundo o padre Rausch, composição de pontos de vista. "Permanece a oposição entre as duas mentalidades, a conservadora da Federação e a progressista do COL. Chegou-se à votação e o resultado foi de oito votos contra a intervenção, quatro a favor e um em branco, aparecendo claramente a opção da maioria dos Círculos do Rio Grande do Sul, de que o COL não pode ser acusado de praticar desvirtuamento da filosofia circulista, nem de estar delapidando o patrimônio".

No dia 19, o assistente eclesiástico retorna à Brasília para apresentar o relatório à diretoria da Confederação Brasileira de Trabalhadores Cristãos, EBTC, onde esta julgará os acontecimentos verificados na assembléia e dará seu parecer sobre quem merece censura e advertência, se o COL ou a própria Federação de Círculos do Rio Grande do Sul.

O padre Rausch ressalta que o COL de São Leopoldo está seguindo a proposta decidida no 10º Congresso de Circulistas, realizado em 1970. "De lá para cá o COL vem lutando pela transformação da entidade. A Federação gaúcha, pela sua ação conservadora, está sabotando este programa atualizado e não está dando a devida atenção para os Círculos do interior", pondera. Finalizando, ressalta que agora a decisão será da Confederação que analisará a situação.

área que não é de utilidade pública para atender fins sociais? Por que não canalizar para o próprio COL ou outra entidade de utilidade pública autônoma os recursos que existem para desapropriações com fins sociais?

Existe, portanto, a convicção e a confiança de que as poucas informações corretas sobre o Círculo Operário Leopoldense beneficiarão ao Prefeito e são suficientes para que o Decreto 1.521 seja revogado imediatamente, permitindo que a entidade pública, que é o COL, possa organizar-se tranquilamente e com renovado esforço, para atender da melhor maneira possível o objetivo de promoção integral do trabalhador, que consta em seus estatutos desde 1935 e do qual toda população de São Leopoldo é testemunha.

São Leopoldo, 20 de janeiro de 1988

Diretoria do COL

**DESAFIO**

**Órgão de divulgação do Círculo Operário Leopoldense.**

- Círculo Operário Leopoldense - COL

Rua Lindolfo Color, 560

Caixa Posta 124

93.010 - São Leopoldo - RS

Fone: (0512) 92-1681







Horta no  
pátio interno  
do COL



# Memórias

# Alcido Anildo Arnhold

**M**eu nome completo começa com três A's, *Alcido Anildo Arnhold*. Eu sou filho de família de pequenos agricultores de Salvador do Sul. Sou o quarto filho de uma família de seis. Eu saí de casa para o seminário em Salvador do Sul com treze anos de idade. Esse seminário ficava a uns cinco km de casa. Então, para matar a saudade, poderíamos ir para casa de vez quando, nos fins-de-semana. Às vezes eu enxergava a casa dos meus pais lá do Colégio. Enxergava a casa. Se tivesse um binóculo, veria meu pai trabalhando na roça. Não era mais longe que isso. Eu vim do seminário de Salvador do Sul onde fiz o antigo ginásio. Entrei quando havia um sistema do "pré-ginásio", um exame de admissão ao ginásio. Porque na escola da comunidade onde

eu estava estudando, não havia classe além da quarta série primária e, para ir para o ginásio, tinha que se fazer o quinto ano. E, depois, a admissão ao ginásio. Na verdade, eu saí na metade do ano e fui para o colégio, para fazer o quinto ano. Fiz os quatro anos de ginásio. Depois, no Colégio Catarinense de Florianópolis, cursei o Segundo Grau, antigo Colegial.<sup>1</sup> É um Seminário... também havia um seminário dos Jesuítas lá. De Florianópolis voltei para Porto Alegre para fazer o noviciado. Isto onde hoje funciona a extensão da Unisinos. Ficava no Anchieta, aquela casa nos fundos do Anchieta. Lá eu fiquei dois anos no noviciado. De lá eu vim para São Leopoldo, em 1977.

Nasci em 3 de setembro de 1954; completei 60 anos em 2014. Em 1977 vim para São Leopoldo

<sup>1</sup> Atualmente, "Ensino Médio".

estudar – Filosofia e Sociologia – na Unisinos. Filosofia porque eu era vinculado aos Jesuítas. Além do curso de Filosofia, cada um podia fazer um curso a mais, e escolhi Sociologia. Os primeiros anos dos cursos transcorreram na chamada “Antiga sede” da universidade, no centro da cidade de São Leopoldo. Acompanhei praticamente a construção do campus em que a

universidade está localizada hoje. Em 1982, por minha conta, ainda como Jesuíta, comecei a trabalhar algumas horas no antigo Centro de Documentação e Pesquisa – CEDOPE<sup>2</sup> na antiga sede da Uni-

<sup>2</sup> Centro de Documentação e Pesquisa. Foi especialmente por meio deste Centro que, entre 1976 e 2001, a UNISINOS atuou nas áreas do Cooperativismo e do Associativismo. Este instituto foi assumido pelo Humanitas Unisinos – IHU, a partir de 2001. Atualmente, o Fundo CEDOPE integra a parte de arquivos institucionais do Memorial Jesuíta.

Da esquerda para a direita: Pe. Pedro Calderan Beltrão SJ; Alceu Ravanello Ferrari; Pe. José Ivo Follmann SJ; Pe. Marthias Matinho Lenz SJ; primeira secretária do CEDOPE; Honório Zorzo; Norberto Etges e Pe. João Oscar Nedel SJ.



sinos. No final de 1982 eu me desliguei da Ordem e passei a trabalhar como auxiliar de pesquisa no mesmo Centro. Tornei-me professor da rede estadual e lecionei alguns anos. Entre 1982 e 1986 lecionei no colégio Madre Benícia, na Lomba Grande; depois, em São Leopoldo, no Colégio Amadeo Rossi.

O Padre Roque Lauschner, o CEDOPE e o COL

Em 1986 passei a ensinar na Universidade. Com o Plano Cruzado, repentinamente aumentou muito o número de alunos na Unisinos e houve que contratar professores. Eu havia concluído um curso de especialização em Sociologia Urbana e, a partir da vinculação que tinha com o CEDOPE, fui contratado. Parte do meu horário da Unisinos eu cumpria como auxiliar de pesquisa do padre Roque Lauschner e sua equipe na área de Cooperativismo. Depois o CEDOPE se desdobrou em outras áreas



de atuação: movimentos sociais, estudos de religiões e demografia. Eu circulava principalmente na área dos movimentos sociais, e acompanhava bastante de perto o padre Roque Lauschner nas suas pesquisas. Foi através do contato com o padre Roque que me aproximei do Círculo Operário Leopoldense. Ele era, o que se chamava dentro no conselho diretivo desta entidade na época, o “assistente

eclesiástico”. Essa era uma função do movimento “circulista” em todo o Brasil; era uma questão estatutária e todos os círculos operários tinham essa figura. P. Roque era assistente eclesiástico, embora ele não exercesse rigorosamente aquilo que os assistentes eclesiásticos faziam, porque eles tinham poder, por exemplo, de vetar uma decisão de uma assembleia.

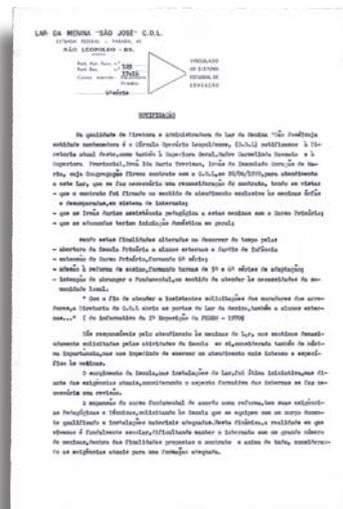


Este era um resquício daquele tipo de poder que existia na época. Padre Roque Lauschner conversava comigo e com o José Renato Soethe<sup>3</sup> sobre o COL que então vivia uma situação muito difícil. Isto em parte, como decorrência de uma estrutura onerosa, pesada e disfuncional. Uma estrutura inadequada e anacrônica para a época

3 Professor Especialista em Cooperativismo, é mestre em Educação e Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2002).

e para as necessidades da sociedade. O Círculo mantinha ainda, até os anos setenta, um colégio, o Santa Terezinha, no centro da cidade; também mantinha um pensionato para jovens que vinham do interior. Havia ainda o Lar da Menina, que era um orfanato. Uma estrutura enorme. Uma área de terras razoavelmente grande e que implicava um custo para a entidade, sendo que o resultado desse trabalho era muito fraco. Daí se começou a repensar estas questões. O padre Roque, como economista que era, percebia que aquele patrimônio do Círculo Operário não estava tendo a utilização mais adequada. A partir de 1985 me aproximei mais do COL. Padre Lauschner me convidava a participar das reuniões de diretoria para tomar conhecimento dos problemas. Comecei, assim, a fazer parte do gru-

po. Discutíamos o que fazer diante daquela situação. Por exemplo, nós tínhamos uma creche bem no centro da cidade. Se a ideia do Círculo Operário é atender a população mais pobre, os trabalhadores, esta situação não era adequada. Majoritariamente as crianças que estavam ali eram de classe média, do centro e não da periferia da cidade, onde faltava esse tipo de trabalho. Eu não me lembro exatamente, mas acho que foi em 1986, que se transferiu essa creche para a Cohab Feitoria e em um prédio alugado. A própria Cohab na época construiu um prédio para a associação comunitária, associação de moradores. Era um prédio relativamente grande, pouco usado. Então nós fizemos um contrato de comodato com a associação de moradores, o qual dura até hoje, e lá funciona essa creche. Agora,



com a nova legislação, foi transformada em Escola de Educação Infantil. Ela atende o público de lá. O Círculo Operário também tinha, como eu já mencionei, o Lar da Menina que se localizava na BR 116. Esse orfanato foi repensado a partir de uma avaliação feita com a comunidade das irmãs que o administrava. As próprias irmãs chegaram à conclusão de que mudanças eram necessárias. Pensamos então em criar uma casa de atendimento para crianças e adolescentes em um bairro. Daí surgiu a Casa da Criança e do Adolescente na Vila Paim, na época uma das regiões menos atendidas sob este aspecto. Optamos pela Paim exatamente porque parte das crianças que estavam no orfanato durante a semana era, na verdade, desta vila.

Nossa opção foi nessa direção. Essa casa existe até hoje. Inclusive foi reestruturada e atende hoje em torno de 70 crianças. Hoje a equipe do próprio COL a gerencia, e ela praticamente se autosustenta. Já o Lar da Menina foi negociado; seu patrimônio foi permutado por salas comerciais, a fim gerar renda para a entidade. Depois de muito conflito, conseguimos transformar aquele patrimônio em fonte geradora de renda. Sobre esse processo todo existem reportagens nos jornais. Houve, inclusive, três tentativas de desapropriação do patrimônio do COL. A prefeitu-

ra municipal de São Leopoldo da época tentou desapropriar o patrimônio do COL. Foram dois processos do Lar da Menina e um no centro da cidade, sob a alegação de que o Círculo estava deixando de cumprir a sua função. Sabe-se que existiam grandes interesses imobiliários por trás destas iniciativas, envolvendo um valor não muito alto. Isso nunca foi explicitado claramente. O argumento usado sempre foi esse: o COL estava se desviando de suas funções e não estava cumprindo o que poderia fazer.

○ que estava acontecendo?

O Círculo era uma entidade que agregava um conjunto de movimentos que estavam surgindo na região. Por exemplo, a oposição sindical. Era a pior época, porque era quase proibido se reunir. Os resquícios de ditadura estavam presentes na sociedade.<sup>4</sup> Um trabalhador que fosse descoberto numa tentativa de organizar uma oposição sindical, perdia o emprego. Então o Círculo abrigou esses movimentos, além do movimento de luta pela moradia, o local e o regional. A liderança de Ary Vanazzi surgiu ali, com esses movimentos... eles se reuniam no COL. Outra pessoa de referência na cidade foi o vereador Nestor Schwertner<sup>5</sup>, que era do sindicato

<sup>4</sup> Redemocratização do país. Década de 1980.

<sup>5</sup> Nestor Schwertner.

da borracha. Também esse grupo se reunia lá. Durante muito tempo foi a sede de reuniões de moradores, como a União de Bairros. Esse diálogo com os movimentos sociais fez parte desse processo de repensar o Círculo e esteve vinculado ao CEDOPE.

O CEDOPE foi a entidade que fomentou essas ideias, foi uma espécie de laboratório onde se discutia a mudança das estruturas existentes e das novas que surgiam. Este é um dado importante acho que para a história da cidade, a história das entidades. Isso se deu ao longo dos anos 1980, mas principalmente a partir da sua metade, indo até início dos anos 90. Os anos de 1992 e 1993 foram o auge desse processo. Além disso, dentro desse mesmo período, em que se reuniam no COL movimentos sociais, sindicais e igrejas, ocorreram outros eventos. No antigo Lar da Menina ainda ocorreu, não me lembro o ano exatamente, o Encontro Estadual das Comunidades Eclesiais de Base, que naquela época era um movimento que reunia muita gente. Reunimos entre 300 ou 400 pessoas, de todo RS, no Lar da Menina.

Outras atividades ligadas a movimentos da Igreja, da Pastoral Operária, da Pastoral da Juventude, aconteciam ali. Na prática este um era espaço de formação de lideranças. Muita gente que

está atuando nos últimos anos na política no Brasil passou por ali. Em cursos de formação, trouxemos gente como frei Betto e João Pedro Stédile para discutir o movimento sindical. Ou ainda, Paulo Paim, Olívio Dutra, Miguel Rossetto e outros.

Mas essas atividades todas aconteciam ainda sem o COL propriamente ter se reestruturado como entidade e se organizado na sua especificidade do trabalho social, da ação com crianças e adolescentes jovens, que era o público majoritário. Foi um longo processo. Voltando à questão das tentativas de desapropriação, nós conseguimos alguns feitos importantes. O Padre Roque tinha contato com advogados, professores e ex-professores da Unisinos. Conseguimos assim reverter três tentativas de desapropriação, e provar que o argumento da prefeitura era falso. Foram vitórias importantes. Essa tentativa de desapropriação gerou, inclusive, algumas passeatas na cidade. Não sei se tem algum registro disso. Vários movimentos se articularam em protesto contra essa tentativa.

A reestruturação

Enfim, conseguimos reverter essas ingerências externas e partiu-se para uma reestruturação gradativa de todo o trabalho que a entidade estava fazendo. Assumimos uma

nova ótica, mais voltada para as políticas públicas, a área social, a assistência, a educação. À medida que a entidade obteve mais recursos, até mesmo a partir da renegociação do seu patrimônio, pudemos estabilizar econômica e financeiramente. Conseguimos fazer novos investimentos para o trabalho com as crianças e os adolescentes. É o caso da Casa da Criança da Vila Paim, para transformá-la num ambiente mais adequado. No início, compramos simplesmente um terreno com uma casa antiga. Depois conseguimos comprar o terreno do lado e se fez um prédio novo. Hoje uma equipe de profissionais trabalha lá. É uma casa que atualmente funciona dentro dos requisitos da política da assistência social. As crianças estão um turno na casa e outro turno na escola. Há um trabalho amplo com as crianças e com as famílias dessas crianças na Vila Paim. Um trabalho produtivo, bem mais interessante e mais consistente. Nesse processo, a creche que estava localizada no Centro foi transferida para a Cohab Feitoria. E lá foram feitos também investimentos, no sentido de melhorar o espaço.

A situação que a entidade vive hoje é fruto, podemos dizer, destes 30 anos de retomada das antigas estruturas, de reinvestimentos, redimensionamento das estruturas e de sua adequação às necessidades. É um trabalho árduo, que exige dedicação, tempo e empenho. Hoje se entende como necessária, cada vez mais, a qualificação desse trabalho. E nós temos diversos setores funcionando. Muitos Círculos Operários, pelo interior do estado, investiam na área da saúde. Há alguns que praticamente se transformaram em grandes “postos de saúde”. Não era esta a nossa ideia. Pensamos no sentido de criar um serviço de saúde, um convênio com um Plano de Saúde que atende, hoje, mais de mil pessoas. E estamos, também, ao longo do tempo, trabalhando na área de assessoria a movimentos sociais. Nos envolvemos com o fortalecimento e a formação de lideranças. Atualmente a ideia é trabalhar na formação do trabalhador, na preparação dos jovens para o trabalho. Nós estamos com algumas articulações com empresas, com programas do governo.

Até os anos 80 o Círculo Operário prestava um serviço meramente assistencial, não tinha um engajamento nos movimentos sociais. Isto mudou. Nós auxiliamos um projeto especificamente para a formação de lideranças de movimentos sociais. O COL conseguiu a aprovação de verba de uma entidade chamada CEBEMO<sup>6</sup> da Holanda para um projeto com prazo determinado. Isto ocorreu justamente naquele período, da tentativa de desapropriação. Além do patrimônio, corremos o risco de perder a parceria e a verba.

Diante disso, criamos uma entidade própria, autônoma juridicamente, o CEAMP. Trata-se de um centro de apoio a movimentos populares: Centro de Estudos e Apoio a Movimentos Populares. Realizamos diversos encontros em caráter regional objetivando a formação de lideranças sociais, isso nos mais diversos movimentos: sindicais, comunitários, de Igrejas. Quando o financiamento terminou, o trabalho foi incorporado pelo próprio COL. Mas não havia ainda, na época, um retorno dos investimentos feitos, e o trabalho ficou, vamos dizer assim, mais fragilizado nesse setor. Mas sempre tinha um núcleo, duas, três pessoas, dentro da instituição, que atuavam junto aos movimentos sociais. Pensamos, a partir daí,

<sup>6</sup> Organização católica para co-financiamento de programas de desenvolvimento.

em uma outra forma de contribuir com o movimento. O COL tinha um patrimônio em frente à sua sede. Um prédio antigo, que precisou ser reformado. Ali foi construído um auditório que atualmente está aberto para as lideranças dos grupos da sociedade local ou regional promoverem os seus encontros. Os grupos de economia solidária da cidade, por exemplo, têm ali suas reuniões; o mesmo ocorre com os conselhos de políticas públicas. O movimento dos catadores e recicladores tanto em sua coordenação local, como a regional, também faz uso dele.

Trata-se de um serviço que o COL disponibiliza porque em outros lugares esse pessoal não teria espaço. A localização é estratégica. Para ali convergem todos os ônibus e o acesso para o trem é fácil. É tudo próximo. Centenas e centenas de reuniões por ano acontecem ali. Além disso, há outras salas naquele prédio, salas que nós destinamos ao que chamamos de “aluguel social” para entidades ou grupos que têm uma afinidade de trabalho com o COL. A UPAN<sup>7</sup> é uma entidade ambientalista da cidade que, com a reforma do prédio da antiga Unisinos, perdeu o espaço que ocupava lá. A UPAN

<sup>7</sup> A União Protetora do Ambiente Natural – UPAN, fundada em 13/07/1971, é uma entidade sócio-ambiental de atuação regional, com sede em São Leopoldo, Rio Grande do Sul. É qualificada como OSCIP pelo Ministério da Justiça (Processo MJ nº 08026.014387/2004-37) desde 13 de outubro de 2004.

passou a ocupar uma sala ali e só paga despesas de água e luz; assim ocorre com outras entidades também. Temos essa preocupação de vínculo com os movimentos sociais. E estamos agora reestruturando um pouco estrategicamente a instituição. Paralelamente ao setor administrativo, estamos criando um setor, como eu disse antes, de apoio e preparação para o mundo do trabalho, voltado para jovens e adolescentes.

### Os Círculos e os Jesuítas

Os Círculos nascem no Brasil nos anos 30, no início do processo de industrialização, quando ocorre uma forte migração do campo para a cidade. Não existiam políticas públicas voltadas para a população operária, para os trabalhadores. Os Círculos se tornam entidades que interessam ao governo, pois prestam um serviço que caberia ao poder público, mas que o governo não estava estruturado para fazer. Por isso apoia financeiramente os Círculos. Incentiva a antiga LBA<sup>8</sup>, que era a principal fonte de repasses de recursos para as entidades. A construção física das sedes, dos Círculos, em grande parte dependia da boa vontade de alguns religiosos, especialmente Jesuítas aqui no Sul.

<sup>8</sup> A Legião Brasileira de Assistência (LBA) foi um órgão assistencial público brasileiro, fundado em 28 de agosto de 1942, pela então primeira-dama Darcy Vargas. Seu objetivo era o de ajudar as famílias dos soldados enviados à Segunda Guerra Mundial, contando com o apoio da Federação das Associações Comerciais e da Confederação Nacional da Indústria.

Não sei em outros lugares do Brasil, mas aqui no Sul os Jesuítas foram fundamentais. Devemos lembrar dos Padres Brentano em Porto Alegre, e Santini aqui em São Leopoldo. Eles buscavam recursos com os empresários para construir essas entidades. Era de interesse do patronato, dos empresários, que houvesse esse trabalho social de assistência médica, de creches e escolas para as crianças, assessoria jurídica para as famílias. Todos esses serviços foram criados pelos Círculos.

Mas há outro aspecto. Os Círculos surgem dentro de uma linha doutrinária. Esta era a Doutrina social da Igreja Católica. Não podemos deixar de perceber o contexto histórico, seus conflitos e tensões, por exemplo no que toca ao anti-comunismo. Por isso eles recebem apoio dos governos e empresários. O Círculo cumpre o papel de proteger os trabalhadores e suas famílias das “garras do comunismo”. Este discurso pode ser encontrado nos documentos antigos em que está explícito. Inclusive o hino do Círculo Operário é uma “marcha militar”, de exaltação do heroísmo e no combate às estruturas do “mal”. E temos, também, o apoio de setores da Igreja Católica. Tanto que os documentos, os estatutos, do pri-

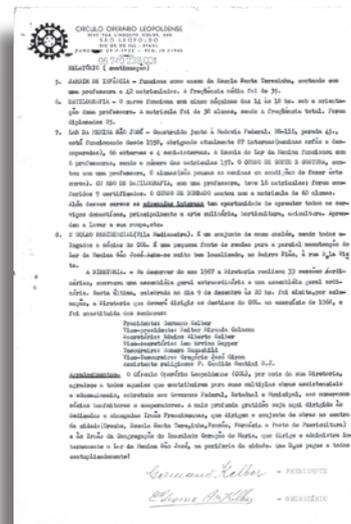
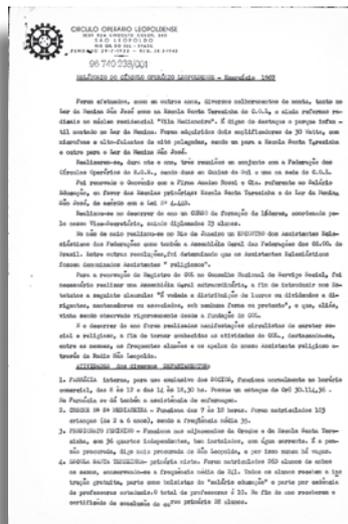
meiro Círculo, portam nitidamente uma linguagem que é uma doutrina social de pensamento orientado. Esse contexto, essa orientação, fez o Círculo tornar-se uma organização assistencial poderosa que contava com recursos. O patrimônio que muitos círculos têm até hoje – e que a maioria não consegue manter – veio dos recursos repassados pelo governo e pelas empresas. Isto perdurou até, mais ou menos, o início da Ditadura Militar, iniciada com o Golpe de 1964.

Uma transição negociada

Pouco antes disso contudo, alguns círculos no Brasil começavam a ter problemas para se manter. Havia já a implantação progressiva de algumas políticas sociais, por exemplo, nos anos 40,

relativa ao salário mínimo e férias remuneradas. Tudo isso já proporcionava algum apoio aos trabalhadores. Pouco a pouco o governo foi instituindo programas de saúde, escolas... E isso começava a esvaziar a base de trabalho de muitos círculos.

As próprias empresas criam seus serviços, aquilo que os Círculos antes faziam... Isto vai enfraquecer muitos deles que até desaparecem. Muitos quebraram porque não se redimensionaram. E as pessoas não se renovaram também, de uma geração para outra. Os antigos que trabalhavam como circulistas não conseguiam atrair adeptos... Faltavam umas retomadas, retomadas que foram



feitas aqui no COL. Hoje somos vistos no Brasil, como um Círculo que deu essa “virada”.

Mas este é um processo que está em andamento. Tem Círculos que estão aderindo a este movimento e esta perspectiva no Brasil, inclusive no Nordeste. Isto ocorre já há alguns anos, mas é gradativo. Estamos aqui, há trinta anos, neste processo de transição. Então, se não houve uma ruptura drástica, houve uma transição negociável, que está ainda acontecendo.

Em 1988 ocorreu, no campus da Unisinos, um Congresso Na-

cional dos Círculos Operários. A carta de princípios discutida naquele Congresso, tratou justamente da renovação do Círculo Operário brasileiro. A carta de princípios que foi aprovada para ser adotada por todo o movimento no Brasil, é obra do padre Roque Lauschner. Ele apresentou a carta de princípios e a submeteu à discussão de todo o Congresso. Justamente nessa perspectiva, uma nova atuação do Círculo estava surgindo a partir do contexto do país. Nesse sentido, alguns Círculos adotam mais rapidamente os princípios da Carta, ou mais fielmente, e outros menos.

O Congresso foi norteador. A partir daquela data, a cada dois anos realizam-se congressos nacionais, que reúnem muita gente. Os congressos têm sido em Brasília, juntando Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sul, Sudeste, todo o Brasil. Hoje se fala muito na inserção do COL nas novas necessidades sociais. Para muitos que estavam apegados àquelas estruturas tradicionais, é difícil acompanhar essa renovação. Mas ela vem sendo debatida ano a ano nos congressos locais, regionais, nacionais.





Em 2015, como neste dos 80 anos do Círculo Operário Leopoldense, vai acontecer um pré-congresso dos Círculos Brasileiros aqui em São Leopoldo. Será um congresso preparatório para o nacional. O Círculo Operário de São Leopoldo é um dos mais antigos do país. Em 1932 surgiu o primeiro em Pelotas; em 1935 o nosso aqui em São Leopoldo. Também foi criado o Círculo Operário de Porto Alegre, não me lembro exatamente quando foi fundado. Em todo caso, está entre os quatro primeiros do Rio Grande do Sul, inclusive do Brasil.

Muitos círculos operários, num contexto de crise a partir de meados dos anos 60, foram diminuindo sua capacidade de atuação. Muitos fecharam. Há uma outra situação que eu não acompanho muito de perto, mas o Círculo Operário de Caxias do Sul vive uma situação diferenciada. Lá estão mantendo uma linha de atuação própria. Investiram praticamente só na área de saúde. Eles têm, então, um plano de saúde, hospital e farmácia. Tornaram-se uma espécie de referência na área de saúde em Caxias. Eles se mantêm afastado do movimento propriamente. Mas eles são Círculo Operário.

Os que não fecharam, reinvestiram seu patrimônio para conseguir rendas próprias. Em função disso,

nós do Círculo Operário Leopoldense, temos em torno de 70% de recursos próprios. Essa ideia de transformar o patrimônio pesado, oneroso e que levou muitos círculos à falência em fonte geradora de recursos, era expresso pelo Padre Roque: “nós estamos sujeitos a sermos enterrados num túmulo de ouro...”. Era um patrimônio de grande valor, mas era preciso saber transformar esse recurso numa fonte de sustentação. Ele tinha essa percepção e conseguimos transformar isso em realidade. Hoje temos convênios, como com a KNH, Kindernothilfe da Alemanha, que apoia parte do trabalho com as crianças da Vila Paim. Outros são com o poder público.

Temos hoje novas políticas sociais para a educação. Uma parte do recurso que sustenta a antiga creche que está na Feitoria e que hoje é escola de educação infantil, vem da prefeitura, o que é uma obrigação legal. E também tem os convênios com a assistência social do município para a Casa da Criança. Outro setor, outra unidade do COL, resulta de um convênio feito em 2002 com o governo de Olívio Dutra, com a Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Rio Grande do Sul - FASE, para criar uma casa que atendesse jovens infratores e que estão nos seus últimos seis meses de recuperação. É um centro de atendimento, centro

de semiliberdade, operando em uma casa alugada no bairro Padre Reus. Mantemos esse convênio, desde 2002, com muita dificuldade. Vários governos não queriam renovar...

Nós temos gastos nesses convênios. Atendemos com profissionais adequados como psicólogos, assistentes sociais, pedagogos ou educadores. É pessoal com formação. Então, além dos recursos que o governo do Estado repassa, há outros recursos que são nossos.

#### Uma nova concepção para os Círculos

Não estamos em uma situação de simplesmente repassar o dinheiro para o COL conduzir as políticas públicas como era anteriormente. Existem políticas públicas criadas e o COL passou a ser parceiro nessas políticas públicas. Efetivamente, os Círculos hoje têm uma nova concepção. Na medida do possível não se deve substituir o Estado. O Estado a rigor deveria cada vez mais implementar políticas sociais que atendessem as demandas da população, mas a gente sabe que ele não dá conta. Se nós por exemplo fechássemos a Casa da Criança e do Adolescente na Vila Paim, muitas crianças estariam parte do seu dia na rua. Além disso, através desse trabalho, conseguimos realizar um trabalho com as

famílias. Como por exemplo, no estímulo à organização de mães em grupos na área de convivência ou, inclusive, de formação profissional. Temos grupos de economia solidária surgindo dentro daqueles espaços. Os educadores da Casa da Criança visitam as famílias. Eles têm um contato com as famílias das crianças que estão lá. É muito diferente de colocar uma criança num orfanato durante a semana e de volta no fim de semana. Quer dizer, os vínculos são outros.

#### Clinica Freudiana

A Clínica foi um serviço muito importante. Surgiu nos anos 80, já antes de eu chegar ao COL. Contava com psicólogos e psicanalistas de São Leopoldo. Foi criada pelo professor Mário Fleig, e uma equipe para atendimento à população em geral. Inclusive os pagamentos eram bem singulares, como alimentos, ou o que a pessoa pudesse trazer como contribuição. Essa clínica funcionou vários anos dentro do COL. Aos poucos, eu não acompanhei muito de perto isso, mudou a equipe dentro da Clínica e eles preferiram ter um espaço mais autônomo. Mas esse vínculo com o COL continua, pois vários membros da Clínica foram ou ainda são associados do COL. A linha de atuação, a filosofia de trabalho continua comum, embora fisicamente eles não estejam mais no prédio do



COL. Houve também uma série de reformas que tivemos que fazer no patrimônio, inclusive na negociação com o Bourbon Shopping, com quem negociamos parte do espaço físico do COL.

### Trajetória

Eu passei a assumir cargos, acho que foi aí por 1988 ou 1989, dentro daquela estrutura diretiva anterior à atual. Era chamada diretoria “multi”: Presidente, vice, secretário, vice, tesoureiro e vice... Eu já ocupei todos esses cargos. A maior parte do tempo eu fui secretário e tesoureiro. Uma vez fui presidente, por um período de três anos. Hoje continuo no Conselho da Administração; sou um dos representantes legais. Como não há mais a figura do presidente, para fins legais o conselho tem que indicar duas pessoas para serem os representantes legais da entidade. Hoje o colega Ari Centenaro e eu somos esses representantes legais.

Logo devo entregar o cargo para outra pessoa, pois estou há dois anos na função, com a responsabilidade legal, jurídica, de assinar documentos...

É o dia a dia de um diretor, presidente de uma entidade. Como nossa função não é remunerada, é voluntária, e como exige bastante dedicação, nem sempre por exemplo eu estou disponível quando o COL precisa. Tenho minhas atividades pessoais, apesar de estar aposentado, Mas meu vínculo com o COL é permanente.

### Os percalços

Somos um conselho de administração de seis pessoas. Inclusive tivemos recentemente uma assembleia de reposição de parte do conselho, mas as mesmas pessoas vão continuar. Isso é uma dificuldade que se tem, isto é, de quadros de pessoas disponíveis para exercer essas atividades gratuita-

mente, pensar e discutir a entidade. Nosso quadro de sócios é relativamente reduzido. Muitos estão preocupados com um plano de saúde mais viável, mais acessível. Mas não com a entidade. Foi um erro que no passado foi cometido quando os professores do Colégio do COL eram sócios. Professores e funcionários da escola eram sócios do COL. E eles decidiram vender o patrimônio para pagar o salário deles... Quer dizer... Se fizéssemos isso hoje, o que aconteceria? Misturaram-se os interesses ali. E sobre isso o padre Roque sempre alertava: “Não devemos deixar que pessoas que apenas tenham interesses pessoais dirijam a instituição. Isto deve caber a um grupo mais distanciado, que pense a instituição mas não tenha apenas interesse pessoal.” Tanto é que houve ao longo dos anos 80, a tentativa de algumas pessoas de se aproveitar dos movimentos sociais que nós estávamos criando, para instalar organizações de

interesse pessoal. Barramos isso. Houve médicos, e advogados querendo instalar escritórios no COL. Se sabe por outros lugares no que isso deu, no que isso dá. Faz-se um contrato; dez ou quinze anos depois esta pessoa prova que está ocupando esse espaço e o requer. Isso aconteceu com vários Círculos por aí. Eles perderam patrimônio...

Foram abrindo espaço para interesses privados. Tivemos que contrariar interesses, muitos interesses. Sim, o espaço é do COL, estamos abrindo o espaço para grupos se organizarem mas o espaço vai continuar sendo do Círculo Operário, da entidade. Nós não estamos entregando o patrimônio para interesses privados.

#### Áreas de interesse

Conseguimos, acho, construir uma instituição que hoje está, do ponto de vista financeiro, econô-

mico e administrativo, controlada, estável. E estamos conseguindo realizar aquilo que é função hoje de uma entidade social e assistencial para uma cidade como São Leopoldo, que tem demandas enormes. Mas não podemos querer “abraçar” tudo. O nosso trabalho hoje continua focado na área de crianças, adolescentes e jovens. E o incentivo aos movimentos permanentes, também.

Damos suporte a eles, mas o investimento maior é na área das unidades de criança e adolescentes. O apoio aos movimentos sociais é da política da instituição. Ele não requer tantos investimentos, tantos recursos. Temos hoje esse trabalho novo que está sendo pensado na área de apoio à formação para o mundo do trabalho. Estamos costurando uma corrente com o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, por exemplo. Essa área, dentro de uma avaliação que

fizemos, é uma necessidade que se coloca, porque ninguém faz esse tipo de trabalho. Não é uma preparação técnica, profissionalizante.

Atuamos mais na área da formação humana, na formação social e humana dos jovens que estão buscando trabalho. Por exemplo, nós temos um convênio com a Coca-Cola – o Programa Coletivo Coca-Cola, em que ocorrem aulas de formação com uma técnica, uma professora que investe na questão das relações humanas no mundo do trabalho. Claro, o jovem recebe orientações técnicas, como atuar no emprego, coisas assim. Mas o foco é mais o lado social e humano, e menos o técnico específico.

Buscamos uma formação do trabalhador enquanto ser humano não como um técnico apenas. Está se pensando numa possibilidade, talvez no futuro, de ampliar esse setor para uma formação mais

técnica. Seria um convênio com a Federação dos Círculos Operários do Rio Grande do Sul que tem uma escola técnica em Belém Velho, Porto Alegre.

Essa escola técnica existia, a Escola Técnica Santo Inácio, que estava onde hoje fica a Arena do Grêmio. Esta escola foi transferida para Belém Velho. A construtora do estádio erigiu uma nova escola lá. Ela não está ainda sendo suficientemente ocupada, até pela localização. Está um pouco afastada. No local anterior havia mais procura, mais demanda de público. Estava há anos ali. Então há possibilidade de uma extensão dessa escola vir para São Leopoldo, para o nosso Círculo aqui, mas não está nada acertado.

### Projetos

Faz parte de um plano para atender um pouco as demandas daqui. Nós temos um quadro de funcionários bastante qualificado, o qual está em torno de sessenta pessoas. São pedagogos, assistentes sociais, professores, psicólogos, profissionais em assessoria jurídica, etc. Há, também, um setor ad-

ministrativo próprio, com serviço de contadoria, por exemplo.

Hoje nós somos uma estrutura profissional. Para funcionar, uma instituição tem que operar como uma empresa, com um quadro de pessoas e um patrimônio a administrar. Nós mesmos administramos nossas propriedades. Temos funcionários específicos para isso, inclusive uma assessoria jurídica. Tínhamos uma assessoria jurídica externa, mas que não conseguia atender nossas necessidades e que incorreu em alguns equívocos do ponto de vista da elaboração de contratos. Optamos, por isso, por uma assessoria jurídica que trabalha dentro da entidade, embora não em horário integral... Creio que são trinta horas semanais. Também tivemos uma contadoria externa, mas atualmente, optamos por um contador próprio; também na área de recursos humanos temos uma pessoa especializada. Temos ainda uma pessoa que faz o serviço de recepção, a telefonia, o plano de saúde... Aliás, duas pessoas para gerenciar esse plano, que atende

mais de mil usuários. É um grande movimento. Há que cuidar, ainda, da manutenção da casa, dos espaços. Para isso não temos um quadro de funcionários fixos, mas contratamos de acordo com as necessidades que surgem.

Nos reunimos a cada 15 dias no Conselho para discutir as políticas da instituição. Fazemos regularmente, a cada ano, uma discussão do plano político-institucional com a participação de todos os funcionários participando. Realizamos encontros em finais de semana, sexta e sábado, por exemplo, ou sábado dia inteiro, em que todos os funcionários da entidade participam para discutir as ações, as políticas que devem ser adotadas. O Conselho administra, mas é o conjunto das pessoas que faz o trabalho da entidade.

Trabalho coletivo...

Há sim, um espírito, digamos assim, cooperativo, ali dentro. Legalmente, porém, existem os conselheiros, que, em última análise, têm que implementar o conjunto de questões.

As relações com os partidos e com os políticos

O COL não tem e não assume nenhuma ideologia partidária; nenhum Círculo, nenhum movimento circulista o faz. Isso seria destruir a entidade. Houve tentativas de aproximação de grupos políticos diversos, mas procuramos cortar isso na raiz. Muitos de nós são identificados com partidos. Muitos são fundadores do PT em São Leopoldo, mas a instituição não o é. Claro que há critérios para incluir pessoas no quadro de sócios da entidade. Faz-se uma indicação, mas os indicados têm que ter um mínimo de engajamento social. Isso é um critério.

No passado abriu-se demais a possibilidade de associar-se ao COL, e aí entraram grupos políticos que queriam transformar a entidade em uma organização partidária. E isso traz o perigo de conflitos internos que destroem a entidade. Então, discussão política se faz no partido político. No COL mantemos a autonomia, e isso é estatutário.

Mas o COL atuou em cursos de formação, no movimento sindical, movimento comunitário, movimentos de Igreja. Nomes conhecidos da política como Ary Vanzzi, Miguel Rosseto, Paulo Paim ou Olívio Dutra deram cursos... São figuras de projeção no Estado do Rio Grande do Sul. O COL na época abria esses espaços. Houve quem achasse que o COL tinha que assumir uma postura de partido político. Somos contrários a isso. Esta definição está em nossos estatutos.

#### Uma entidade multiconfessional

Além disso, somos hoje uma entidade multiconfessional. No passado o COL era ligado à Igreja Católica. Só entrava no Círculo Operário quem fosse católico. Hoje nós temos várias pessoas que são de outras religiões, ou de nenhuma religião.

Muitos movimentos, muitas pessoas de movimentos sociais diferentes, matizes religiosos di-

versos começaram a participar da entidade. Foi uma abertura necessária. Esse trabalho exige bastante de nós. Para mim se tornou uma extensão da minha vida pessoal e profissional. Faz praticamente trinta anos que estou participando. A renovação é lenta e é difícil. Envolvimento como o meu surgiu da militância, de uma mentalidade de contribuição para a melhoria na sociedade em termos gerais. Mas as novas gerações em grande parte estão ocupadas em muitas outras entidades.

E houve um desencanto com a política. Muitos deixaram de participar desses espaços. Esse é um quadro difícil. Estamos por isso pensando em voltar ações para a formação de lideranças.

A figura do padre Roque Lauscher foi central na mudança do COL. Ele soube envolver pessoas nesse processo. Eu posso dizer que tive um certo privilégio de ter participado esses anos todos tão próximo à direção.





# Telmo Adams

Ingressei no Curso de Filosofia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, a Unisinos, no ano de 1977. Logo depois, nos anos 1979, 1980, comecei a minha história com o COL. Ligado aos jesuítas na época, fui conhecendo os trabalhos que havia na região. Iniciamos na atual Vila Paim; na época, estava começando a urbanização da área e fizemos todo um trabalho na linha de organização comunitária e na alfabetização de adultos. Também na região da Vila Duque e da Vila Tereza, onde os jesuítas igualmente estavam operando. Tínhamos sempre uma interação com os padres que atuavam na Unisinos e, nos fins-de-semana, iam às comunidades para fazer as celebrações e tudo mais. Nós pertencíamos à paróquia do

Fião, que tinha como pároco, o padre Breno Brodt<sup>1</sup>. Ele articulava ações com alguns desses jesuítas, como os padres Roque Lauschner e Odelso Schneider, que atuavam mais naquela região. Outro jesuíta, o padre José Ivo Follmann trabalhava mais na Vila Duque. O contato maior com as questões do COL se deu na época, através do padre Roque Lauschner com quem conversávamos muito. Ele acompanhava o trabalho pastoral no fim-de-semana, as iniciativas de organização na comunidade da Vila Paim. Nesta época, anos 1980, 1981, eu estava cursando o final do meu curso de Filosofia e disponível para ajudar em trabalhos desta natureza. A partir do convite do padre

<sup>1</sup> Jesuíta nascido em Santo Cristo, pequena cidade gaúcha do noroeste do Rio Grande do Sul.

Roque, fiquei mais ou menos uns cinco anos acompanhando alguns projetos, entre eles, o do antigo CEDOPE, quando a Unisinos ficava no centro da cidade.

As iniciativas do Padre Roque Lauschner

“Antiga sede”. Chamava assim. Lá desenvolvemos um projeto, acho que com algum órgão, não sei agora qual ao certo, do governo do estado, que incluía inclusive refazer certos mapas regionais do estado do Rio Grande do Sul. Era uma pesquisa articulada com indicadores socioeconômicos e também com a proposta de redefinição de mapas que não estavam bem delimitados. Eu, quando não tinha aula, estava frequentemente no CEDOPE, ajudando nesses projetos. Uma das coisas que me chamaram atenção então, era a forte preocupação do padre Odelso, mas especialmente do padre Roque Lauschner, na organização deste material, no que contaram com a ajuda de Renato Soethe e Alcido Arnhold, que trabalhavam no Centro de Documentação. Sei

que este acervo passou depois para o Instituto Humanitas<sup>2</sup>, não sei se está na biblioteca...

Esse era o esforço que o padre Roque fazia no sentido de redimensionar a ação do Círculo Operário. Ele surgira para ajudar na reunião, digamos assim, das famílias operárias, para dar um suporte a partir também dessa mística católica. Enfim, para dar um suporte na linha social. Havia todo um trabalho com farmácia que era praticamente o “carro-chefe” do Círculo e que beneficiava os que eram sócios de alguma forma. Havia trabalhos na linha do atendimento em creches, mas este era um trabalho como o de qualquer outra instituição de assistência social naquela época. O padre Roque era um idealista. Ele queria que isso tivesse sentido dentro da renovação com que os jesuítas queriam marcar essas instituições, afinada com todo um movimento

<sup>2</sup> O Instituto Humanitas Unisinos – IHU, foi fundado em setembro de 2001 como um órgão transdisciplinar da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Seu objetivo é apontar questionamentos e buscar respostas para os grandes desafios da contemporaneidade, bem como participar do debate cultural em que se configura a sociedade do futuro.



Reunião no COL

da pastoral popular, que os padres da Ordem estavam liderando e que isso se articulasse com comunidades eclesiais de base<sup>3</sup>. E estimulavam também ações com a perspectiva de educação dos trabalhadores. Na época, por exemplo, nós estávamos fortalecendo as oposições sindicais aqui da região, especialmente no que toca aos sindicatos “pelegos” que não davam efetiva contribuição para a classe. Nós nos envolvíamos com isso. Íamos às portas de fábricas onde propúnhamos reflexões; fazíamos reuniões com o pessoal, especial-

3 As Comunidades Eclesiais de Base – CEBs são comunidades inclusivistas ligadas principalmente à Igreja Católica que, incentivadas pela Teologia da Libertação após o Concílio Vaticano II (1962-1965), se espalharam principalmente nos anos 1970 e 80 no Brasil e na América Latina.

mente com os funcionários de empresas ligadas à área da borracha. E uma instituição como o Círculo Operário não conseguia nem... Não tinha uma acessibilidade para isso né, para questões sociais desse momento. Eu percebia o padre Roque muito angustiado quanto a isso. Ele nos pedia sugestões, como poderíamos encaminhar uma ação mais consistente... A partir disso, conseguimos planejar algumas atividades, especialmente contando com o José Renato Soethe e com o Alcido Arnhold. Eles tiveram horas de sua atuação no CEDOPE liberadas para essa atuação. E fomos, assim, nos ligando ao Círculo Operário, buscando a percepção do que era o Círculo na-

queas circunstâncias, com as suas estruturas já historicamente introduzidas. Isto ocorria em um contexto onde todos os Círculos e a Federação dos Círculos, inclusive, eram muito conservadores. Então, foi realmente muito ousada essa tentativa de transformar uma instituição velha... Depois, na década de 1980, havia também muitas Organizações não Governamentais<sup>4</sup> novas iniciando...

Havia muitas instituições querendo iniciar e o problema se apresentava nas condições para sua manutenção. Elas de-

4 Organizações que se generalizaram a partir da década de 1990 representando uma nova perspectiva para os trabalhos de cooperação. Apresentam caráter integrador, desenvolvendo parcerias com o Estado e com a Cooperação Internacional.



*Pe. Roque Lauschner, à esquerda, com lideranças políticas da época*

pendiam de cooperação internacional ou, então, de alguma instituição religiosa ou pública. Até então era pouca a presença, nesse sentido, de trabalhos que apoiassem instituições da sociedade civil. Então, a gente dizia: instituições novas que começam, como as ONGs, nessa área social ou educativa, não conseguem se manter. O Círculo tem toda uma solidez em termos de infraestrutura, capaz de garantir a sustentação de trabalhos e que não pode ficar sem ser direcionada, sem ser aproveitada para produzir socialmente. Essa era a reflexão.

### Reorientações

O Círculo tinha condições das quais as instituições novas não dispunham. O problema era redirecionar uma instituição e os sujeitos que historicamente ali atuavam, que eram pessoas boníssimas e de boa-fé, mas não estavam em condições de compreender a necessidade de mudar.

Este foi um desafio difícil. Foi dolorido para o padre Roque interferir no trabalho de algumas pessoas. Ele tinha o papel e a autoridade de assistente eclesialístico que os jesuítas sempre mantiveram em relação ao Círculo. Se fosse qualquer outro de nós, não teria conseguido facilmente fazer

as interferências necessárias. A liderança do padre Roque apoiava a instauração de novos processos. Ainda em 1987 quando terminei um curso de especialização em cooperativismo, eu tinha bastante contato com o CEDOPE, inclusive participei de uma pesquisa nos anos 80... Depois eu me envolvi mais no trabalho com a Cáritas<sup>5</sup>. Percebia-se em algumas relações de trabalho social ligadas a movimentos comunitários e sociais, o Círculo se fazendo presente nesses espaços e manifestando um novo jeito de se colocar, inclusive na relação com as demais organizações.

<sup>5</sup> A Cáritas Brasileira foi criada em 1956 e é uma entidade de promoção e atuação social, que trabalha na defesa dos direitos humanos, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável solidário.

E creio que a própria legislação foi mudando, por exemplo, por meio da LOAS<sup>6</sup> em 1993, que impactou na própria forma de se ver a assistência social institucionalmente. Temos depois a legislação decorrente da Constituição Federal de 1988, fazendo com que as dinâmicas relacionadas às áreas de assistência social mudassem justamente essa ideia de um sistema de assistência, assim como já há um sistema de saúde, um sistema de educação... E todas as entidades que atuavam na área da assistência social, inclusive as então denominadas filantrópicas, tinham que se orientar segundo as normas da LOAS, da lei da assistência social. Isto fez com que então o próprio COL assimilasse melhor a necessidade de descentralização, inclusive da gestão. A questão da gestão mais transparente, pensar racionalmente uma proposta de reestruturação do Círculo em torno de um modelo mais participativo de gestão, implicava chamar par-

ceiros que fossem... Aqui no caso incluir pessoas físicas, e também algumas instituições, que se dispusessem a estar no Círculo como associadas da instituição, mas também integrando comissões de discussão, os órgãos de gestão, a administração e o conselho fiscal. E ainda que começassem a pensar esse processo mais educativo, a questão dos projetos. Aos poucos, foi se criando realmente um corpo e que, resumidamente, poderia se dizer, colocou o Círculo em um outro patamar. Ele realmente passou a ser respeitado como uma organização que conseguia avançar na sua atualização. Acredito que isso realmente foi marco fundamental, sendo que é muito difícil as instituições se renovarem. Ainda mais quando ligadas, às vezes, a um campo religioso que tem todo um *ethos* e um modo de ser. Esse caminho trilhado foi importante e influenciou inclusive a dinâmica maior, até mesmo nos processos da Federação onde o padre Roque atuava. Aos poucos, a experiência do Círculo Operário de São Leopoldo mostrava que era possível fazer diferente, e essa experiência

<sup>6</sup> LOAS – A regulamentação deste benefício se deu pela Lei 8.742/93, conhecida como Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), e do Decreto 1.744/9. Regulamentou o benefício de assistência social ao idoso e ao deficiente.

deixou setores mais tradicionais dos Círculos em pânico.

Não recordo exatamente qual ano, nem qual grupo participava das discussões. Eu me associei ao Círculo para poder fazer parte desse apoio mais direto, como parte de um grupo que tinha uma certa clareza, uma certa compreensão da questão. O padre Roque tinha essa ideia: “Não, nós precisamos nos acercar de pessoas, que não vão ao Círculo só por interesse em seus benefícios, mas que também acreditam na sua capacidade de fazer um bom trabalho social no município”. Inicialmente participei de várias comissões, de processos de formação, ...

Não eram aulas... Eram encontros de formação. Participei depois, também, do Conselho Fiscal como uma forma de estar dentro da instituição, onde eu continuo inclusive até hoje. E a gente sente que o trabalho nos últimos dez anos pelo menos, teve uma repercussão muito forte no apoio a projetos como aqueles relativos aos “catadores de lixo”, às associações de cooperativas de catadores. Os

movimentos sociais foram uma presença muito forte no COL.

O COL e os movimentos sociais

Havia, e há, o trabalho com mulheres, o trabalho muito atualizado nas escolinhas que perdura ainda hoje. Ou podemos falar nas antigas creches que viraram espaços integrados e conhecem um trabalho pedagógico mais aprimorado. Isto implicou uma qualidade para esses vários trabalhos e fortaleceu a posição que o Círculo tem hoje na cidade.

O Círculo ampliou sua esfera de atuação, ultrapassando as questões do trabalhador em si, a sua relação direta com o mundo do trabalho, com o mercado de trabalho. Mas ficou um trabalho social articulado com esse mundo dos trabalhadores, enfim. Claro, são todos projetos inseridos em bairros; alguns meio ousados como esse relativo aos menores infratores. É um trabalho bem exigente, relacionado, penso, com o Juizado de Menores (da Infância e da Juventude). São trabalhos que exigem muito, inclusive uma clareza que o Círculo

tem hoje. Ele tem de fato uma equipe dinâmica, uma diretoria interessada em aprimorar sua atuação. Claro que ainda acontecem falhas, mas sobretudo há uma abertura, uma dinamicidade no sentido de aparecer como uma instituição viva na cidade, integrada nas políticas públicas, nas sociais sobretudo.

Há também uma sustentabilidade, que vem do patrimônio da instituição, e de projetos com recursos que são buscados de diversas fontes. Uma delas certamente reside nas políticas públicas, com recursos direcionados pelo governos municipal, estadual e federal. Mas sempre há alguns projetos que não têm continuidade, exatamente porque não se consegue renovar recursos para tanto. Mas sobretudo na área educacional, se está conseguindo manter os projetos.

A estratégia, apontada já pelo P. Roque Lauschner buscava garantir que o COL tivesse capacidade de se autossustentar a partir do que já tinha. Creio que foi essa a dinâmica. Isto para fazer mais que o mero assistencialismo, distribuição de

coisas ou venda de materiais mais baratos, mas colocar a instituição a serviço de um trabalho social. Me parece que para São Leopoldo, o auge deve ter sido ali pelo final dos anos 1990 até a primeira década do século XXI.

Neste período o Círculo teve uma importância muito grande no apoio às organizações. Me lembro de dois espaços no campo dos movimentos centrais que sentiram muito a presença do Círculo e onde houve resultados. Um deles foi na área das mulheres, inclusive com a colaboração da professora Clair Ziebell. Seria, inclusive, interessante entrevistá-la. Embora não diretamente ligada ao Círculo, mas como professora, ela estava engajada nesse trabalho que era muito apoiado pelo Círculo. Paralelamente o trabalho com os “catadores”, com as associações e cooperativas de recicladores aqui do Vale dos Sinos. Pelo menos até 2012, houve uma presença muito ativa no sentido de respaldar e dar suporte a um projeto que eles tinham, de forma a fortalecer o Fórum dos Recicladores do Vale dos Sinos.

Esse Fórum continua ativo hoje, mesmo o Círculo tendo retirado um pouco o apoio institucional. Mas o trabalho feito deu uma solidez à sua organização. Ele está hoje articulando todas as cooperativas e associações de reciclagem, desde Canoas até Nova Hartz, as quais no último sábado do mês se reúnem aqui em São Leopoldo, nas dependências do próprio Círculo, na sala Padre Roque Lauschner.

O COL continua dando esse aval, digamos assim. O movimento de mulheres eu não tenho acompanhado ultimamente [...] Mas sei que houve um apoio importante. Então diria assim, para além daquilo que o COL já fazia, como as creches e tudo mais, temos agora esse trabalho voltado à inserção e contribuição na organização social de setores importantes e significativos hoje dentro da região. Esta é, para mim, uma marca importante. O Círculo cumpriu uma função histórica mas com uma visão atualizada, isto para realmente fortalecer a sociedade civil na relação com os espaços, digamos, municipais, mas mesmo em relações

com instâncias do Estado. Houve aí vários processos de discussão em encontros de formação e em cursos em que contribuímos, de elaboração sobre experiências, por exemplo. Um projeto que o Renato Soethe inclusive animava bastante, envolvia a sistematização das experiências apoiadas pelo Círculo. Há escritos assim que retratam um pouquinho essa história e essa presença do Círculo no mar dos movimentos sociais, várias experiências que foram registradas e...

Ações de base, de organização e não de assistencialismo

Há pessoas de quem me lembro, como o Anegildo Garcia, quem o conhece bem é o P. José Ivo Follmann<sup>7</sup>, que era da Ação Operária Católica<sup>8</sup>. Encontrei-o outro dia, já

7 Especialista em Cooperativismo e Doutor em Sociologia, o jesuíta José Ivo Follmann é professor e pesquisador da Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

8 O entrevistado deve estar se referindo à Ação Católica Operária. Atualmente chamada de Movimento de Trabalhadores Cristãos, a Ação Católica Operária (ACO) foi fundada oficialmente no Brasil em 1962. Sua origem está ligada, na Europa, durante a década de 1920, ao movimento da Juventude Operária Católica (JOC). A ACO nasceu, sobretudo, da iniciativa de militantes da JOC que careciam de um movimento a partir do momento em que se casavam ou simplesmente envelheciam.

bem velhinho. Ele morava na região da Vila Duque, ou Vila Tereza, ainda mora acho eu... Era um dos líderes sindicais que foram trazidos para dentro dos Círculos a fim conseguir essa “nova visão”, menos assistencialista e mais de organização. Quando a chapa de oposição venceu a eleição sindical,<sup>9</sup> houve toda uma reviravolta, a entrada de um outro modelo sindical inserido na busca de organização da categoria e do que, na época, era possível aos sindicatos negociarem.

Houve muita desconfiança. Acho que dirigentes que estavam no Círculo na época, tinham muito medo. O Círculo tinha um bom patrimônio: o próprio terreno de sua sede, outras áreas na cidade, inclusive o antigo Lar da Menina ... Então havia muitos bens e uma certa desconfiança: “Ah, tem gente que vai querer entrar aí pra tomar conta, pra comer o dinheiro do círculo”. Eu me lembro do Padre Roque sempre tentando quebrar essa resistência. Era sempre preciso um aval que vinha dele...

9 Sindicato dos Metalúrgicos de São Leopoldo.



Parece que, de fato, em alguns momentos em que o Círculo, por não conseguir se colocar numa perspectiva mais ágil, deu espaço para posturas do tipo: “Ah, vamos intervir nesse negócio aí, vamos tomar conta já”. Parece que havia dificuldade realmente em confiar no que essa reorganização ia resultar, com seu novo foco de atuação, de integração na política de educação e assistência social. Acredito que estes são os dois grandes eixos de trabalho do Círculo. Isso demandava, inclusive, claro, a manutenção do certificado de instituição de beneficência social, de filantropia, que sempre implicou uma certificação nas instâncias municipal, estadual e federal.

Era preciso renovar periodicamente esta certificação, a cada três anos. E é sempre um novo e complexo processo. Isto implica toda uma gestão dentro das exigências, como na prestação de contas públicas, auditoria externa para garantir a transparência administrativa. Os responsáveis viram a necessidade de levar em conta uma gestão articulada com essa nova

visão e atuação na assistência social, nova definição de prioridades para o investimento... E é claro que, para manter o trabalho das creches e outros serviços de assistência social, por exemplo, era preciso uma relação direta com o poder municipal. Era preciso garantir o apoio às propostas e projetos. Então, os conflitos também estavam mediados por isto. Como eu não estava diretamente dentro da instituição, não tenho uma percepção tão clara...

### Encruzilhadas

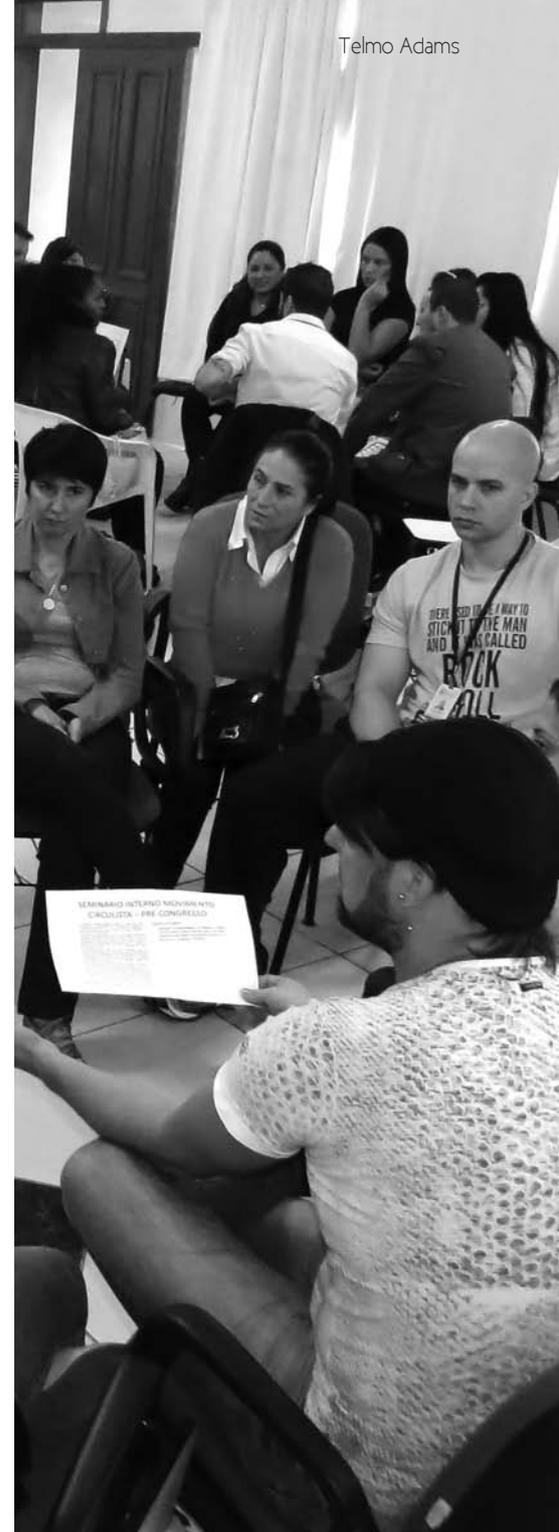
As organizações contribuem de alguma forma na organização local e, talvez, com algumas influências na forma de redes e articulações no âmbito mais amplo. Ao mesmo tempo, elas são fruto e resultante desse momento conjuntural, sócio-histórico que vivemos. Acredito que a encruzilhada não é só do Círculo, mas de todas as instituições. O momento hoje das entidades em relação à sociedade e ao Estado deve ser pensado. As últimas eleições presidenciais [2014] decidiriam muita coisa.

Com os governos de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff<sup>10</sup>, se instalou toda uma relação de parceria em execução de políticas públicas. Isso implica o repasse de recursos para instituições da sociedade civil executarem projetos. Penso que isto, de certa maneira, fragilizou aquela identidade ou maior autonomia que essas organizações tinham. Inclusive para se posicionarem de forma crítica, de forma propositiva em relação ao Estado. Na medida em que elas assumem a execução de projetos e são responsáveis pela aplicação de recursos públicos, são igualmente, de alguma forma, um braço do Estado. Elas ficam divididas. “Nós somos da sociedade civil, mas ao mesmo tempo nós estamos aqui executando uma política de Estado, com recursos públicos”, e isso, de certa forma, produz uma ambiguidade na identidade dessas instituições. Ao nos posicionamos como executoras, temos que assumir o lugar nesse sentido, quase que como um ente, ou um pedaço desse ente que é o Estado. Mas,

<sup>10</sup> Transcorridos entre 2003-2010 e 2011 até o momento, respectivamente.

ao mesmo tempo, queremos nos posicionar, queremos estar junto com a sociedade civil. Precisamos trabalhar com qualidade, fazer bem feito, prestar contas do uso dos recursos, até para conseguir de novo, para garantir a continuidade das ações e dos projetos... Então tudo isso é um esforço louvável. Diante do que vemos hoje no Congresso, temos que trabalhar ainda mais seriamente para fortalecer a sociedade civil. Sem isto, o futuro não tem possibilidade de se viabilizar como uma sociedade sustentável. Poderia haver em São Leopoldo uma entidade da sociedade civil tal qual o *Círculo Operário*, assumindo o protagonismo para organizar a dinâmica do orçamento participativo, por exemplo, quando este existia. Porque teria que ser o próprio município, ou o próprio Estado assumindo e organizando a dinâmica do *orçamento participativo*? Isso devia ser uma dinâmica da sociedade.

Ao município interessa muito pensar o orçamento e aplicar bem o recurso público. Então, caberia a uma organização assumir esse



protagonismo. Eu também acho que os movimentos sociais estão se retraindo e vai prevalecer parte de execução de projetos focados... E, então, a instituição não consegue mais ser aquela dinamizadora que deveria ser no âmbito de organização da sociedade. Acho que essa é a encruzilhada em que agora se está. E compreender isso não é simples!

O Círculo está, de alguma forma, expressando uma tensão que o ultrapassa...

Creio que temos um desafio novo para o Círculo daqui para a frente. Vejo aqui a grande capacidade das políticas neoliberais no âmbito do social... Barganhar justamente o apoio da sociedade civil por meio de organizações não-governamentais, fundações, empresas, e tudo mais... Na área de políticas sociais e mesmo na educação, as ações ocorrem com menos esforço do Estado. É muito mais fácil transferir recursos e fazer um controle um pouco mais rígido do que assumir o desenvolvimento das ações.

Isso me lembra mais uma coisa, da atuação – que foi muito importante – do Círculo nos conselhos

municipais. É onde exatamente acontece esse dilema. Podemos nos perguntar: em que medida existe autonomia nesses espaços? Conforme quem são as pessoas atuantes, com que política, com que interesse se utilizam seus espaços, eles são totalmente dominados por interesses de pessoas que vêm representando o governo... O Círculo teve, pelo menos em duas áreas, Conselho de Assistência Social e da Educação, que acho que são espaços importantes, as pessoas que participavam demonstravam uma boa clareza de posicionamentos, em relação a contribuir, de levar as propostas que vinham demandadas das áreas onde elas atuavam. Quer dizer, o risco existe, ao mesmo tempo em que o governo quer estimular essa organização e estar presente nela, ele vai também exercer um controle, um certo direcionamento. Porque não é exatamente a sociedade com a sua autonomia que está fazendo a organização. E, é claro, as pessoas têm sempre seus posicionamentos ideológicos. Mas, então, é um dilema a se ponderar: em que medida existe autonomia nas organizações que são abertas, porque os espaços de participação se ampliaram muito, decorrente de

uma longa luta da sociedade pela redemocratização e não só para ter eleições, mas para ter espaços de participação direta.

Relações com a sociedade civil e com os partidos políticos

Os espaços de participação se ampliaram, mas na minha avaliação, em geral eles foram muito pouco aproveitados. Não sei se faltaram mecanismos para envolvimento e presença maior da sociedade. As instituições participantes se repetiam. Às vezes, a cada eleição tínhamos que buscar obter o número completo de instituições para representar a sociedade civil... Então este é um dilema!

Para compreender este fato, há muitos elementos a considerar. Um deles, creio, seja certa decorência do próprio processo histórico, de um longo período onde era proibida qualquer possibilidade de participação. Isto criou também um tipo de comportamento, de distanciamento frente às questões do Estado com os seus representantes. Acho que esta é uma visão errada de democracia, e que ela se manifestou de vez agora com o que vimos nas últimas eleições. Não inte-

ressam mais projetos: você vota em pessoas. Há toda uma propaganda de que não existem mais partidos. Você vota “no Rio Grande”, e não num partido. Seria preciso trabalhar com as pessoas a percepção de que existem, sim, projetos de Estado e de sociedade presentes nestes discursos, e que eles estão, inclusive, muito ligados aos interesses econômicos. E, portanto, se essas discussões não vão para a disputa de projetos, não vamos resolver os problemas. Qual era o ideal que se projetava com o conselho de assistência social, de educação, de saúde? Os representantes dos conselhos, seriam ligados à comunidade, às organizações que têm suas relações, suas redes. Eles discutiriam as questões, ouviriam o que realmente a comunidade está querendo e trariam ao conselho, com base nisso, posições a serem defendidas, projetos, mudanças de legislação, destinação de recursos.

Mas isto não aconteceu. Com raras exceções, as pessoas não faziam um diálogo com aqueles que representavam. Essa é a lacuna que ficou. Havia espaços legalmente constituídos, mas pouco aproveitados e não orgânicos na relação com as pessoas.

Creio que houve sim uma maior constância de partidos, os de esquerda principalmente, sobretudo do Partido dos Trabalhadores, presentes nesses últimos momentos. Depois dessa renovação, acho que isso ficou visível. Eram pessoas oriundas de lutas – seja nos sindicatos, seja nas associações de moradores, nas comunidades de base –, que queriam realmente toda uma mudança. Mas não creio que tenha havido um aparelhamento da instituição. Acho que sempre houve um resguardo quanto a isto. O próprio estatuto procura salvaguardar isto. Também quanto ao histórico de proximidade com os jesuítas, sua “influência” é mais simbólica que qualquer outra coisa, porque no campo jurídico não houve nenhuma relação de fato. O COL é uma entidade completamente da sociedade civil.

O certo é que a mudança de pessoas implica nova compreensão de políticas e ações, e de interesses também, o que demanda desafios para tentar manter uma regularidade, por exemplo, nos projetos desenvolvidos com os poderes públicos, e nada disto é muito simples.

# Irene Zanette

Vim do movimento popular. Desde a minha juventude participei do Instituto Pastoral da Juventude (IPJ)<sup>1</sup>; então, na Pastoral da Juventude, comecei a trabalhar com as comunidades de base. Na década de 80, eu estava em um convento e fui trabalhar na diocese de Chapecó, onde permaneci até 1988. Trabalhava com formação de lideranças junto com Dom José Gomes, que era mentor das

comunidades de base. Dom José era defensor dos sem-terra e tinha um trabalho de muita mobilização popular. Eu trabalhava com catequese, orientando as lideranças, segundo o método de Paulo Freire. Eu vim desse grupo. Na década de 1990, quis aprofundar meus conhecimentos e decidi cursar Artes, o que fiz na FEEVALE, embora fosse formada em Teologia. Isto era algo que me sensibilizava muito, mas eu não queria abrir mão do trabalho na área social. Vim para São Leopoldo, porque meus irmãos moravam aqui, e procurei uma instituição que fizesse trabalho social. No Círculo Operário Leopoldense encontrei o Centro de Assessoria aos Movimentos Populares – CEAMP. Houve um edi-

<sup>1</sup> O início da história da Pastoral da Juventude data da década de 1960 com a Ação Católica Especializada (JAC, JEC, JOC, JUC). Nos anos 70, inspira-se nos Concílios de Medellín e Puebla, que trouxeram novas diretrizes para a ação pastoral com a opção concreta pelos pobres e pelos jovens. Ampliou-se, assim, o trabalho que vinha sendo desenvolvido com a juventude, e as dioceses passaram a organizar a evangelização dos jovens em pequenos grupos (entre 12 e 25 jovens), ao mesmo tempo em que se articulavam encontros nacionais com o propósito de melhorar a comunicação e proporcionar o intercâmbio e a sistematização de experiências.



tal para assessoria aos “grupos de mulheres” na Paróquia Santo Inácio – Rio dos Sinos, com Padre Orestes João Stragliotto e as associações de bairros. Entrei no Centro de Assessoria aos Movimentos Populares na metade do ano de 1988.

O trabalho com “grupos de mulheres” e com crianças

No Centro de Assessoria aos Movimentos Populares, iniciei assessorando os grupos de mulheres das comunidades da paróquia Santo Inácio, onde mantínhamos uma parceria com o padre Orestes. Foi então que surgiu a ideia de formar um comitê de solidariedade às mulheres no município. Iniciou-se uma discussão sobre isto, e fundamos, aqui no Círculo Operário, o “Comitê de Solidariedade às Mulheres”, que eu acompanhei até o final de 1992. Logo em seguida, em 1993, eu assumi a coordenação da Casa da Criança do Círculo Operário e não pude mais continuar na coordenação do comitê. A UNISINOS acabou acompanhando este trabalho através da professora Clair Ziebell<sup>2</sup>.

Antes da Casa, havia o Lar da Menina, que foi fundado logo depois da construção da Escola Santa Terezinha. Havia, na época,

um grupo de meninas que era acompanhado pela Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria dentro deste Lar. No final de 1988, avaliou-se, junto com a AMENCAR (Amparo ao Menor Carente) de São Leopoldo, com as irmãs e com a diretoria do COL, que não devíamos só acompanhar meninas, mas meninos e meninas da região que estivessem em situação de vulnerabilidade social. Uma pesquisa revelou que os índices mais expressivos desta vulnerabilidade estavam nas vilas Paim e Brás. E, como era na Paim que se encontrava a pior situação, ela foi escolhida para fundarmos a Casa da Criança e do Adolescente, o que ocorreu em 27 de junho de 1998. Fechou-se o Lar da Menina e foi construída uma casa muito simples, onde se acompanhavam meninos e meninas daquela região.

Um projeto de educação

Não fui a primeira coordenadora da Casa, e, de fato, iniciei meu trabalho ali em meados de 1992. Trabalhávamos com meninos e meninas que estavam em situação de vulnerabilidade social. Tínhamos crianças e adolescentes de até 17 anos; era um grupo bem expressivo na comunidade. Havia os que estavam na escola de tarde, e os que estavam na escola de manhã. Nós os acompanhávamos sem ter muita clareza do que se queria realizar. Depois, aos poucos, fomos

<sup>2</sup> Prof. Ms. Clair Ribeiro Ziebell é docente no curso de Serviço Social da Unisinos, tendo sido coordenadora da Assessoria a Movimentos de Mulheres da Universidade.

definindo e organizando o que pretendíamos de fato com esse trabalho: uma ação mais educativa guiada pela perspectiva da educação popular. Essa foi a nossa primeira ideia. Trabalhávamos com oficinas envolvendo crianças e adolescentes e com o grupo de mulheres. No início, esse grupo de mulheres era composto por mães de crianças e adolescentes que frequentavam a casa. Depois, foi aberto para quem tivesse interesse, e uma das educadoras, inicialmente a Antoninha Della Mea Lima, assumiu esse trabalho. Em 1995, a Luíza Geneci Martins assumiu a coordenação do acompanhamento do grupo de mulheres, e a Ivete Zanette (Neca) entre 1999 e 2012. Houve um período em que essas três educadoras fizeram cursos de promotoras populares legais. Elas acompanhavam as mulheres e também as demandas que elas traziam, como a busca de seus direitos, alguns básicos, como ter documentos. Trabalhavam para orientar naquilo que elas precisavam, até mesmo para proteção contra a exploração que sofriam em casa. Esse foi um trabalho que assumimos, creio, no início do ano 2000.

No fundo, esta também é uma iniciativa de apoio às famílias. Vínhamos trabalhando com a ideia de começar a assumir uma ação de fortalecimento de vínculos comunitários. Em 2008, a ideia de tra-

balhar na perspectiva de educação popular envolvendo oficinas com grupos de mulheres, com adolescentes e crianças, foi revista. Além da perspectiva da educação popular, começamos a estudar a escola democrática, nos espelhando em alguns princípios da Escola da Ponte<sup>3</sup>, liderada por José Pacheco. Então, a partir de 2008, começamos a trabalhar dentro dessa perspectiva, a pensar toda a nossa metodologia de trabalho e a rever a nossa estrutura física. Excluímos as salinhas separadas e passamos a trabalhar em espaços amplos, onde também não mais separamos o atendimento por idade. Eram dois grupos, um de manhã e um de tarde, e os alunos dos dois grupos, de 6 a 15 anos, trabalhavam juntos, orientados por dois educadores. O que formamos foram “grupos de interesse”. É nesta perspectiva que atuamos até hoje.

### A Casa da Criança

A Casa da Criança e do Adolescente é um programa do COL. Hoje, ele envolve cerca de 10 pessoas que nela trabalham sob a coordenação do Éder dos Santos Bastos. Fizemos um estudo bastante profundo com a equipe sobre as posturas metodológicas da

<sup>3</sup> A Escola Básica da Ponte é uma instituição pública de ensino localizada no distrito do Porto, em Portugal. Ela se vale de um método de ensino-aprendizagem baseado nas chamadas escolas democráticas, que, entre outras coisas, concede amplo protagonismo aos alunos.

Escola da Ponte. Foi um aprendizado também para nós... Muito mais para nós, no início, do que para as próprias crianças. Vivemos alguns desafios bastante grandes, uma vez que nem todos os educadores se adaptam a essa proposta. Também começamos, desde 2008, a trabalhar com grupo de pais. No início do ano, estabelecemos um cronograma de atividades com os pais, assumindo as temáticas que eles sugerem e desejam trabalhar. Os encontros ocorrem de dois em dois meses; o grupo da Casa só

ajuda nas dinâmicas, mas são os pais que participam de tudo. As crianças agem como motivadores dos pais.

Nós fazemos o acompanhamento da família junto com o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS da região. Quando a criança está apresentando problemas na escola, buscamos nos aproximar dela para que se entenda o que está ocorrendo com a família, uma vez que temos este acompanhamento. Hoje a Casa tem 80 crianças

e adolescentes participando; 40 em cada turma.

Quando comecei, em 1993, tínhamos um grupo pequeno, em torno de 20 crianças... Depois, em 1999, eram 79 crianças... Na década de 2000, o grupo oscilava entre 60 e 65 crianças. E, a partir do ano passado [2014], aumentamos novamente para 80. O COL ajudou na criação do primeiro Programa de Acompanhamento Familiar também. Esse programa acabou ajudando na criação do CRAS, na região oeste.



O COL, então, se retirou, e o município assumiu. Mas tínhamos uma boa parceria com a equipe do CRAS. Eles encaminhavam as famílias que tinham mais vulnerabilidade para nós, e nós acompanhávamos as crianças dentro da Casa. Hoje, o CRAS da região está um pouco diferente; perdeu o vínculo com essa comunidade. A Casa continua atuando ali no mesmo lugar. Surgiram outras organizações nesse período, como o Instituto Lenon<sup>4</sup>. Antes

4 O Instituto "Lenon Joel pela Paz" surgiu em São Leopoldo, RS, a partir da forte mobilização da comunidade em protesto pela morte do estudante

ainda, houve o Amigos em Ação, também. O Centro Medianeira também tinha uma atuação forte. Eles tinham um núcleo dentro do Parque do Trabalhador, que hoje não atua mais. Então, na região hoje, como instituições não governamentais, há o Instituto Lenon, a Casa da Criança e o Sopão<sup>5</sup>.

Lenon Backes, em setembro de 2006, durante um assalto em sua residência. Desde então, através da promoção do esporte, cultura e lazer, o Instituto atua diretamente com crianças e adolescentes dos bairros Vicentina e São Miguel.

5 "Turma do Sopão": associação beneficente da cidade.

Trabalho em rede, círculo de apoios e projetos

A partir de 2005, iniciamos uma parceria com o poder público que segue até hoje. A Casa da Criança recebe, desde então, verba do poder público. Claro que este apoio não cobre todas as necessidades da instituição. Desde a fundação, em 1988, temos uma parceria com a KNH<sup>6</sup>, uma organização da Alemanha. A partir do final de 2015, a KNH vai se retirar do sul do Brasil e apoiar mais a região

6 Kindernothilfe.





Nordeste. Estão assumindo algumas áreas da África, também.

Antes de 2005, o COL se responsabilizava solitariamente, exceto pela Kindernothilfe. Trabalhamos com grandes limitações, de verbas, de equipe... mas existe boa vontade em fazer um trabalho importante nessa comunidade.

Desde 2000, assumimos o que gostamos de chamar de “almoço escolar”, inclusive com acompanhamento nutricional. As crianças que entram de manhã recebem café; do café elas vão para as atividades. E, às 11 horas, elas recebem almoço; as da tarde chegam já alimentadas. Recebem outra alimentação no meio da tarde, por volta de 15hs30min. Estamos

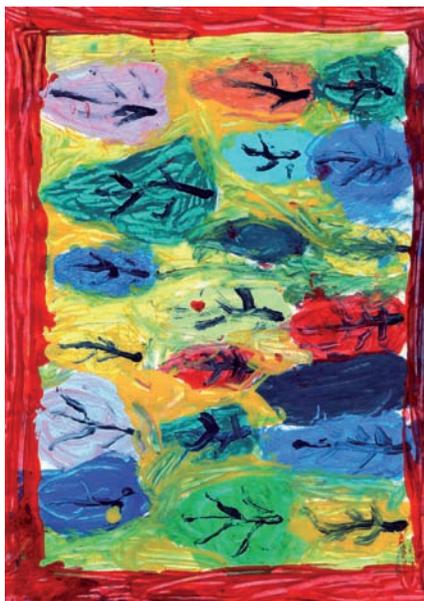
desenvolvendo uma “cozinha criativa”, fazendo aproveitamento de verduras e frutas e incentivando os pais neste sentido. Retiramos todo o suco artificial e usamos apenas suco natural. Introduzimos o consumo de muita verdura e frutas, hábito que eles não trazem de casa. Isto implica uma ação também com as famílias, porque vimos esta necessidade. Nos encontros, que, como disse, ocorrem a cada dois meses, oferecemos alimentos alternativos para os pais provarem. Depois, ensinamos as receitas, incentivamos o seu uso em casa. Muitas crianças não querem ir à Casa da Criança para não ter que “provar” alimentos com os quais não estão acostumadas!



Fazemos, por exemplo, o negrinho de feijão, o negrinho de aipim, o branquinho de arroz. É um trabalho muito interessante. Apresentamos os pratos decorados de uma forma lúdica a elas, como o prato de verdura inspirado no “Shrek”. Introduzimos vários alimentos que elas passam a aceitar. É sempre um trabalho de educação!

Relações com a Escola e o “serviço de vínculo”

No início, a escola tinha a ideia de que nós fazíamos o complemento escolar, e tivemos que desfazê-la. Nós trabalhamos para fortalecer o aprendizado escolar, mas pela ludicidade, em oficinas que as crianças se propõem



a realizar. Nós não somos um complemento da escola e trabalhamos muito mais a formação de hábitos. As educadoras desenvolvem projetos que as crianças escolhem, como reciclagem, meio ambiente, violência. Uma educadora realizou um projeto sobre o chocolate. Era para ser um projeto bem curtinho, mas envolveu uma pesquisa enorme. Os alunos se dedicaram ao máximo. Foram até atrás de cacau que trouxeram para a Casa, e aprenderam que ele é saudável e que, industrializado, leva muito açúcar e gordura. Discutiram os usos da mídia para criar apelo de consumo... Foi feito com as crianças menores; elas fizeram toda a pesquisa. Foi lindíssimo, sabe?

Outro exemplo é o da astronomia. Então, as crianças criaram uma sala escura, colocaram os planetas no teto; deitavam e observavam.... Foram pesquisando e trazendo, criando...

Sempre trabalhamos arte dentro da Casa. Por exemplo, a releitura de obras de arte segundo nossa realidade atual. Como as crianças fariam hoje se estivessem no lugar de determinado autor.... Teve um período em que eu trabalhei como educadora dentro da Casa. Fizemos painéis propondo a releitura de Van Gogh, Picasso, Mondrian. Eles gostavam muito de autorretratos. Fizemos exposições...

A Casa trabalhou também uma oficina de cerâmica, coordenada pelo José Carlos Martins. Organizamos uma exposição no shopping Bourbon. Incentivamos também o uso de materiais que hoje não se utilizam mais, como, por exemplo, pena de galinha, gravetos, o próprio dedo. Visitamos também o Iberê Camargo duas ou três vezes. A própria Fundação proporciona o deslocamento.<sup>7</sup>

Terminei minha participação na Casa há cerca de um ano e, claro, sinto saudades. Esta vivência me empolgava... As crianças trabalhavam, por exemplo, fazendo *decoupage* de mesas por baixo e montavam o vidro por cima. Trabalharam paredes enormes com esta técnica. Fizeram trabalhos lindíssimos e estimuladores da preocupação ambiental, com o uso de materiais alternativos... Trabalhamos um período com jardinagem, usando pneus. Elas levam estas experiências para casa, para criar ambientes mais agradáveis. Começavam a ter as preocupações estéticas...

Podem-se trabalhar as questões ambientais a partir da arte, até mesmo a partir dos princípios pedagógicos da Escola da Ponte, fazendo com que os alunos se reconheçam. É um trabalho muito desafiador, também, em uma re-

<sup>7</sup> A Fundação que abriga o acervo do artista gaúcho Iberê Camargo (1914-1994) foi criada em 1995 em Porto Alegre, RS.

gião que tem muitos problemas sociais. Buscamos abrir as portas para a comunidade, estar abertos a ouvir. Acolhemos e orientamos as mães, por exemplo. Porque elas só se manifestam quando são acolhidas. Creio que isso é muito importante no trabalho, e temos vários desafios. Hoje, as mães dos alunos participam, mas a comunidade em geral ainda não. Esse é o desafio, abrir a Casa para a comunidade. Teve um período em que se fechava o portão. Hoje o portão é aberto. Só fechamos de noite, porque é para transitar. Não tem por que ficar fechando. É um trabalho que está aberto para a comunidade.

Como equipe também vamos nos desafiando, fazendo esse processo “democrático interno”. Não adianta querer que as crianças exerçam a democracia, a cidadania, a educação, se como grupo de educadores não exercitamos isso entre nós: o trabalho coletivo e respeitoso com o outro.

Precisamos de formação constante, busca de referenciais teóricos... Na Casa temos todas as sextas-feiras de manhã trabalho em formação, incluindo uma para organização do projeto que está sendo realizado e outra sexta-feira para discussão interna.

A gente procurou trazer, junto com o que fazem a escola democrática e a Escola da Ponte,

um pouco de Célestin Freinet.<sup>8</sup> Ele aponta a ideia de trabalhar os “quatro pontos”, os “quatro cantos”. O grupo escolhe a dinâmica de trabalho, mas os educadores também propõem algumas coisas. Nessa proposta, os alunos são desafiados a participar de todos os grupos. Então, eles vão circulando entre os grupos.

Estamos sempre conscientes de que não somos uma escola ou uma entidade assistencialista; somos um serviço de vínculo. Como tal, nós temos todo o trabalho social e o acompanhamento familiar. Não se podem separar estas dimensões. A atenção à realidade da comunidade, à história das famílias, ao trabalho de reaproximação de vínculos desfeitos... Todos estes são compromissos nossos. Temos na Casa duas profissionais – a educadora de apoio e a assistente social – que lidam com isso: aproximar o trabalho metodológico da Casa dessa realidade social.

Temos um cuidado especial em não fazer julgamentos sobre as famílias, mas sim buscar valorizar seus potenciais. Todos os anos, a Casa tem que dedicar um grande tempo para “estudos de caso”, diagnósticos da realidade familiar. Queremos orientar as famílias para avançar e não criar laços de

<sup>8</sup> A pedagogia é de Célestin Freinet, uma vertente da Escola Nova, da qual cabe ressaltar a inspiração da proposta de atividades por rodízio e a questão do protagonismo.

Adélia Boff Kolin



dependência da Casa. Por isso é que este é um trabalho muito desafiador. E esse trabalho muitas vezes é difícil, até porque a realidade familiar é dura. É preciso ter estrutura, até mesmo psicológica, para poder trabalhar assim. Certas realidades chocam demais, e temos limites na nossa ação. Nem tudo se consegue fazer ou deve fazer. Há o que compete a outros órgãos, por exemplo. Por isso é tão importante o trabalho em rede.

Nem sempre somos nós a executar toda a ação. É necessário ter presente o que compete às outras organizações ou ao poder público. E é preciso fazer o encaminhamento. A criança não é propriedade sua. Ela está ali, naquele lugar, porque ela escolheu também aquele lugar. Mas, a partir do momento em que ela é encaminhada para outro órgão, temos que deixá-la andar.

Nós temos alguns critérios de seleção das crianças. Um deles é a renda das famílias. Sempre se procura atender os mais necessitados,

mas não é só isso. A situação de vulnerabilidade [abusos, violência, drogadição, tráfico] também conta.

Às vezes, temos que lidar com o tema das drogas. Às vezes, com familiares, não a própria criança ou adolescente, mas seus irmãos... Tudo isso compõe os critérios de seleção. Fazemos visitas domiciliares a todas as crianças, uma por uma. E não compete a nós fazer o trabalho do CRAS. Nossa visita se dedica a entender melhor a realidade daquela família. Muitas vezes, as famílias procuram mais a Casa do que o CRAS, e nós as encaminhamos. Às vezes, ocorre o movimento contrário: o CRAS encaminha para nós. É o trabalho em rede. Também fazemos reuniões periódicas para ver qual família precisa de mais ajuda, como encaminhar. Por vezes, observamos famílias na Casa, no Instituto Lenon, elas estão no CRAS. Ficam fazendo o jogo. Fazemos, então, reuniões para termos uma ação mais coletiva.

## Redefinições e novos projetos

São Programas do COL a Casa da Criança, a Escola Infantil e o CAS. Este último atende os meninos que saem da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul – FASE e ficam em semiliberdade para fazer sua reinserção na comunidade local. Havia, até o ano de 2014, um Programa de Desenvolvimento Local, mas ele não existe mais. Durou uns 10 anos.

O COL está propondo trabalhar na “defesa dos direitos”, um pouco daquela ideia que tinha o Centro de Assessoria aos Movimentos Populares – CEAMP no início. Está criando algo que poderá ser um setor, ou um núcleo de formação, interno e externo. Não é um Programa... Estou agora comprometida com isto. É tudo muito inicial. Como eu tive a experiência do Centro de Assessoria aos Movimentos Populares – CEAMP, trabalhava no movimento social, aceitei a ideia.

Quando eu entrei no CEAMP, havia já uma equipe constituída. Acho que contava com duas ou três advogadas e ainda quem trabalhava na área social. Trabalhávamos muito com a organização das associações de moradores, junto com a União de Associação de Moradores, que tinha uma atuação um pouco diferente. Nós prestávamos assessoria aos movimentos populares: seminários, cursos, etc. As frentes mais destacadas eram o movimento de moradia e o movimento de mulheres. Havia dois tipos de associações de moradores na época: uma mais voltada para os interesses da comunidade, e aquelas associações que foram criadas para atender os interesses de quem coordenava. Nosso papel era buscar que a associação fosse voltada para a comunidade. Havia quem se utilizasse da associação em benefício próprio. Havia também um apoio sindical. Mas não prestávamos muito trabalho de “apoio de causa”...

Prestávamos assessoria, mesmo, aos movimentos populares. Depois, com o movimento dos meninos e meninas de rua, nossa ação foi também bastante grande. Quando começou a discussão do ECA, o Estatuto da Criança e do Adolescente, atuamos intensamente. Construíamos cartilhas para fazer o trabalho social. Há ainda algumas lá na Casa da Criança. Havia uma jornalista contratada para o acompanhamento da divulgação do trabalho.

A partir de 1992, o CEAMP era financiado por um grupo internacional chamado CEBEMO: uma organização da Holanda. Ela não teve mais como continuar nos financiando. Então, o CEAMP fechou a partir de 1992. Foi aí surgindo um trabalho dentro do COL, especialmente desde o ano 2000, para recuperar um pouco da sua história. Do setor ligado aos movimentos sociais surgiu o Desenvolvimento Local. Um programa que vigorou até o final do ano passado e está sendo revisto agora. E da ideia de junção do Desenvolvimento Local com a equipe técnica surgiu o projeto de estruturar um setor de formação.

# José Renato Soethe

**M**inha história no COL começou com o Pe. Roque Lauschner. Em 1977, eu já havia saído da Companhia de Jesus e estava começando a trabalhar no Centro de Documentação e Pesquisa – CE-DOPE/UNISINOS, como auxiliar de pesquisa. Até hoje, auxiliar de pesquisa é o emprego “informal” mais interessante que já conheci.

O Pe. Roque e eu tínhamos uma relação muito semelhante a pai e filho. Ele trabalhava basicamente a partir das premissas do cooperativismo e eu a partir dos movimentos sociais e da educação popular. Naquele contexto da ditadura militar, eram posições completamente antagônicas. Embora eu sempre evitasse me envolver com os trabalhos dele, ele sempre tentava



me puxar para o Círculo Operário Leopoldense – COL e para o cooperativismo. A gente discutia e até brigava, mas as emoções de afeto mútuo sempre venciam.

As nossas relações de afeto foram o motivo de eu aceitar conhecer o COL.

[...]

Novos sentidos e finalidades

Quando o Passos, a Márcia Garrido, o Pe. Roque e eu assumimos pela primeira vez a diretoria do COL, o grande drama era: “Para onde ir?” As perguntas que nós fazíamos: Qual era o sentido e a finalidade de um círculo operário daquele momento em diante, já que daí para trás, embora ele tives-

Pe. Odelso Schneider SJ (à esq); estudante: Romeu Prich e Renato Soethe



se cumprido com sua função social, estava desaparecendo, pois, agora o governo estava assumindo para si todas estas questões sociais?

Não demorou muito e as clarezas começaram a surgir. O consenso foi o de que a função de um círculo operário, agora, não é mais a de fazer assistência social, mas a de criar e executar projetos de autoemancipação do operário e da classe trabalhadora. Ou seja, agora é um trabalho de educação e de conscientização política do operário e da classe operária. Não lembro bem o ano, mas deve ter sido em 1981, que aconteceu um Congresso Nacional Circulista em São Leopoldo. Neste Congresso, o Pe. Roque e eu pautamos nacionalmente este assunto, pela primeira vez. A maioria das pessoas ficava muito surpresa com tamanha ousadia. Resumindo, ninguém entendia quase nada.

A questão econômica e financeira

Outro grande drama que nos cercava era a situação econômica e financeira. A pergunta que eu fazia para o Pe. Roque era: Como é possível, um Círculo Operário com um patrimônio tão grande não ter dinheiro nem para pagar as contas de energia elétrica e de água? E se nós quisermos iniciar a execução de projetos sociais, vamos precisar de dinheiro. Mas onde buscar?

Como o Pe. Roque era formado em ciências econômicas, foi fácil para ele buscar soluções. Ele disse: Simples, é só transformar esse grande patrimônio em imóveis comerciais. Mesmo assim, achamos que essa não deveria ser a primeira solução, uma vez que estes eram imóveis históricos e poderiam ainda estar a serviço de projetos sociais, mesmo que estes projetos tivessem alguns aspectos assistenciais. Em nome disso, ficamos ao redor de cinco anos tentando negociar com a Diocese de Novo Hamburgo parceria para a ocupação do Lar da Menina. Mas não resultou em nada. Então, criamos coragem, e o patrimônio do Lar da Menina foi permutado por imóveis comerciais, com o Gregório Michelski. Convém lembrar que o Lar da Menina foi um espaço de formação dos movimentos sociais, principalmente dos cursos de maior duração.



O objetivo era o de que, com a locação de imóveis comerciais, o COL pudesse ter uma renda mensal e começasse a ter a sua autonomia financeira. E isso deu certo. Podemos agora mesmo lembrar de tantas instituições sociais filantrópicas que tiveram que fechar por depender somente de recursos externos. Mas o COL, a partir desse momento começou a ter as suas próprias rendas.

[...]

### O COL e os movimentos sociais

A década de setenta e até o início da década de oitenta foi um período de grande eclosão dos movimentos sociais. A principal causa desta eclosão pode ser atribuída à agressividade da ditadura militar, vinculada ao forte período de industrialização no Brasil. O PIB chegou a crescer 11% ao ano. Até então, o Brasil era um país agrícola, com larga maioria da população no campo. E, neste momento,

o êxodo rural era um fenômeno espantoso. Basta ver que o COL chegou a ter um pensionato para meninas provenientes do interior.

Os movimentos sociais pululavam por todos os cantos. E a grande razão da existência dos movimentos sociais era a luta por um Brasil autônomo, democrático e sem ditadura. Como os movimentos sociais eram sempre perseguidos pelo regime militar, precisavam de muita proteção. Por isso, as relações entre os próprios movimentos sociais eram sempre muito fortes. Os movimentos formavam coletivos de movimentos sociais muito fortes. Mas, nesse momento, os movimentos sociais estavam, em geral, desguarnecidos, principalmente de espaços. Pois qualquer instituição que lhes desse guarida era também considerada suspeita e subversiva. Não tinha ninguém por eles. Mas o COL os acolheu. Esta foi a razão

de eu nunca ter me filiado a qualquer partido político. O meu argumento era o de que, enquanto presidente da instituição, eu precisava apresentar neutralidade partidária. Hoje eu entendo que esse foi um componente importante que ajudou a salvar o COL tanto da desapropriação da prefeitura como da intervenção da Federação.

Naquele tempo, o COL estava organizado por setores de atividades. Foi então que, considerando as circunstâncias, o COL criou o principal setor de atividades, que era o Setor dos Movimentos Sociais, para trabalhar e apoiar as causas dos movimentos sociais. Todos os recursos que o COL possuía naquele momento foram investidos na contratação de educadores para trabalhar neste Setor



dos Movimentos Sociais. Eram entre cinco e dez educadores populares. Era um período em que se vivia com muita ansiedade porque nunca se sabia o que poderia acontecer no dia seguinte. Diariamente estávamos rodeados por novos acontecimentos e notícias acerca das mudanças do cenário e da conjuntura a partir das forças e disputas aí circunscritas. Era uma loucura. O instrumento de análise de conjuntura era muito utilizado para construir os cenários e, através deles, criar ações estratégicas para conseguir as coisas que se queriam.

Alguns movimentos sociais que estavam nas relações de trabalho do COL: apoio aos movimentos sindicais; apoio ao Movimento dos Sem Terra; apoio ao Movimento de Mulheres; apoio ao Movimento dos Sem Teto; apoio ao Movimento de Meninos e Meninas de Rua; apoio ao Mo-

vimento das Comunidades Eclesiais de Base; apoio ao Movimento do Dique, entre outros.

O maior drama do COL neste momento era que as possibilidades de desapropriação e de intervenção poderiam terminar com tudo isso. Tudo acontecia com tanta velocidade e surpresa ao ponto de nunca sabermos se no dia seguinte ainda estaríamos no COL. Considerando este cenário de total instabilidade das coisas, sabíamos que a primeira medida que eles tomariam, caso acontecesse a desapropriação ou intervenção, era a extinção do Setor dos Movimentos Sociais do COL. Então, para garantir que os movimentos sociais continuassem a ter o apoio deste Setor do COL, transformamos o Setor de Movimentos Sociais do COL em uma ONG chamada CEAMP – Centro de Educação e Apoio aos Movimentos Populares, financiada por uma instituição da

Holanda. Então, o CEAMP passou a ser uma instituição legalmente constituída e com autonomia. Assim, mesmo acontecendo a desapropriação ou intervenção, não se poderia mais extinguir este Centro de Apoio aos Movimentos Populares.

Em 1980, eu já era professor da Unisinos e também funcionário do Cedope – Centro de Documentação e Pesquisa, também da Unisinos. Como no Cedope havia espaço para quase todos os tipos e formas de iniciativas, formamos um grupo para debater a então chamada Educação Popular. Educação Popular era compreendida como formação para a conscientização política, com o objetivo de os indivíduos chegarem à consciência de classe e assim optarem por atuar como militantes, principalmente junto aos movimentos sociais. Como resultado disso, em menos de um ano, já tínhamos criado o Curso de Especialização

em Educação Popular – CEPO, pós-graduação, *lato sensu*. Eu fui o primeiro coordenador deste curso, e ele teve sete edições. Uma pessoa que esteve sempre junto no Cedope, neste tempo todo, é o Darnis Corbellini. E outra pessoa que esteve presente no Cedope e no COL, quase desde o início, é o Alcido A. Arnhold.

A grande conclusão disso tudo é que as experiências com os movimentos sociais no COL me levaram a contribuir com os trabalhos no Cedope/Unisinos, que, por sua vez, me levaram a contribuir cada vez mais com os movimentos sociais no COL e em muitos outros lugares.

Na Federação – FCORS

A minha participação na Federação consistia basicamente em levar as experiências do COL para serem incorporadas também no movimento circulista. E os eixos

político-pedagógicos eram: pedagogia de projetos, desenvolvimento local e trabalho em rede. Como este trabalho estava apontando para um horizonte em termos de reconstrução do movimento circulista, foi natural a minha eleição para presidente da Federação. Permaneci por duas gestões, como presidente da Federação. Aliás, a primeira como presidente, e a segunda como representante legal.

Entre os legados

[...] tanto no Círculo Operário de São Leopoldo como na Federação, optou-se por uma diretoria colegiada na qual não existem mais as funções de presidente, secretário e tesoureiro, mas apenas dois representantes legais. Assim, no conselho diretor todos possuem poderes iguais, sem nenhuma discriminação. E todas as questões institucionais são debatidas e de-

cidadas ali no conselho. E, fora do conselho, em relação às questões institucionais, ninguém tem poder de mando. Uma vez decidido pelo conselho, cumpra-se.

A pedagogia do conselho colegiado é a de despersonalizar o poder, remetendo o exercício do poder para o coletivo. Este expediente do conselho colegiado tem impelido a que todos os componentes se obriguem a participar.

Juntamente com a novidade do conselho colegiado também se criou a rotatividade nas gestões. Ninguém pode permanecer no conselho colegiado por mais de duas gestões. Isto obriga a uma permanente renovação no quadro dos conselheiros. Isto traz a ideia de que todos estão aí de passagem e tira de cada conselheiro a ideia de posse institucional.



*Colégio Santa Terezinha,  
década de 1960*



# Agradecimentos

As lembranças, as reflexões e as narrativas de aspectos significativos das atividades desenvolvidas no Círculo Operário Leopoldense foram fundamentais para o planejamento e a construção deste livro. A todas as pessoas que tão generosamente dialogaram conosco, o nosso profundo agradecimento.

ALCIDO ANILDO ARNHOLD – entrevista em 2 de dezembro de 2014

ALDA FORTES – entrevista em 22 de abril de 2015

ANEGILDO GARCIA – entrevista em 1 de dezembro de 2014

ARY VANAZZI – entrevista em 18 de março de 2015

CLAIR RIBEIRO SIEBEL – entrevista em 28 de maio de 2015

EUCLIDES REDIN – entrevista em 22 de outubro de 2014

FERNANDO HARTMANN – entrevista em 31 de outubro de 2014

IRENE ZANETTE – entrevista em 15 de abril de 2015

JOSÉ ODELSON SCHNEIDER – entrevista em 4 de março de 2015

JOSÉ RENATO SOETHE – entrevista em 12 de março de 2015

MELAINE DE PAULA – entrevista em 7 de novembro de 2014

TELMO ADAMS – entrevista em 11 de novembro de 2014

Entrevistas realizadas por Marluza Marques Harres e Joel Assis.

Todos os documentos e fotografias desta obra encontram-se no Acervo do Círculo Operário Leopoldense – COL.

# Comissão 80 Anos

Alcido Arnhold

Maria de Fátima Pranke

Márcia Martins

Odete Zanchet

Camila Soares

Jussara Gomes

Pedro Santos

Irene Zanette

Diara Blume



CÂMARA MUNICIPAL

1846

2015

1 ANO



© dos autores, 2015

Os textos são de responsabilidade de seus autores.

### **Projeto Gráfico e Diagramação**

RICARDO MACHADO | **b-Conteúdo** | [www.b-conteudo.com](http://www.b-conteudo.com)

### **Revisão e Artefinalização**

Editora Oikos Ltda.

### **Editora Oikos Ltda.**

Rua Paraná, 240 – B. Scharlau

Caixa Postal 1081

93121-970 São Leopoldo/RS

Tel.: (51) 3568.2848 / 3568.7965

[contato@oikoseditora.com.br](mailto:contato@oikoseditora.com.br)

[www.oikoseditora.com.br](http://www.oikoseditora.com.br)

C578      Círculo Operário Leopoldense. 80 anos de história. / Organizadoras:  
Alba Cristina dos Santos Salatino; Maria Cristina Bohn Martins  
e Marluza Marques Harres / Foto e tratamento de imagens:  
Diorge Buss.

160 p. : il. ; color.; 21 x 21 cm.

ISBN 978-85-7843-540-0

1. Círculo operário - História. 2. Círculo operário – São Leopoldo. 3. Movimento operário. 4. Círculo Operário Leopoldense (COL). I. Salatino, Alba Cristina dos Santos. II. Martins, Maria Cristina Bohn. III. Harres, Marluza Marques. IV. Buss, Diorge.

CDU 316.354

Catálogo na Publicação:

Bibliotecária Eliete Mari Doncato Brasil – CRB 10/1184

